

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Gislaine Vieira da Silva

**POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFMS EM TEMPOS DE COVID-
19: Perfil dos estudantes atendidos pelas ações de permanência**

Campo Grande, MS

2024

GISLAINE VIEIRA DA SILVA

**POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFMS EM TEMPOS DE COVID-
19: Perfil dos estudantes atendidos pelas ações de permanência**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Faculdade de Educação como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: Educação

Linha de Pesquisa: História, Políticas e Educação. Grupo de Estudos e Pesquisa em Política da Educação Superior/Mariluce Bittar – GEPPES/MB.

Orientadora: Profa. Dra. Carina Elisabeth Maciel.

Campo Grande, MS

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Coordenadoria da Biblioteca Central – UFMS, Campo Grande, MS, Brasil).

A large empty rectangular box with a thin black border, occupying the lower half of the page. It is intended for the CIP data mentioned in the text above.

GISLAINE VIEIRA DA SILVA

POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFMS EM TEMPOS DE COVID-19: Perfil dos estudantes atendidos pelas ações de permanência

Trabalho acadêmico apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – *Campus* Campo Grande, como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Educação.

Área de concentração: Educação.

Campo Grande, MS; 5 de março de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Orientadora Carina Elisabeth Maciel (Presidente)

Faculdade de Educação

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Prof. Dr. Fernando Cezar Vieira Malange (Membro titular)

Faculdade de Educação e Faculdade de Ciências Exatas e Tecnológicas

Universidade do Estado de Mato Grosso

Prof. Dr. Rafael Rossi (Membro titular)

Faculdade de Educação

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Prof. Dr. Dirceu Santos Silva (Suplente)

Faculdade de Educação

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Dedico esta dissertação à minha filha Laura, ao meu marido, Luiz Felipe, à minha mãe Ana, meu pai Aparecido e meus irmãos André, Luiz Paulo e Caroline.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus e a Nossa senhora Aparecida pela vida e por sempre me cobrir com Seu manto, me fortalecendo e me ajudando a superar todos os obstáculos e desafios.

Agradeço à minha querida orientadora Profa. Dra. Carina Elisabeth Maciel, que me orientou e teve paciência comigo durante toda essa trajetória de pesquisa e na construção do meu trabalho.

Agradeço a meu marido, Luiz Fellipe, que me apoiou e incentivou durante o mestrado, compreendendo quando eu precisava estudar nas madrugadas, enquanto nossa filha dormia.

À minha querida e amada filha Laura, que foi meu maior incentivo, apesar de algumas ausências minhas durante esse processo. É por você que procuro ser alguém melhor a cada dia.

À minha mãe, Ana, que sempre me apoiou em toda minha trajetória acadêmica, agradeço as orações e por cuidar com muito amor e carinho da sua neta Laura. Assim como minha irmã Caroline e meu pai, Aparecido, que auxiliaram nos cuidados da sua afilhada e neta. **MUITO OBRIGADA!**

A todos os colegas do mestrado e do doutorado que me acompanharam durante as disciplinas e aos colegas do GEPPE/MB pelo carinho e apoio durante esse período de pesquisa.

Ao prof. Dr. Fernando Cezar Vieira Malange e ao prof. Dr. Rafael Rossi pelas ricas contribuições a esta pesquisa.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) pelo financiamento concedido.

Agradeço à PROAES e à AGETIC que gentilmente disponibilizaram os dados da pesquisa.

Por fim, à instituição UFMS, na qual eu pude realizar o mestrado e me forneceram as informações que precisava.

RESUMO

Este trabalho tem como objeto de estudo as Políticas de Assistência Estudantil na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e o perfil socioeconômico dos estudantes atendidos pelas ações de permanência em tempos de pandemia de covid-19, tendo como recorte temporal o período de 2020 a 2021. Seu objetivo geral é analisar as ações de Assistência Estudantil e o perfil dos estudantes atendidos com estas ações para favorecer a permanência em tempos de covid-19 na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2020 a 2021). Dessa forma, tem como objetivos específicos investigar a política de Assistência Estudantil e sua relação com a política de educação superior no Brasil; relacionar os programas nacionais e institucionais (UFMS) para Assistência Estudantil no período da pandemia gerada pela covid-19 (2020 a 2021) a partir do balanço de produção e desvelar o perfil socioeconômico dos estudantes atendidos pelas ações de permanência, específicos do período da pandemia gerada pelo vírus. Para a realização da pesquisa, utilizamos como base a abordagem materialista histórica e dialética. Os principais procedimentos para identificação dos dados empíricos e bibliográficos foram: a) Pesquisa documental (em documentos institucionais, normas, decretos e editais); b) Balanço de produção (consiste em um levantamento de produções relevantes ao tema e que tratam em suas pesquisas sobre assistência estudantil em tempos de pandemia da covid-19). Para desvelar o perfil socioeconômico dos estudantes atendidos pelas ações de permanência, específicos do período da pandemia gerada pela covid-19, utilizamos dados dos questionários preenchidos pelos estudantes no momento da matrícula, armazenados pela Agência de Tecnologia da Informação e Comunicação (AGETIC/UFMS) e obtidos por meio da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (Proaes). Para melhor análise e visualização das informações, elaboramos quadros, gráficos e tabelas que permitiram identificar o perfil socioeconômico dos estudantes atendidos pelas ações de permanência da instituição. Como resultados, evidenciamos que, durante o período de pandemia, 3.154 estudantes foram atendidos pelas ações de Assistência Estudantil (ações tradicionais e ações emergenciais de Assistência Estudantil), sendo em sua maioria: do sexo feminino, parda, solteiros, não têm filhos, não trabalham, possuem renda mensal *per capita* de até 1 salário mínimo e meio vigente, utilizam transporte coletivo e ingressaram por meio da cota do tipo L1. Evidenciamos ainda que, apesar de abstenções, a quantidade de respostas foi suficiente para o levantamento das informações do perfil socioeconômico dos estudantes.

Palavras-chave: Educação Superior; Assistência Estudantil; permanência; perfil socioeconômico; covid-19.

ABSTRACT

This work has as its object of study the Student Assistance Policies at the Federal University of Mato Grosso do Sul (UFMS) and the socioeconomic profile of students served by the permanence actions in times of the Covid-19 pandemic, taking as a time frame the period of 2020 to 2021. Its general objective is to analyze Student Assistance actions and the profile of students assisted with these actions to encourage permanence in times of Covid-19, at the Federal Universities of Mato Grosso do Sul (2020 to 2021). Thus, its specific objectives are to investigate the Student Assistance policy and its relationship with higher education policy in Brazil; relate the national and institutional programs (UFMS) for Student Assistance during the period of the Pandemic generated by Covid-19 (2020 to 2021) based on the production balance and reveal the socioeconomic profile of the students served by the permanence actions, specific to the period of the Pandemic generated by Covid-19. To carry out the research, we used the historical and dialectical materialist approach as a basis. The main procedures for identifying empirical and bibliographic data were: a) Documentary research (in institutional documents, standards, decrees and notices); b) Production balance (consists of a survey of productions relevant to the topic and that deal with student assistance in times of the Covid-19 pandemic in their research). To reveal the socioeconomic profile of students covered by permanence actions, specific to the period of the Pandemic generated by Covid-19, we used data from questionnaires filled out by students at the time of enrollment, stored by the Information and Communication Technology Agency (AGETIC/UFMS) and obtained through the Dean of Student Affairs (Proaes). For better analysis and visualization of the information, we created charts, graphs and tables that allowed us to identify the socioeconomic profile of the students served by the institution's permanency actions. As a result, we showed that, during the pandemic period, 3,154 students were assisted by AE actions (traditional actions and emergency Student Assistance actions), the majority of whom were: female, mixed race, single, do not have children, do not work, have a per person monthly income of up to 1 and a half minimum wages in force, use public transport and entered through the L1 type quota, we also show that, despite abstentions, the number of responses was sufficient to collect profile information socioeconomic status of students.

Keywords: Higher Education; Student Assistance; permanence; socioeconomic profile; covid-19.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Plano de Biossegurança da UFMS.....	96
Figura 2 – Gráfico de Quantidade de estudantes atendidos pela PROAES	97
Figura 3 – Valores do Orçamento para “Assistência ao Estudante de Educação Superior” da UFMS (2014-2022)	99

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Programas para a Educação Superior do governo Lula de 2003 a 2010.....	43
Quadro 2 – Dissertações publicadas entre 2020-2022 com as categorias “Assistência Estudantil”, “Covid-19” e “Educação Superior”.....	67
Quadro 3 – Artigos publicados entre 2020-2022 com as categorias “Assistência Estudantil”, “Covid-19” e “Educação Superior”.....	73
Quadro 4 – Ações Tradicionais de Assistência Estudantil da UFMS	90
Quadro 5 – Ações Emergenciais de Assistência Estudantil da UFMS	95
Quadro 6 – Exemplo de planilha.....	103
Quadro 7 – Porcentagem de estudantes que optaram por não responder o questionário do perfil do estudante da UFMS	104

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Quantitativo de trabalhos no Portal Oasis/Br (2020 a 2021)	65
Gráfico 2 – Porcentagem dos estudantes atendidos pelas ações tradicionais de Assistência Estudantil da UFMS (2020-2021)	100
Gráfico 3 – Porcentagem dos estudantes atendidos pelas ações emergenciais de Assistência Estudantil da UFMS (2020-2021)	101
Gráfico 4 – Porcentagem dos estudantes por <i>Campus</i> atendidos pelas ações emergenciais de Assistência Estudantil da UFMS no período da pandemia de covid-19 (2020-2021)	102
Gráfico 5 – Sexo dos estudantes atendidos pelas ações tradicionais de Assistência Estudantil da UFMS (2020-2021)	105
Gráfico 6 – Sexo dos estudantes atendidos pelas ações emergenciais de Assistência Estudantil da UFMS no período de pandemia da covid-19 (2020-2021).....	106
Gráfico 7 – Cor/etnia dos estudantes atendidos pelas ações tradicionais de Assistência Estudantil da UFMS (2020-2021).....	107
Gráfico 8 – Cor/etnia dos estudantes atendidos pelas ações emergenciais de Assistência Estudantil da UFMS no período de pandemia da covid-19 (2020-2021).....	108
Gráfico 9 – Estado Civil dos estudantes atendidos pelas ações tradicionais de Assistência Estudantil da UFMS (2020-2021)	109
Gráfico 10 – Estado civil dos estudantes atendidos pelas ações emergenciais de Assistência Estudantil da UFMS no período da pandemia de Covid-19 (2020-2021).....	110
Gráfico 11 – Número de filhos dos estudantes atendidos pelas ações tradicionais de Assistência Estudantil da UFMS (2020-2021)	111
Gráfico 12 – Número de filhos dos estudantes atendidos pelas ações emergenciais de Assistência Estudantil da UFMS no período de pandemia da covid-19 (2020-2021)	112
Gráfico 13 – Estudantes com deficiência atendidos pelas ações emergenciais de Assistência Estudantil da UFMS no período da pandemia da covid-19 (2020-2021).....	113
Gráfico 14 – Moradia dos estudantes atendidos pelas ações tradicionais de Assistência Estudantil da UFMS (2020-2021)	115
Gráfico 15 – Moradia dos estudantes atendidos pelas ações emergenciais de Assistência Estudantil da UFMS no período da pandemia da covid-19 (2020-2021).....	116

Gráfico 16 – Estudantes ocupados (as) atendidos pelas ações tradicionais de Assistência Estudantil da UFMS (2020-2021).....	118
Gráfico 17 – Estudantes ocupados(as) atendidos pelas ações emergenciais de Assistência Estudantil da UFMS no período da pandemia de covid-19 (2020-2021).....	120
Gráfico 18 – Renda familiar dos estudantes atendidos pelas ações tradicionais de Assistência Estudantil da UFMS (2020-2021).....	122
Gráfico 19 – Renda familiar dos estudantes atendidos pelas ações emergenciais de Assistência Estudantil da UFMS no período de pandemia da covid-19 (2020-2021).....	124
Gráfico 20 – Número de pessoas na família dos estudantes atendidas pelas ações tradicionais de Assistência Estudantil da UFMS (2020-2021).....	125
Gráfico 21 – Número de pessoas na família dos estudantes atendidos pelas ações emergenciais de Assistência Estudantil da UFMS no período da pandemia de covid-19 (2020-2021)	126
Gráfico 22 – Meio de transporte dos estudantes atendidos pelas ações tradicionais de Assistência Estudantil da UFMS (2020-2021).....	127
Gráfico 23 – Meio de transporte dos estudantes atendidos pelas ações emergenciais de Assistência Estudantil da UFMS no período da pandemia de covid-19 (2020-2021)	128
Gráfico 24 – Tipo de cota dos estudantes atendidos pelas ações tradicionais de Assistência Estudantil da UFMS (2020-2021).....	129
Gráfico 25 – Tipo de cota dos estudantes atendidos pelas ações emergenciais de Assistência Estudantil da UFMS no período de pandemia da covid-19 (2020-2021).....	131
Gráfico 26 – Idade dos estudantes atendidos pelas ações tradicionais de Assistência Estudantil da UFMS (2020-2021)	132
Gráfico 27 – Origem escolar dos estudantes atendidos pelas ações tradicionais de Assistência Estudantil da UFMS (2020-2021).....	134

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Auxílios de Assistência Estudantil por semestre (contagem por UAS) – 2020.1 e 2020.2.....	91
Tabela 2 – Auxílios de Assistência Estudantil por semestre (média dos meses) – 2021.1 e 2021.2	92
Tabela 3 – Quantidade de atendimentos com as ações emergenciais de Assistência Estudantil da UFMS no período de 2020.1 e 2020.2	93
Tabela 4 – Quantidade de atendimentos com as ações emergenciais de Assistência Estudantil da UFMS no período de 2021	94
Tabela 5 – Quantidade de beneficiários dos auxílios e ações de AE implantados no período de pandemia da covid-19	97
Tabela 6 – Valores referentes ao Orçamento de “Assistência ao Estudante de Educação Superior” da UFMS (2020-2022).....	98

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGETIC - Agência de Tecnologia da Informação e Comunicação

ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CADÚNICO - Cadastro Único

CF - Constituição Federal

CNE - Conselho Nacional de Educação

CONAE - Conferência Nacional de Educação

COVID - *Corona Vírus Disease*

CPAN - *Campus* do Pantanal

CPAQ - *Campus* de Aquidauana

CPAR - *Campus* de Paranaíba

CPBO - *Campus* de Bonito

CPCS - *Campus* de Chapadão do Sul

CPCX - *Campus* de Coxim

CPNA - *Campus* de Nova Andradina

CPNV - *Campus* de Naviraí

CPPP - *Campus* de Ponta Porã

CPTL - *Campus* de Três Lagoas

DAE - Departamento de Assistência ao Estudante

DCE - Diretório Central dos Estudantes

EAD - Educação a Distância

ERE - Ensino Remoto de Emergência

ESAN - Escola de Administração e Negócios

FAALC - Faculdade de Artes, Letras e Comunicação

FACE - Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas

FACFAN - Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Alimentos e Nutrição

FACH - Faculdade de Ciências Humanas

FACOM - Faculdade de Computação

FADIR - Faculdade de Direito

FAED - Faculdade de Educação

FAENG - Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia

FAMED - Faculdade de Medicina

FAMEZ - Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia

FAODO - Faculdade de Odontologia

FEA - Faculdade de Economia e Administração

FIES - Fundo de Financiamento Estudantil

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FONAPRACE - Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis

FUNDECT - Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do
Estado de Mato Grosso do Sul

GEPPES/MB - Grupo de Estudos e Pesquisas Políticas de Educação Superior/Mariluce Bittar

Ibict - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICBCG - Instituto de Ciências Biológicas de Campo Grande

IES - Instituição de Educação Superior

IFES - Instituição Federal de Ensino Superior

IFETs - Institutos Federais de Ciência e Tecnologia

INCLUIR - Programa de Acessibilidade na Educação Superior

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

INBIO - Instituto de Biociências

INFI - Instituto de Física

INISA - Instituto Integrado de Saúde

INMA - Instituto de Matemática

INQUI - Instituto de Química

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

MDS - Ministério de Desenvolvimento Social

MEC - Ministério da Educação

NUPES - Núcleo de Pesquisa do Ensino Superior

OASISBR - Portal Brasileiro de Publicações Científicas em Acesso Aberto

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OMS - Organização Mundial de Saúde
PBF - Programa Bolsa Família
PBP - Programa Bolsa Permanência
PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação
PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional
PDRAE - Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado
PEC-G - Programa de Estudantes-Convênio de Graduação
PET - Programa de Educação Tutorial
PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIBID - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
PLBIO - Plano de Biossegurança
PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNE - Plano Nacional de Educação
PPGEDU - Programa de Pós-Graduação em Educação
PROAES - Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
PROGRAD - Pró-Reitoria de Graduação
PROPP - Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
PROEXT - Programa de Extensão Universitária
PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego
PROMISAES - Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior
PROUNI - Programa Universidade para Todos
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSDB - Partido da Social-Democracia Brasileira
PSL - Partido Social Liberal
PT - Partido dos Trabalhadores
REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades
Federais
SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SCIELO - *Scientific Electronic Library Online*
SEAE - Secretaria de Assistência Estudantil
SISCAD - Sistema de Controle Acadêmico e Docente

SISGBA - Sistema de Gestão de Bolsas e Auxílio

SISU - Sistema de Seleção Unificado

UAS - Unidade da Administração Setorial

UNEMAT - Universidade Estadual de Mato Grosso

UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

UNE - União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	20
SEÇÃO I – POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR	30
1.1 CAPITALISMO, ESTADO MODERNO E POLÍTICAS SOCIAIS	30
1.2 PROGRAMAS PARA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL DE 2003 A 2022.....	41
1.3 POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR	52
SEÇÃO II – BALANÇO DE PRODUÇÃO: PESQUISAS E PRODUÇÕES SOBRE O TEMA NO PERÍODO DA PANDEMIA GERADA PELA COVID-19 (2020 A 2021) ...	63
2.1 OS ACHADOS DO BALANÇO DE PRODUÇÃO	64
2.2 O QUE APRESENTAM AS DISSERTAÇÕES	66
2.2.1 Discussões evidenciadas nas dissertações	71
2.3 O QUE APRESENTAM OS ARTIGOS	73
2.3.1 Constatações sobre as publicações.....	78
SEÇÃO III – PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS ESTUDANTES ATENDIDOS PELAS AÇÕES DE PERMANÊNCIA DA UFMS, ESPECÍFICOS NO PERÍODO DA PANDEMIA GERADA PELA COVID-19	83
3.1 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFMS	83
3.2 AÇÕES DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFMS NO PERÍODO DA PANDEMIA GERADA PELA COVID-19 (2020 A 2021).....	88
3.3 PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS ESTUDANTES ATENDIDOS PELA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UFMS	103
3.3.1 Perfil dos estudantes atendidos pela Assistência Estudantil nos anos de 2020 e 2021	135
CONSIDERAÇÕES FINAIS	140
REFERÊNCIAS	146
ANEXOS	153

INTRODUÇÃO

A presente dissertação, intitulada “Políticas de assistência estudantil na UFMS em tempos de covid-19: Perfil dos estudantes atendidos pelas ações de permanência”, vincula-se à Linha de Pesquisa História, Políticas e Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – PPGedu/FAED/UFMS. Relaciona-se com a pesquisa desenvolvida pelo Grupo de Estudos e Pesquisas Políticas de Educação Superior/Mariluce Bittar (GEPPE/MB). Faz parte do Projeto de pesquisa intitulado “Inclusão, acesso e permanência na educação superior: políticas e trajetórias”. Relaciona-se também com as pesquisas realizadas pelos pesquisadores da Rede Universitas/Br. Sendo financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Como objetivo geral, analisamos as ações de Assistência Estudantil e o perfil dos estudantes atendidos com essas ações para favorecer a permanência em tempos de covid-19 na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2020 a 2021). A partir do exposto, os objetivos específicos desta pesquisa foram: investigar a política de Assistência Estudantil e sua relação com a política de educação superior no Brasil; relacionar os programas nacionais e institucionais (UFMS) para Assistência Estudantil no período da pandemia gerada pela covid-19 (2020 a 2021) a partir do balanço de produção e desvelar o perfil socioeconômico dos estudantes atendidos pelas ações de permanência, específicos do período da pandemia gerada pelo vírus.

Partimos do princípio de que a educação é direito de todos, preconizado na Constituição Federal de 1988, e destacamos como centralidade as políticas de assistência estudantil que favorecem a permanência dos estudantes de graduação, amenizando as desigualdades sociais, políticas e econômicas presentes na sociedade capitalista, evidenciamos que o agravo de se estar em estado de calamidade pública durante a pandemia do novo coronavírus (covid-19) acelerou o processo de sucateamento das universidades públicas que já estava em curso e agravou os problemas relacionados à pobreza, à fome e à miséria. Nessa perspectiva, entendemos que precisamos conhecer a realidade de uma universidade pública no âmbito da assistência estudantil, assim, escolhemos a UFMS para averiguarmos as ações de assistência estudantil pensadas especificamente para o período de pandemia e o perfil dos estudantes atendidos com as ações de permanência.

Esses desdobramentos, portanto, são de grande utilidade para a educação, uma vez que os orçamentos dedicados à educação já vinham sendo cortados, impactando nas universidades

públicas brasileiras. Pode-se afirmar que a educação vem sofrendo grandes impactos potencializados com a pandemia, que surgiu no final do ano de 2019 e se estendeu ainda em 2022. Dentre eles, uma crise orçamentária própria do capitalismo, gerando retrocessos tanto para a ciência quanto para a permanência dos estudantes nas Universidades.

Assim, com a pandemia, consideramos que aumentaram os índices de evasão e retenção dos estudantes de cursos de graduação devido a dificuldades financeiras, perda de seus familiares ou problemas de saúde destes, além de problemas relacionados à insegurança e ao psicológico dos estudantes. Portanto, estudar a permanência dos estudantes é importante como medida para evitar a evasão e garantir que o direito à educação não esteja apenas ligado ao ingresso da classe trabalhadora, mas que estes estudantes permaneçam e concluam a graduação.

A PESQUISADORA

A pesquisadora, filha de trabalhadores, ingressou na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul aos 17 anos por meio do Sistema de Seleção Unificado (SISU) no curso de Pedagogia no *Campus* de Campo Grande – MS. Como estudava em tempo integral, não tinha como arrumar um emprego para se manter na universidade, foi quando “descobriu” a Bolsa Permanência do PNAES, participou do edital de seleção, concorreu e recebeu o auxílio. Em contrapartida, realizava relatórios sobre a revista *Inclusão*, o que a fez se interessar por Educação Inclusiva. Assim, se dedicou à especialização em Psicopedagogia com Ênfase em Educação Especial.

Durante as aulas de Pedagogia, tinha interesse principalmente pelas Políticas Educacionais e desenvolveu seu Trabalho de Conclusão de Curso sobre as políticas para a Educação Superior, especificamente sobre a implantação e execução da bolsa permanência na UFMS nos anos de 2010 a 2014 (a bolsa permanência, hoje chamada de auxílio permanência, é um auxílio que contribui para a permanência dos estudantes para concluírem os cursos de graduação).

Como professora da educação básica e estudante de biomedicina com bolsa de 50%, a complexidade das relações e contradições estabelecidas durante o período da pandemia da covid-19 demonstrou-a um problema de pesquisa de mestrado. Esse período foi muito desafiador devido ao isolamento social, que distanciou e mudou as relações sociais, dentre elas as aulas, que passaram a ser remotas, as questões de saúde pública, a sobrecarga dos professores

e tantas outras questões que cabem investigação. Emergiram, então, os questionamentos desta pesquisa: “diante do contexto de calamidade pública em decorrência do novo coronavírus, como estão os estudantes que necessitam da assistência estudantil? Quais ações foram realizadas com o objetivo de que estes estudantes permaneçam em sua graduação? Além disso, qual o perfil socioeconômico desses estudantes?”.

Como mestranda em Educação, sua paixão por políticas para a Educação Superior tomou um novo sabor e seu papel político enquanto pesquisadora (e estudante) a faz acreditar em uma educação para emancipação, *para além do capital* financeiro, pública, gratuita e para todos.

ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA

Partimos do pressuposto de que o pesquisador compreende que o homem está inserido em uma sociedade capitalista, portanto, seu objeto possui determinações políticas, sociais, históricas e econômicas condicionadas a esse sistema, além do que as superficialidades podem mostrar, assim, o objeto de investigação, ao ser tratado pelo pesquisador para além de sua aparência, em sua essência tal como ele é, terá um caráter científico e comprometido.

Assumimos, portanto, o materialismo histórico-dialético como o método utilizado e compreendemos que este método não é uma cartilha ou até mesmo um manual, pois como Netto (2011) afirma, Marx não deixou um modelo e sim uma lógica, a lógica d'O capital, pois seus estudos sobre a economia política levaram muitos anos para serem concluídos e não são um guia metodológico.

Segundo Andery *et al.* (1996, p. 17) “o método científico é um conjunto de concepções sobre o homem, a natureza e o próprio conhecimento, que sustentam um conjunto de regras de ação, de procedimentos, prescritos para se construir conhecimento científico”.

Desse modo, compreender o objeto vai além da aparência, com o objetivo de conhecer a realidade e a essência, em sua dinâmica e estrutura. Portanto, o conhecimento teórico é o conhecimento do objeto, de sua estrutura e dinâmica. Teoria se trata de uma reprodução porque expressa o que é ontologicamente anterior, são históricas e transitórias em sua historicidade.

O conhecimento se inicia da empiria, da aparência, porém não sendo um mero reflexo no espelho – senão a ciência seria supérflua –, se trata de ir além da aparência para compreender

a dinâmica estrutural e esse movimento do objeto deve ser fiel a ele, em sua total apreensão. Como explica Netto (2011, p. 22):

O objetivo do pesquisador, indo além da aparência fenomênica, imediata e empírica – por onde necessariamente se inicia o conhecimento, sendo essa aparência um nível da realidade e, portanto, algo importante e não descartável, é apreender a essência (ou seja: a estrutura e a dinâmica) do objeto. Numa palavra: o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto. Alcançando a essência do objeto, isto é: capturando a sua estrutura e dinâmica, por meio de procedimentos analíticos e operando a sua síntese, o pesquisador a reproduz no plano do pensamento; mediante a pesquisa, viabilizada pelo método, o pesquisador reproduz, no plano ideal, a essência do objeto que investigou.

O pesquisador não é “neutro” à medida que ele está inserido em um contexto histórico-social, negando a aparência do seu objeto, estando aberto a receber esse objeto e preparado a confrontá-lo. Nessa perspectiva, o pesquisador se torna ativo, fazendo uma “viagem do modo inverso”, pois eleva o conhecimento do abstrato ao concreto, verificando a verdade do objeto e não baseado em senso comum ou achismos, somente dessa forma o ser pesquisador se apropriará do objeto.

A pesquisa – e a teoria que dela resulta – da sociedade exclui qualquer pretensão de "neutralidade", geralmente identificada com “objetividade” [...] Entretanto, essa característica não exclui a objetividade do conhecimento teórico: a teoria tem uma instância de verificação de sua verdade, instância que é a prática social e histórica (Netto, 2011, p. 23).

O pesquisador não olha o objeto como um espelho refletindo a aparência dele, mas como um processo dinâmico e histórico. O pesquisador, ao desvelar o objeto, apreende as dinâmicas constitutivas deste, se apropriando para desvelar os fenômenos do objeto. “avançando sobre a camada mais epidérmica do objeto e do real. Isso é o núcleo da perspectiva ontológica marxiana” (Rossi, 2021, p. 28).

Além disso, os instrumentos e técnicas para realizar a pesquisa não podem se confundir com o método. Segundo Netto (2011, p. 26), os instrumentos e técnicas são os mais variados, podendo ser desde a análise documental até os mais diversos, como observação, recolher dados, quantificar etc., pois são os meios que se valem dos pesquisadores para “apoderar-se da

matéria”, que não deve ser confundir com o método porque servem para variadas concepções metodológicas diferentes.

Faz-se necessário, porém, distinguir o método de pesquisa de método de exposição. De acordo com Netto (2011, p. 26) segundo Marx, os pontos de partida são opostos, na investigação o pesquisador parte de perguntas, já na exposição o pesquisador parte dos resultados que já obteve por meio da investigação.

A pesquisa não se trata de algo rápido, acabado ou imutável, tampouco de pequena monta, pois o homem (social) e a sociedade estão em constante transformação e segundo Netto (2021), para Marx e Engels,

Extraída da análise da realidade histórica e expressamente materialista, é esta determinação das relações entre o ser e a consciência dos homens em sociedade que permitirá a Marx avançar, na segunda metade dos anos 1840, na sua análise da sociedade burguesa. Mas ela se insere na concepção que Marx e Engels já alcançaram neste período acerca da história, da sociedade e da cultura e que será desenvolvida e aprofundada nos anos seguintes. Para ambos, o ser social- e a sociabilidade resulta elementarmente do trabalho, que constituirá o modelo da práxis - é um processo, movimento que se dinamiza por contradições, cuja superação o conduz a patamares de crescente complexidade, nos quais novas contradições impulsionam a outras superações (Netto, 2011, p. 31).

O homem faz a sua história, é um ser social, porém, não escolhe em qual classe social irá nascer, se será da classe trabalhadora, tampouco os determinantes econômicos e culturais em que está inserido. Nela se constituem as contradições e a polarização, pois de um lado se têm grupos econômicos hegemônicos que oprimem e do outro a classe trabalhadora, sendo oprimida e explorada.

As sínteses de múltiplas determinações, em sua dimensão espaço-histórico, em que tem homens e mulheres como fundamentais, são partes constitutivas da análise investigativa e da própria evidência, que não se constitui flutuante e vazio nas relações sociais, revelando-nos que a reconstrução histórica do fenômeno, perpassa pelo campo da aparência e da essência da totalidade social de relações e articulações que o determinam. É preciso da História como método e como processo para que interroguemos, com fundamentos teórico-metodológicos críticos da realidade, as categorias determinantes de um objeto delimitado no espaço e no tempo (Nogueira, 2021, p. 29).

As categorias de análise são, portanto, traços constitutivos desse objeto que devem ser esmiuçados para compreender toda a dinâmica do objeto em questão para a análise crítica da

realidade. Tomemos, então, as categorias metodológicas *totalidade*, *contradição* e *historicidade* e categorias simples que tenham relação com o objeto de pesquisa para desvelar nosso objeto e que na dinâmica da sociedade capitalista estejam totalmente interligadas.

[...] Categorias simples são aqueles elementos iniciais, determinados pelo conteúdo da análise crítica que fez o pesquisador, ao eleger seu objeto de estudo e ao se deparar com a dificuldade de tomá-lo por um ou mais aspectos que sua análise lhe indicou. Posso então chamar essas categorias simples de categorias de conteúdo. Categorias metodológicas são aquelas que constituem a teoria que vai informar a maneira pela qual o pesquisador trabalha o seu objeto. Se ele o toma em sua totalidade, então esta é uma categoria metodológica. Se ele contextualiza seu objeto, então estará respeitando a categoria metodológica de historicidade. E se ele optar pelo estudo de seu objeto na relação que se estabelece em seu pensamento, entre os aspectos pelos quais tomou esse objeto, e verificar que as relações assim estudadas se apresentam numa relação de tensão, então terá chegado à dialética, que é uma concepção que tem nessas categorias metodológicas as suas leis principais: a contradição, a totalidade, a historicidade (Wachowicz, 2001, p. 4).

A totalidade é a história construída daquela sociedade em curso, ou seja, a sociedade capitalista. Na pesquisa em educação, se pensa em como essa sociedade interfere e se materializa nas políticas educacionais. Nos estudos de Marx e Engels, a totalidade é estruturada e articulada, portanto, uma totalidade totalmente dinâmica.

A totalidade social é a síntese, a malha, a rede qualitativa das múltiplas interações que as dimensões exercem umas sobre as outras em um determinado contexto histórico. A totalidade não é simplesmente sinônimo da soma das partes. A totalidade contém as partes, mas é mais do que a sua simples somatória. Um bolo, por exemplo, não se resume à soma de leite, ovos, farinha etc. Ele é a síntese, a totalidade desses elementos numa determinada ordem e numa determinada quantidade e relacionamento entre eles. [...] A totalidade social está fundada sempre numa específica forma de trabalho. A totalidade social escravista da antiguidade clássica estava fundada no trabalho escravo, a totalidade social medieval estava fundada no trabalho servil e a totalidade social capitalista está fundada no trabalho assalariado. É sempre a totalidade que apresenta o campo de limites e de possibilidades para cada complexo/dimensão social atuar e se desenvolver (Rossi, 2021, p. 34).

A estrutura da sociedade capitalista apresenta contradições, conhecer o objeto mostra a necessidade de conhecer essas contradições. Segundo Rossi (2021, p. 70),

[...] a análise científica, por meio da reflexão ontológica aqui em tela, permite evidenciar a contradição cada dia mais insuportável entre as potencialidades das riquezas produzidas pelo gênero humano em suas miseráveis margens reduzidas à reprodução e acumulação de capital.

Contradições estas que estão intimamente ligadas à acumulação desigual de riqueza por uma minoria. Enquanto a riqueza produzida socialmente está nas mãos de poucos, as desigualdades sociais evidenciam o contingente de trabalhadores que estão colocados à margem dessa sociedade do mercado e do consumo.

PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

Esta pesquisa se caracteriza como uma pesquisa de abordagem de estudo qualitativa, pois, segundo Martins (2004), compreende-se que a metodologia qualitativa é uma maneira de fazer pesquisa. A autora esclarece, a partir dos métodos e técnicas qualitativos, o que significa “fazer ciência”:

É preciso esclarecer, antes de mais nada, que as chamadas metodologias qualitativas privilegiam, de modo geral, da análise de microprocessos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais. Realizando um exame intensivo dos dados, tanto em amplitude quanto em profundidade, os métodos qualitativos tratam as unidades sociais investigadas como totalidades que desafiam o pesquisador. Neste caso, a preocupação básica do cientista social é a estreita aproximação dos dados, de fazê-lo falar da forma mais completa possível, abrindo-se à realidade social para melhor apreendê-la e compreendê-la. Se há uma característica que constitui a marca dos métodos qualitativos ela é a *flexibilidade*, principalmente quanto às técnicas de coleta de dados, incorporando aquelas mais adequadas à observação que está sendo feita. (Martins, 2004, p. 292).

Compreende-se que a metodologia qualitativa utiliza dos procedimentos metodológicos para analisar o objeto de pesquisa de modo a compreender todos os meandros, deixando de lado o senso comum e adquirindo o caráter científico na produção. Outrossim, utilizamos dados institucionais de caráter quantitativo. Pois compreendemos a metodologia quantitativa “[...] como a preocupação com a descrição dos dados exteriores de uma dada realidade, buscando estabelecer nexos de causa-efeito para explicar essa ou aquela situação encontrada na pesquisa, com base em dados estatísticos descritivos” (Diógenes, 2014, p. 340).

Compreende-se que a abordagem quantitativa, comumente associada ao positivismo, historicamente foi utilizada para quantificar e justificar a análise de dados, porém, por estarmos tratando de políticas educacionais, não podemos deixar de compreender a história na perspectiva ontológica e dialética. Rossi (2021, p. 74, grifos do autor) elucida:

A perspectiva ontológica implica a *centralidade do objeto* no processo de conhecimento. Isso significa que o sujeito que pesquisa não possui importância alguma? Não. Significa, sim, que o sujeito precisa mobilizar seus conhecimentos científicos, estéticos e filosóficos para *apreender, traduzir e revelar a essência* (estrutura e dinâmica) do objeto investigado ao longo da história e em suas contradições e vinculações com a totalidade social. Para a perspectiva ontológica marxiana, de acordo com a análise lukácsiana, o pesquisador não deve “inventar”, “recortar”, “enquadrar”, “lucubrar” ou “fantasiar” sobre o objeto. Ao contrário, ele precisa *apreender* o movimento próprio do objeto para além de suas aparências e traduzir essa dinâmica em conhecimento teórico.

Portanto, esta pesquisa realiza uma análise com base nas condições materiais e nas relações sociais, políticas e econômicas. Para isso, utilizamos procedimentos metodológicos como levantamento bibliográfico, pesquisa documental e análise de dados. Neste estudo compreendemos que a pesquisa documental “oferece dados necessários para a pesquisa, a partir de documentos – registros, estatísticas, diários, atas, biografias, jornais, revistas, entre outros” (Rodriguez, 2004, p. 22).

Assim, os documentos mais utilizados em nossa pesquisa foram: documentos institucionais, normas, decretos, editais. Já na pesquisa teórica, utilizamos autores e realizamos um balanço de produção, que é um levantamento de produções relevantes ao tema e que tratam em suas pesquisas sobre Assistência Estudantil em tempos de pandemia da covid-19.

Na Sessão I, intitulada “Política de Assistência Estudantil na Educação Superior”, buscamos configurar as políticas de assistência estudantil e, nesse cenário, o papel do Estado torna-se indispensável para a implantação de ações com vistas a cuidar do acesso e permanência dos estudantes nas Universidades Federais de Educação Superior. Abordamos então a relação entre capitalismo, Estado Moderno e Políticas Sociais.

Com efeito, trouxemos as leituras das políticas públicas instituídas especificamente para a Educação Superior a partir de 2003 até 2022, do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) até o governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022). Assim, no decorrer da pesquisa, foram realizadas revisões bibliográficas e documentais acerca do objeto de estudo. Além disso,

tratamos das Políticas de Assistência Estudantil para a Educação Superior e evidenciamos, a partir de textos e documentos como a *Revista Comemorativa Fonaprace 25 anos* (2012) e contando também com o decreto que normatiza o PNAES, Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) constitui-se principal programa que trata da permanência dos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica das Universidades Federais brasileiras.

Na Sessão II, para compreendermos a necessidade de se estudar o tema da assistência estudantil dentro da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul em tempos de pandemia gerada pelo coronavírus, fizemos um levantamento de produções e observamos que havia somente dissertações e artigos no período analisado. Isso decorre do nosso recorte temporal, em que não haveria dado tempo para a defesa de uma tese. Para o levantamento de produções acadêmicas sobre o tema, utilizamos como bancos de dados o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES; O Portal da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e o Portal Brasileiro de Publicações Científicas em Acesso Aberto (Oasisbr);

Na Sessão III, analisamos o perfil socioeconômico dos estudantes atendidos pelas ações criadas especificamente para o período de pandemia por meio de informações sobre: Idade; Sexo; Cor e etnia; Tipo de ingresso na UFMS; Situação conjugal; Estudante com filhos; se é ingressante trabalhador; Renda mensal familiar; Escolaridade de pai, mãe ou responsável; Origem escolar; Situação de moradia; Meio de transporte; Tipo(s) de auxílio/assistência estudantil; Tempo de permanência na(s) ação(s); e se estudante ingressante por meio de Cotas, qual tipo de cota.

Abordamos a Assistência Estudantil dentro da UFMS, sua implantação e execução. Então trouxemos leituras do Decreto que define o estado de calamidade pública, a Portaria da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul sobre as medidas que foram adotadas; Informativos; Relatórios de Gestão; Planos de Desenvolvimento Institucional; Relatório de Ensino Remoto de Emergência (2020); Relatório de Ações (2021); Relatórios de Autoavaliação Institucional; Resoluções; Editais e demais documentos que norteiam as ações da universidade no que diz respeito às políticas de acesso e permanência, disponíveis no site oficial da instituição (www.ufms.br/coronavirus) e no Boletim Oficial (www.boletimoficial.ufms.br).

O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGEdu), enviado através da Plataforma Brasil e aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul por meio do Parecer Consubstanciado número

6.151.549, de 29 de junho de 2023. Desta forma, tivemos acesso aos dados institucionais não publicizados pelos órgãos da UFMS. Através da plataforma Fala Br, solicitamos à Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (Proaes) acesso aos dados dos questionários socioeconômicos preenchidos pelos estudantes dos cursos de graduação para desvelar o perfil dos estudantes que receberam algum tipo de auxílio/assistência estudantil.

Para a análise e construção de estatísticas que caracterizem as políticas de acesso e permanência da educação superior, pesquisamos os dados econômicos, sociais e educacionais nos bancos de dados do IBGE, MEC, INEP, bem como os dados institucionais da UFMS e do perfil socioeconômico dos estudantes de graduação (2013 a 2015) da UFMS e da V Pesquisa Nacional do Perfil Socioeconômico e Cultural dos graduandos das IFES (2018) da Andifes.

SEÇÃO I – POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Nessa sessão, temos por objetivo investigar a política de Assistência Estudantil e sua relação com a política de educação superior no Brasil. Para isso, buscamos compreender como se dão essas relações no sistema capitalista, compreendendo sua história e como estão relacionadas às políticas sociais, às políticas para a educação superior no Brasil e, por fim, às políticas de assistência estudantil para a educação superior. “Ocorre que é preciso rastreamos as origens, a natureza e a função social do complexo que estamos estudando e, justamente em decorrência disto, é preciso começar pelo estudo que agarre profundamente o processo histórico de autoconstrução humana” (Rossi, 2021, p. 34).

1.1 CAPITALISMO, ESTADO MODERNO E POLÍTICAS SOCIAIS

A estrutura da sociedade capitalista apresenta desigualdades sociais, fruto do modo de produção capitalista por meio da divisão de classes. No caso do objeto que estamos estudando, que são as políticas de Assistência Estudantil, o acesso e a permanência da classe trabalhadora, ele é marcado pela pobreza e a redução de direitos sociais. Destacamos três aspectos a serem identificados e relacionados para se compreender a essência do objeto. São eles: políticos, sociais e econômicos.

análise das políticas sociais como processo e resultado de relações complexas e contraditórias que se estabelecem entre Estado e sociedade civil, no âmbito dos conflitos e luta de classes que envolvem o processo de produção e reprodução do capitalismo, recusa a utilização de enfoques restritos ou unilaterais, comumente presentes para explicar sua emergência, funções ou implicações (Behring; Boschetti, 2007, p. 36).

Para compreender as políticas sociais que temos hoje e que interferem na educação superior, precisamos inicialmente compreender a lei da acumulação da sociedade capitalista. O Estado capitalista assume diferentes formas de organização no decorrer da história, favorecendo a manutenção do sistema capitalista ou da classe burguesa. Assim, desenvolve papel específico de acordo com o contexto social, político e econômico. Pois, dependendo do momento histórico, o mercado tem novas características de produção e consumo.

O homem é um ser social, está inserido na sociedade capitalista, fruto de múltiplas determinantes sociais, econômicas e políticas. Segundo Gramsci (1980, p. 9), “a natureza humana é o conjunto das relações sociais historicamente determinadas”.

O homem não escolhe em qual classe social estará inserido. Nessa conjuntura, a classe trabalhadora vende sua força de trabalho, pois não detém os meios de produção. Nessa perspectiva, a classe trabalhadora tem o mínimo de condições sempre condicionado aos interesses dos capitalistas, mas essa consciência de exploração dentro dessa “engenharia” é alienada dentro desse sistema por meio das dinâmicas do Estado.

Para Antônio Gramsci, que vivia na Itália durante o fascismo italiano e escreveu um conjunto de notas durante seu encarceramento, que nos ajuda a compreender o papel do Estado na manutenção das bases econômicas, o Estado não utiliza somente a coerção para conter a população, mas também se utiliza da publicidade, das mídias, do convencimento, influenciando ideologicamente e culturalmente os indivíduos através do aparato ideológico.

Gramsci traz em sua análise a complexidade estrutural do Estado. Desta análise revelam-se dois “planos” superestruturais, sociedade civil (são instituições sociais como: partidos políticos, mídia, religião, sindicatos) e sociedade política ou Estado (aparelho repressivo do Estado/Governo através de leis) através da Teoria do Estado Ampliado. Definidos como:

Por enquanto, podem-se fixar dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de “sociedade civil” (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como “privados”) e o da “sociedade política ou Estado”, planos que correspondem, respectivamente, à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo “jurídico”. Estas funções são precisamente organizativas e conectivas (Gramsci, 2001, p. 20).

O Estado com a função de gestão, direção e concebido como “educador” que age, pune, insita, controla e aglomera os interesses dos “subalternos”, porém a fim da manutenção da classe dominante atendendo aos interesses dessa classe e assegurando o domínio desta mesma classe (Nogueira, 2021, p. 42).

Os intelectuais são os “prepostos” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) obtido pelo grupo

dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparelho de coerção estatal que assegura “ legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem” , nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo (Gramsci, 2001, p. 21).

Trata-se, portanto, do processo em que o Estado busca o consentimento dos subalternos/governados que ajudam a compreender a categorização do conceito de organismos privados que compõem a parte do Estado que produz consenso e hegemonia com natureza violenta e de civilidade e coerção (Nogueira, 2021, p. 44).

Desse modo, as políticas sociais surgem dos embates e negociações próprias do capitalismo excludente, em que o Estado visa à manutenção do capital através de consensos, dependendo do momento histórico em que o capitalismo se encontra, pois nesse sistema o Estado adquire a capacidade de se “flexibilizar” para atender as demandas da classe trabalhadora, sem que se mexa na estrutura dessa sociedade.

Assim, o Estado age de acordo com seu interesse ou interesse do capital, criando mecanismos para a manutenção dele, se baseando nesses artifícios para continuar enriquecendo os capitalistas e explorando a classe trabalhadora, gerando desigualdades sociais. Mészáros (2015, p. 17) aponta que

Com efeito, a função corretiva vital das formações estatais historicamente constituídas do capital sempre foi a manutenção e também o fortalecimento dos irremovíveis imperativos materiais de autoexpansão do sistema, e elas continuam as mesmas, inclusive em nossa época, quando proceder de tal forma torna-se um ato suicida para a humanidade.

Outrossim, o Estado não consegue por si só resolver as crises estruturais do sistema do capital, pelo contrário, as medidas corretivas parecem aprofundar ainda mais os problemas, tornando esse sistema altamente destrutivo:

[...] o Estado deveria proporcionar a solução para os vários problemas que obscurecem nosso horizonte, mas não consegue fazê-lo. Pelo contrário, tentativas de medidas corretivas de Estado – desde intervenções militares perigosas para enfrentar colapsos financeiros graves em uma escala monumental, incluindo as operações de resgate do capitalismo privado realizado pela sempre crescente dívida pública da ordem de trilhões de dólares – parecem agravar os problemas, apesar das vãs garantias em contrário (Mészáros, 2015, p. 17).

Compreendemos aqui que o Estado regulador, defendido pelos liberais a favor dos capitalistas em sua incorrigível e destrutiva forma de poder, não fará *per se* uma *equidade de condições*, pois esta é feita em favor das leis do capital excludente. Posteriormente, transmutado em neoliberalismo por meio da crise estrutural do sistema do capital, difundida como “solução” para os “problemas” sociais, mas que aprofunda as desigualdades em que a “menor porcentagem expropria para si muito mais do que a parte do leão da riqueza, vigorosamente protegida pelo Estado” (Mészáros, 2015, p. 26).

De acordo com Mészáros, os processos de tomada de decisão global das formações estatais no capital (devido à base sociometabólica da reprodução material sobre a qual têm sido historicamente constituídos) “podem representar apenas o paradigma da *sobreposição alienada* em seu modo incorrigível de operação” (Mészáros, 2015, p. 18).

A realidade da “globalização”, muito idealizada em nosso tempo, é obrigada a permanecer como uma tendência perigosamente unilateral, carregada de antagonismos materiais explosivos, enquanto as células constitutivas, os microcosmos de nosso lar planetário, são internamente dilaceradas pelas contradições, em última instância, irreconciliáveis de sua *centrifugalidade vigente*. Pois a característica centrífuga das determinações mais profundas do sistema do capital como tal acarreta os imperativos estruturalmente arraigados da expansão antagonica do capital e de sua defesa legitimadora do Estado separada/alienada. Consequentemente, dada a sua função absolutamente crucial no processo de reprodução social global, o tipo de defesa legitimadora do Estado próprio do metabolismo social estabelecido não pode assumir qualquer outra forma senão a *sobreposição a todo custo*. E isso equivale, sempre que necessário, até mesmo à afirmação mais violenta possível dos interesses das forças em conflito no âmbito da tomada de decisão *política/militar global* no domínio das relações *interestatais* (Mészáros, 2015, p. 19).

Mészáros (2015) faz uma crítica ao Estado:

O Estado na sua composição na base material antagonica do capital não pode fazer outra coisa senão proteger a ordem sociometabólica estabelecida, defendê-la a todo custo, independentemente dos perigos para o futuro da sobrevivência da humanidade. Essa determinação representa um obstáculo do tamanho de uma montanha que não pode ser ignorado ao tentar a transformação positiva tão necessária de nossas condições de existência. Pois, sob as circunstâncias que se desdobram da crise estrutural irreversível do capital, o Estado se afirma e se impõe como a montanha que devemos escalar e conquistar (Mészáros, 2015, p. 28).

Mészáros ainda aponta que o sistema do capital tem três pilares interligados, sejam eles: capital, trabalho e Estado, tal como segue:

Nenhum deles pode ser eliminado por conta própria. Tampouco podem ser simplesmente abolidos ou derrubados. As variedades particulares do Estado capitalista podem ser derrubadas, e também restauradas, mas não o Estado enquanto tal. Os tipos particulares das personificações historicamente dadas do capital e do trabalho assalariado podem ser juridicamente abolidos, e restaurados, mas não o capital e o trabalho como tais, em seu sentido substantivo de constituição como encontrados na ordem sociometabólica do capital. A verdade sóbria a ser lembrada é que tudo o que pode ser derrubado também pode ser restaurado. E isso foi feito. A materialidade do Estado está profundamente enraizada na base sociometabólica antagônica sobre a qual todas as formações de Estado do capital são erguidas. Ela é inseparável da materialidade substantiva tanto do capital quanto do trabalho. Só uma visão combinada de sua inter-relação tríplice torna inteligíveis as funções legitimadoras do Estado do sistema do capital (Mészáros, 2015, p. 28).

O referido autor ainda aponta uma saída, não capitalista, emancipadora: “a montanha em todas as suas dimensões deverá ser – e só poderá ser – conquistada se os antagonismos estruturais profundos nas raízes das contradições insolúveis do Estado forem colocados sob o controle historicamente sustentável” (Mészáros, 2015, p. 29).

Devemos, então, diferenciar Estado de Governo, que são comumente confundidos:

é possível se considerar Estado como o conjunto de instituições permanentes – como órgãos legislativos, tribunais, exército e outras que não formam um bloco monolítico necessariamente – que possibilitam a ação do governo; e Governo, como o conjunto de programas e projetos que parte da sociedade (políticos, técnicos, organismos da sociedade civil e outros) propõe para a sociedade como um todo, configurando-se a orientação política de um determinado governo que assume e desempenha as funções de Estado por um determinado período (Hofling, 2001, p. 31).

Nesse contexto, a autora continua pontuando o Estado como o governo em ação, que não se restringe à burocracia pública e aos organismos que implementam as políticas públicas.

Já as políticas públicas

são aqui compreendidas como as de responsabilidade do Estado – quanto à implementação e manutenção a partir de um processo de tomada de decisões que envolve órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados à política implementada (Hofling, 2001, p. 31).

Segundo Pergher e Farenzena (2017, p. 450), no Brasil baseado no senso comum, o termo política é muitas vezes ligado a partido político e que muitas vezes causa repulsa quando se pensa em corrupção, porém quando estudado etimologicamente é observado que nas línguas latinas esse termo é polissêmico, já na língua inglesa adquire três termos para identificar o que na língua latina é utilizado apenas por uma.

A *polity* é a esfera da política que faz a diferenciação entre política e sociedade civil, é a parte institucional, a organização jurídico-política, o que pode ser condensado na expressão o político, como também na expressão as regras do jogo; no Brasil, por exemplo, são características da *polity* o federalismo, o presidencialismo, a organização do Estado em poderes, a organização partidária, as regras das relações intergovernamentais, a organização específica de cada setor de política, entre eles a organização político-administrativa da Educação. A atividade política, as relações políticas, os processos políticos, as relações intergovernamentais, a atuação dos partidos políticos, a competição política caracterizam a *politics*, e é essa a interpretação geralmente mais utilizada nas conversas informais quando é feita referência à política, podendo-se resumi-la como o jogo político. E, por fim, a *policy* refere-se à ação pública, às decisões/ações do Estado (*policies*, no plural), ou seja, o governo em ação através das políticas públicas (Pergher; Farenzena, 2017, p. 450).

Já o termo políticas públicas tem várias, múltiplas e diversas definições (Pergher; Farenzena, 2017, p. 455) e não há uma única ou melhor definição. As definições de políticas públicas assumem uma visão holística, uma área que situa diversas unidades em totalidades organizadas, “sendo uma perspectiva de que o todo é mais importante do que a soma das partes e que indivíduos, instituições, interações, ideologia e interesses contam, mesmo que existam diferenças sobre a importância relativa desses fatores” (Souza, 2007, p. 4).

Pode-se, então, resumir o que seja política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, "colocar o governo em ação" e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). Em outras palavras, o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real (Souza, 2007, p. 5).

Cabe então diferenciar os quatro tipos de políticas públicas. De acordo com Souza (2007, p. 7),

Para Lowi, a política pública pode assumir quatro formatos. O primeiro é o das políticas distributivas, decisões tomadas pelo governo que desconsideram a questão dos recursos limitados, gerando impactos mais individuais do que universais, ao privilegiar certos grupos sociais ou regiões em detrimento do todo. Políticas públicas que favorecem o clientelismo e o patrimonialismo, por exemplo, seriam exemplos de políticas distributivas. O segundo é o das políticas regulatórias, que são mais visíveis ao público, envolvendo burocracia, políticos e grupos de interesse. O terceiro é o das políticas redistributivas, que atinge maior número de pessoas e impõe perdas concretas e no curto prazo para certos grupos sociais e ganhos incertos e futuro para outros; são, em geral, as políticas sociais universais, o sistema tributário e o sistema previdenciário e são as de mais difícil encaminhamento. O quarto é o das políticas constitutivas, que lidam com procedimentos. Cada uma dessas políticas públicas vai gerar pontos ou grupos de vetos e de apoios diferentes, processando-se, portanto, dentro do sistema político de forma também diferente.

Compreendendo a política educacional como uma política pública, de corte social, de responsabilidade do Estado, mas que não é pensada exclusivamente por seus organismos. (Garcia, 2018, p. 40)

“As políticas públicas revelam aquilo que o Estado tem ou deixa de ter inclinação para fazer, já que age dentro do estrito limite legal. Tudo o que é feito no âmbito da educação representa as pautas que conseguiram visibilidade e sua conversão em políticas” (Taveira, 2022, p. 47).

Hofling (2001, p. 32) acrescenta que

políticas sociais se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico. As políticas sociais têm suas raízes nos movimentos populares do século XIX, voltadas aos conflitos surgidos entre capital e trabalho, no desenvolvimento das primeiras revoluções industriais. [...] As políticas sociais – e a educação – se situam no interior de um tipo particular de Estado. São formas de interferência do Estado, visando a manutenção das relações sociais de determinada formação social. Portanto, assumem “feições” diferentes em diferentes sociedades e diferentes concepções de Estado. É impossível pensar Estado fora de um projeto político e de uma teoria social para a sociedade como um todo.

Compreendemos que a produção teórica e as políticas traduzem-se por um quadro polissêmico e, portanto, político-pedagógico. Portanto, as análises e proposições na área educacional serão portadoras de concepções de mundo, sociedade e educação, que, por sua vez,

traduzem o lugar histórico e, portanto, político-ideológico de onde se inscrevem (Dourado, 2010, p. 680).

De acordo com Behring e Boschetti (2007, p. 47), não se pode precisar um período específico de surgimento das políticas sociais, pois, como processo social, elas se iniciaram na confluência dos movimentos de ascensão do capitalismo com a Revolução Industrial, das lutas de classe e do desenvolvimento da intervenção estatal. Geralmente estão associadas aos movimentos de massa social-democratas e estabelecimento dos Estados-nação na Europa ocidental do final do século XIX, mas sua generalização situa-se na passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista, em especial na sua fase tardia, após a Segunda Guerra Mundial (pós-1945).

Com a lenta substituição da ordem feudal para a capitalista, crescia o número de pessoas desocupadas e para acabar com a “vagabundagem”, pessoas que perambulavam, surgiram as primeiras leis inglesas (Poor Law Acts) como forma de punição e repressão. Essas seriam um conjunto de regulações sociais assumidas pelo Estado, datadas desde o século XIV (Pereira, 2011, p. 62).

Com o objetivo de manter a ordem social, criaram as *Poor-houses* para abrigar pessoas consideradas incapazes para o trabalho (pobres impotentes), as *Workhouses* destinadas aos pobres capazes para o trabalho ou “mendigos fortes” e ainda as casas de correção aos capazes ao trabalho, mas que se recusavam a fazê-lo (Pereira, 2011, p. 64). Mas o diferencial entre essas políticas de controle dos pobres foi a criação do Sistema *Speenhamland*, que “instituiu a ideia de direito do trabalhador (e não só do incapaz) à proteção social pública” (Pereira, 2011, p. 68).

Para Pereira (2011, p. 69), apesar de haver uma preocupação com os pobres, trabalhadores ou não, essa proteção social pública não se deu por benevolência do Estado, mas por meio de controle social para os pobres não se rebelarem como já vinha ocorrendo na França.

Para Behring e Boschetti (2007, p. 49), de acordo com as ideias de Polanyi, enquanto as anteriores leis dos pobres induziam o trabalhador a aceitar qualquer trabalho a qualquer preço, a Lei Speenhamland permitia ao trabalhador minimamente “negociar” o valor de sua força de trabalho, impondo limites (ainda que restritos) ao mercado de trabalho competitivo que se instaurava.

Segundo Behring e Boschetti (2007, p. 50), a nova lei dos pobres de 1834 revogou os direitos assegurados anteriormente e relegou a assistência aos pobres, que já era limitada à

filantropia. Isso fez com que os pobres capazes de trabalhar fossem obrigados a trabalhar e os pobres e miseráveis à “servidão da liberdade sem proteção” e ao pauperismo:

Se as legislações sociais pré-capitalistas eram punitivas, restritivas e agiam na intersecção da assistência social e do trabalho forçado, o “abandono” a essas tímidas e repressivas medidas de proteção no auge da revolução industrial lança os pobres a “servidão da liberdade sem proteção”, no contexto de plena subsunção do trabalho ao capital, provocando o pauperismo como fenômeno mais agudo decorrente da chamada questão social (Behring; Boschetti, 2007, p. 51).

Através do liberalismo econômico, a reforma da lei dos pobres de 1834, a *Poor Law Amendment Act*, representou um marco, pois retirava do protecionismo do Estado o controle da pobreza, movido pela emergente economia de mercado (Pereira, 2011, p. 70). Nesse contexto, falaremos agora da exploração da força de trabalho em subsunção ao capital, já que a geração de lucros e excedente é a produção da mais valia (lucros dos capitalistas).

Segundo as autoras, Marx já mostrava a luta feroz em torno do tempo de trabalho entre os detentores dos meios de produção – a burguesia – e os trabalhadores na medida que o tempo médio de trabalho socialmente necessário é fundamental para o processo de valorização do capital e também de reprodução da força de trabalho (Behring; Boschetti, 2007, p. 54).

Sobre os direitos sociais no século XIX, o Estado liberal tinha o papel de proteger o direito à vida, a liberdade individual e os direitos de segurança e propriedade.

De acordo com Hofling (2001, p. 36), as teorias políticas liberais concebem as funções do Estado essencialmente voltadas para a garantia dos direitos individuais, sem interferência nas esferas da vida pública e, especificamente, na esfera econômica da sociedade.

Nesse momento (segunda metade do séc. XIX), aconteceram muitas lutas dos trabalhadores e movimentos em busca de menores jornadas de trabalhos e melhores salários. O Estado, por sua vez, agia de forma a persuadir, sob a direção do capital, então, “reprimia duramente os trabalhadores, de um lado, e iniciava a regulamentação das relações de produção, por meio da legislação fabril, de outro” (Behring; Boschetti, 2007, p. 54).

Sob égide do liberalismo e mérito individual, foi em meio a paralisações que os trabalhadores conquistaram sua jornada “normal” de trabalho de 10 horas, tendo a legislação fabril como precursora do papel que caberá ao Estado na relação com as classes e os direitos sociais no século XX.

No século XIX, o estado burguês foi obrigado pela pressão dos trabalhadores a incorporar interesses de outras classes e acatar a participação destas na formulação de políticas sociais. As mobilizações na luta de classes foram determinantes para a mudança da natureza de estado liberal do final do século XIX ao início do século XX. Não conseguindo, porém, a ruptura com o capitalismo. Nesse momento, a classe trabalhadora passou a ocupar espaços políticos e a concentração e a monopolização do capital permaneciam.

Seguidas da Grande Depressão ou a crise de 1929-1932 iniciada no sistema financeiro americano, se alastrando pelo mundo, reduzindo o comércio mundial a um terço do que era antes (Behring; Boschetti, 2007, p. 68), o que fez gerar uma “contestação” em relação aos fundamentos do liberalismo e causando um recuo com as proposições de Keynes, com a experiência do New Deal. As políticas sociais, então, compõem o rol de medidas anticíclicas ou de crise.

Segundo Pereira (2011, p. 70), o *Welfare State* seria um fenômeno que não tem um modelo unívoco, variou de país para país com características específicas de cada região. Como exemplos, o Plano *New Deal* (nova política) previa intervenções estatais de forma inovadora e antiliberal (embora capitalista) por Keynesianismo, igualmente ao modelo de Roosevelt, porém ideologicamente diferentes, sendo o modelo sueco guiado por concepções social-democratas e considerado mais progressista do ponto de vista social. Seriam então dois tipos de keynesianismo: comercial dos Estados Unidos e social da Suécia. Mas que a sua “pré-história” seriam nas *Poor Laws* (Lei dos Pobres) inglesas.

A Pereira (2011) utiliza Mishra para falar da não equivalência entre Estado de bem-estar e políticas sociais, porém ela discorda de um modelo melhor de *Welfare State* e o corporativismo social como a expressão mais acabada de proteção social.

As teses neoliberais, absorvendo o movimento e as transformações da história do capitalismo, retomam as teses clássicas do liberalismo e resumem na conhecida expressão “menos Estado e mais mercado” sua concepção de Estado e de governo. Voltadas fundamentalmente para a crítica às teses de Keynes (1883-1946), que inspiraram o Estado de Bem-Estar Social, defendem enfaticamente as liberdades individuais, criticam a intervenção estatal e elogiam as virtudes reguladoras do mercado. Estas idéias ganharam força e visibilidade com a grande crise do capitalismo na década de 1970, apresentadas como possíveis saídas para a mesma (Hofling, 2001, p. 36).

Se destacam as críticas às proposições de Keynes, para quem, nas ideias neoliberais, as políticas (públicas) sociais são consideradas um dos maiores entraves a este mesmo desenvolvimento e responsáveis, em grande medida, pela crise que atravessa a sociedade dos países centrais por volta de 1960 (Hofling, 2001, p. 37)

A intervenção do Estado constituiria uma ameaça aos interesses e liberdades individuais, inibindo a livre iniciativa, a concorrência privada, e podendo bloquear os mecanismos que o próprio mercado é capaz de gerar com vistas a restabelecer o seu equilíbrio. Uma vez mais, o livre mercado é apontado pelos neoliberais como o grande equalizador das relações entre os indivíduos e das oportunidades na estrutura ocupacional da sociedade. Coerentes com estes postulados, os neoliberais não defendem a responsabilidade do Estado em relação ao oferecimento de educação pública a todo cidadão, em termos universalizantes, de maneira padronizada. Um sistema estatal de oferta de escolarização compromete, em última instância, as possibilidades de escolha por parte dos pais em relação à educação desejada para seus filhos (Hofling, 2001, p. 37).

Como pontua Hofling (2001, p. 37), nas políticas de educação

[...] coerentes com a defesa e referência essencial aos princípios da liberdade de escolha individual e do livre mercado, os neoliberais postulam para a política educacional ações do Estado descentralizadas, articuladas com a iniciativa privada, a fim de preservar a possibilidade de cada um, de acordo com seus próprios méritos e possibilidades, em seu lugar adequado na estrutura social.

Utilizamos aqui essa conceituação para demonstrar somente a lógica perversa adotada pelo neoliberalismo. Como por exemplo, o neoliberalismo é entendido por Dardot e Laval (2016) como a nova razão do mundo e antes de ser ideologia é uma racionalidade, sendo essa uma lógica de mercado e empresarial.

“O neoliberalismo deve ser visto como uma estratégia de recomposição do poder burguês e de enfrentamento aos movimentos contestatórios que se fortaleciam como possibilidade de superação da crise do capital nos anos de 1970” (Brettas, 2017, p. 60).

Trouxemos então, em uma perspectiva histórica, como o Estado pode desempenhar importante papel para a sobrevivência do capitalismo, portanto, ao chegarmos ao período neoliberal como um momento do capitalismo, procuramos nos centrar a partir de agora nas políticas para educação superior no Brasil.

1.2 PROGRAMAS PARA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL DE 2003 A 2022

Abordaremos então, de forma histórica, como as políticas para a educação superior foram se desenhando no Brasil por meio das principais legislações e interlocuções com autores, perpassando cada governo.

O acesso à educação é um direito que consta na Constituição Federal de 1988, promulgada em 05 de outubro de 1988. O papel do Estado em garantir a educação, no art. 6º, não se limita em apenas possibilitar o ingresso à educação, mas criar mecanismos para a permanência e a formação.

Como forma de garantir o direito à educação preconizado na Constituição Federal, foi sancionada a segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Esse dispositivo legal determinou o direito ao ensino público, gratuito e de qualidade, no entanto, assegurou a coexistência de instituições de educação públicas e privadas (Garcia, 2018, p. 69).

Quanto maior a democratização na educação for, maior será o exercício de direitos humanos e contribuirá para a mobilidade econômica, o combate das desigualdades sociais, além de favorecer a cidadania para uma sociedade igualitária e democrática. Sobre o direito à educação, Gentili (2009) argumenta sobre os processos de exclusão e inclusão no campo educacional:

De fato, uma das dimensões mediante a qual historicamente se produziu a negação do direito à educação dos mais pobres foi o não reconhecimento desse direito na legislação nacional, ou reconhecê-lo de forma fraca, indireta ou restrita, assim como o impedimento ao acesso de grandes setores da população aos níveis mais básicos da escolaridade, mesmo quando a legislação nacional assim o exigia. Excluídos de fato e de direito, os pobres viram suas oportunidades educacionais se diluírem em um arsenal de dispositivos e argumentações mediante os quais se justifica sua baixa ou nula presença nos âmbitos educacionais (Gentili, 2009, p. 1061).

Durante o primeiro mandato do Governo Luiz Inácio Lula da Silva (2002 a 2006), eleito pelo Partido dos Trabalhadores – PT, houve uma interlocução entre os desejos da classe trabalhadora com a manutenção da hegemonia da classe burguesa. Podemos dizer que surgiram ou foram reformulados alguns programas específicos para a Educação Superior. Nas

Universidades Privadas foram o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e o Programa Universidade para Todos (Prouni).

O Programa Universidade Para Todos (Prouni), que é um programa com recorte social com bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação em instituições de educação superior privadas, institui uma política de acesso e não de permanência na Educação Superior, pois fortalece a expansão da educação superior privada no modelo diversificado (o maior número de instituições e não universidades), o que acarreta uma precária formação dos alunos participantes do programa.

Nas Universidades Federais, no segundo mandato de Lula (2007 a 2010), houve diferenças no que tange à abrangência das políticas, aos grupos sociais atendidos e ao financiamento posto em prática, através da inclusão social. Como o Programa de Educação Tutorial (PET); Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (PROMISAES); Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G); Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC); Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID); Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), Programa de Acessibilidade na Educação Superior (INCLUIR); Programa de Extensão Universitária (ProExt); Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

Como expressão visual dos programas de acesso e permanência para a educação superior que foram pensados pelos governos de Lula no primeiro e segundo mandatos, realizamos o quadro a seguir:

Quadro 1 – Programas para a Educação Superior do governo Lula de 2003 a 2010

Programas de acesso e permanência	Objetivos	Normas, Leis e/ou Decretos
Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)	política educacional que concede financiamentos a estudantes de cursos superiores não gratuitos e com avaliação positiva no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).	Lei 10.260, de 12 de julho de 2001
Programa de Educação Tutorial (PET)	fomentar grupos de aprendizagem tutorial mediante a concessão de bolsas de iniciação científica a estudantes de graduação e bolsas de tutoria a professores-tutores de grupos do PET.	Lei nº 11.180, de 23 de setembro de 2005
Programa Universidade para todos (ProUni)	oferecer bolsas de estudo, integrais (100%) e parciais (50%) em instituições de educação superior não gratuitas.	Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005.
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID)	antecipar o vínculo entre os futuros mestres e as salas de aula da rede pública.	Decreto nº 7.219, de 24 de junho de 2010.
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC)	qualificação de estudantes de graduação para a pesquisa científica.	RN 017/2006
Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (PROMISAES)	fomentar a cooperação técnico-científica e cultural entre o Brasil e os países com os quais mantém acordos – em especial os africanos – nas áreas de educação e cultura.	Decreto nº 4.875, de 11 de novembro de 2003
Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)	ampliar o acesso e a permanência na educação superior.	Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.
Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir)	promover o desenvolvimento de políticas institucionais de acessibilidade nas instituições federais de educação superior para garantir o pleno acesso de pessoas com deficiência	Decretos nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004 e, nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005
O Programa de Extensão Universitária (ProExt)	apoiar as instituições públicas e comunitárias de ensino superior no desenvolvimento de programas ou projetos de extensão que contribuam para a implementação de políticas públicas, com ênfase na inclusão social.	Decreto nº 6.495, de 30 de junho de 2008
Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)	viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria	Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010

	do desempenho acadêmico e reduzir as taxas de evasão e retenção.	
--	--	--

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de dados do MEC (2023)

Destacamos o Plano Nacional de Assistência Estudantil como o principal programa de permanência nas Universidades Federais. A consolidação do PNAES pelo Governo Lula é o reconhecimento de sua importância estratégica para ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior nas instituições públicas federais. Apresentaremos mais sobre o PNAES no próximo subitem.

Ressaltamos também o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Instituído pelo Governo Federal através do Decreto n.º 6.096, de 24 de abril de 2007, é uma política de importante contribuição para a expansão e interiorização da educação superior pública, pois cria condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, por intermédio do melhor aproveitamento da estrutura física e dos recursos humanos existentes nas universidades federais (Brasil, 2022).

No campo da educação, superior houve a criação de mais 14 novas universidades federais, a abertura de concursos públicos, a ampliação dos recursos e intensa ampliação dos Institutos Federais de Ciência e Tecnologia (IFETs). Nesse âmbito, foram criadas 214 escolas a eles vinculados e cerca de 500 mil matrículas. É preciso também assinalar que houve ênfase nas políticas voltadas para a educação de jovens e adultos e para a educação da população indígena e afrodescendente (Frigotto, 2011, p. 243).

No plano do financiamento, a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), com todos os limites da natureza dos recursos ligados ao Fundo e não constitucionais, incorporou a educação infantil e o ensino médio, antes não contemplados. Para cobrir todas as modalidades, na sua função suplementar, esta em tramitação final, tem lugar a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica (FUNDEP). E outro aspecto diferenciado, ainda que em termos muitíssimos baixos, é a fixação do piso nacional para o magistério da educação básica, uma conquista histórica do magistério nacional (Frigotto, 2011, p. 243).

Frigotto (2011) aponta como o movimento dos empresários em torno do Compromisso Todos pela Educação e sua adesão ao Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), aprovado em 2007, que viabilizaria a instituição de um Sistema Nacional de Educação, contrastou com

seus intelectuais contra as teses da educação pública, gratuita, universal, laica e unitária, revelando o caráter cínico do movimento e a disputa ativa pela hegemonia do pensamento educacional mercantil no seio das escolas públicas (Frigotto, 2011, p. 245).

Em 2010, houve uma nova possibilidade de se criar um Sistema Nacional de Educação com a realização da Conferência Nacional de Educação (CONAE), que se trata de construir um verdadeiro conjunto unificado que articula todos os aspectos da educação no país inteiro, com normas comuns válidas para todo o território nacional e com procedimentos também comuns, visando a assegurar educação com o mesmo padrão de qualidade a toda a população do país (Saviani, 2010, p. 776).

Já no governo Dilma Vana Rousseff (2011-2014), primeira mulher eleita presidenta no Brasil, eleita pelo PT, no primeiro período houve a continuidade e expansão das políticas do governo Lula para a educação superior, porém no segundo mandato (2015-2016) houve uma crescente pressão neoliberal que culminou no seu *impeachment*.

Destacamos o Programa Ciência Sem Fronteiras, “que objetivava estimular a mobilidade de estudantes, professores e pesquisadores mediante a concessão de bolsas para as áreas consideradas prioritárias/estratégicas em universidades estrangeiras” (Correa, 2021, p. 57).

Ressaltamos também a importância da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, alterada pela Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016, que estabelece a política de cotas para o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico e nível médio, prevendo reserva de 50% das vagas para estudantes que cursaram o ensino médio em escola pública com renda familiar de até 1,5 salários mínimos combinados com critérios de cor/etnia (pretos, pardos e indígenas).

Destacamos ainda a importância da Lei n.º 13.409, de 28 de dezembro de 2016, que instituiu cotas para as pessoas com deficiência nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico e nível médio, mas que é acrescida na Lei n.º 12.711/2012, buscando democratizar o acesso de pessoas com deficiência à educação que historicamente encontram mais dificuldades para ingressar e permanecer em uma Instituição de Educação Superior.

Durante o segundo mandato de Dilma Rousseff (2015-2016), manteve-se o processo que já estava ocorrendo no governo Lula, mas que aos poucos, devido à pressão social e política, foi acentuando, na correlação de forças, o projeto na direção da economia do conhecimento para demonstrar avanços no processo de educação média, profissional e superior, tanto no setor

público como no privado, como a criação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (PRONATEC), em 2011, por meio da Lei n.º 11.513/2011¹, que já revelava forte conexão com os setores econômicos e o direcionamento dessas políticas por forças sociais que detinham o controle das instituições lideradas pelos setores econômicos, em especial o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) (Deitos, 2022, p. 149).

O documento “Uma ponte para o futuro”, de 2015, já trazia a preocupação com a crise fiscal, os problemas de orçamento e os benefícios “de sobra” aos trabalhadores, justificando como solução da crise o crescimento econômico por meio da “flexibilização” dos gastos públicos, a redução da taxa básica de juros e a reforma da Previdência Social. Como podemos verificar:

Reforma do orçamento, adaptação da previdência às mudanças demográficas e um esforço integrado de redução dos custos da dívida pública, em conjunto, vão nos encaminhar para uma trajetória progressiva de equilíbrio de longo prazo da situação fiscal, devolvendo previsibilidade ao ambiente econômico e normalidade às atividades produtivas, sem deixar de mencionar a recuperação da capacidade de investimento público (PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO, 2015a, p. 15).

Destacamos uma das 12 medidas a serem tomadas para alcançar os objetivos propostos:

d) executar uma política de desenvolvimento centrada na *iniciativa privada*, por meio de transferências de ativos que se fizerem necessárias, concessões amplas em todas as áreas de logística e infraestrutura, parcerias para complementar a oferta de serviços públicos e retorno a regime anterior de concessões na área de petróleo, dando-se à Petrobras o direito de preferência (PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO, 2015a, p. 18, grifos nossos).

Todo o documento tem essa preocupação com a economia, com o mercado, com a iniciativa privada, com o crescimento econômico, o que denota a real intenção do próximo governo, em que o crescimento econômico resolveria os problemas de desigualdades sociais e na verdade compactua com o projeto ultraliberal.

¹ De acordo com o TCU, o Pronatec tem por objetivo expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país, além de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público. De 2011 a 2014, foram realizadas mais de 8 milhões de matrículas, entre cursos técnicos e de formação inicial e continuada.

Michel Miguel Elias Temer Lulia (2016-2018), que era vice-presidente durante o governo de Dilma e filiado ao partido Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, assumiu o governo em 31 de agosto de 2016 até o final de 2018, através do processo de impedimento da presidenta Dilma, com políticas de forte cunho neoliberal do centro-direita/extrema-direita. Articulou o pacto conciliatório com destaque para a Reforma Trabalhista. Além disso, promoveu a reforma constitucional através da “PEC do teto de gastos”, PEC nº 55, de 15 de dezembro de 2016, que alterou e gerou controle sobre os gastos públicos de forma exclusiva para as políticas sociais obrigatórias do estado, tais como saúde, educação, assistência social, moradia. Em outras áreas, também promoveu contenção de gastos gerando maior desemprego e miserabilidade social (Deitos, 2022, p. 147).

Com a Emenda Constitucional nº 95, em 15 de dezembro de 2016, não houve espaço nem interesse para a expansão da educação superior, muito menos para a própria manutenção das IFES, uma vez que limita os gastos destinados à educação.

De fato, tal Emenda determinou que, por vinte anos o orçamento federal ficará restrito ao valor exercido no ano de 2016, corrigido em 7,2% em 2017, e pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) nos anos seguintes. Com isso, criou-se uma “regra de ouro” para os gastos primários federais segundo a qual estes somente podem ser reajustados pelos índices de inflação anual. Acrescente-se, portanto, que, se algum dos órgãos federais descumprir as regras do “teto dos gastos” poderá ser impedido de abrir concursos, contratar novos funcionários e criar novas despesas, dentre outras sanções estabelecidas na EC 95/16 (Santos; Musse; Catani, 2020, p. 10).

Dessa forma, inicia-se o contingenciamento dos gastos considerados “supérfluos” pelo Estado, no qual se pretende diminuir o papel do Estado e aumentar o papel do mercado interferindo nas questões sociais, porém sempre na perspectiva da competição, lucratividade e manutenção da hegemonia da classe dominante.

No campo da educação especificamente, iniciou “uma reforma do ensino médio e profissional demarcada pelo processo de expansão da profissionalização controlada pelos setores econômicos. Planificou o terreno, no conteúdo e na forma, para a gestão do aparato estatal que iniciou em 2019” (Deitos, 2022, p. 150).

O governo Jair Messias Bolsonaro (2019-2022) alimentou e tornou possível o pacto conciliatório neoliberal de cunho fundamentalista, típico de condutas pragmáticas de direita e extrema-direita com convicções e nuances autoritárias. Esse governo manteve e avançou nas medidas antissociais, tais como a reforma da previdência de 2019 e as políticas de redução das

condições sociais, produzindo histórico processo de deterioração e aumento da miserabilidade social (Deitos, 2022, p. 148).

“É necessário situá-lo como expressão conjuntural de uma política de educação superior cada vez mais vinculada ao ajuste neoliberal da economia e do papel do Estado, a tendências políticas de extrema-direita, culturais conservadoras e anticientíficas” (Sguissard, 2021, p. 212).

De acordo com Santos, Musse e Catani (2020), o chamado de ultraliberalismo, ou “neofascismo”, é predominante em basicamente quatro grupos sociais ou culturais: os agentes da repressão, os fundamentalistas religiosos, o empresariado e a classe média tradicional. O empresariado visualizou nesse governo a realização da pauta ultraliberal de desmonte de direitos trabalhistas e sociais.

Como pudemos observar durante esse governo, a pandemia do novo coronavírus (covid-19), em que houve muitas mortes, tornou-se terreno fértil aos projetos de “modernização conservadora” ultraliberais. O que é chamado, de acordo com Pereira e Pereira (2021), de Efeito Bolsonaro na propagação do novo coronavírus:

O descaso de Bolsonaro diante dos mortos pela pandemia, cristalizado em sua fala “E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê?”, seu incentivo ao autossacrifício permite inferir que se trata de uma política “genocida”. Assim, na conjunção entrelaçada de diversas crises –sanitária, econômica, política, cultural, social –no solo da “terra devastada” resultante do projeto de desconstrução implantado pelo bolsonarismo ergue-se uma “calamidade triunfal” (Santos; Musse; Catani, 2020, p. 8).

Merecem, portanto, destaque a redução de orçamento, a extinção de cargos em universidades públicas e o veto à abertura de concursos públicos por meio do Decreto n.º 10.185/2019, porém,

[...] ocorreram ainda ataques específicos direcionados à educação superior, como o contingenciamento de 30% do orçamento das universidades federais, em 2019, nas verbas discricionárias destinadas a custear gastos como água, luz, limpeza, bolsas de auxílio a estudantes, dentre outros (Mancebo, 2020, p. 6).

Os cortes destinados à pesquisa e à pós-graduação foram reduzidos a cerca de 25% em relação a 2016. A redução de recursos para funcionamento e pagamento de bolsas e auxílios da

Capes de cerca de 40% em relação a 2019 (de aproximadamente 4.0 bilhões de reais para cerca de 2,3 bilhões de reais). Em 2020, o orçamento da Capes correspondeu a cerca de 25% do de 2015 (Sguissard, 2020, p. 155).

Cabe ressaltar que em 2022 os repasses foram sumariamente retirados em novembro desse ano, por meio do Decreto n.º 11.269, de 30 de novembro de 2022, a exemplo concreto, os repasses para as bolsas da Capes, fazendo com que houvesse um corte no pagamento das bolsas dos pesquisadores no mês de dezembro, sem previsão de pagamento, o que afetou diretamente os estudantes que dependiam financeiramente do recurso, uma vez que neste momento era requisito para o recebimento da bolsa dedicação exclusiva (sem vínculo trabalhista). Além dos cortes de gastos para a manutenção das universidades públicas.

De acordo com Mancebo (2020), esse governo parte do princípio de que na academia a esquerda conquistou sua hegemonia, sendo o local onde se alimentam os esquerdistas e se propaga o “marxismo cultural” e, para acabar com essa ideologia nas faculdades e instituições, é necessário atacar e anular politicamente essas instituições de educação. Especificamente, as universidades federais foram o grande alvo dos ataques e pode-se dizer que a problematização relacionada às eleições de reitores nas universidades federais tinha por meta garantir o pleno controle do governo nessas instituições para ajustá-las ideologicamente. Além disso, interessa enfraquecer os meios acadêmico-científicos para que não criem obstáculos a seus projetos econômicos e se possível, até contribuam. Ademais, essa guerra cultural vai no sentido de implantar uma educação empreendedora, integrada ao mercado, acrítica e tutelada, o que vai de encontro à proposta do Future-se:

Sob esse prisma, o Programa Universidades e Institutos Empreendedores e Inovadores – Future-se é primoroso. O Ministério da Educação já apresentou quatro versões do Future-se (em julho e outubro de 2019, e em janeiro e maio de 2020) e, se aprovado em qualquer das suas versões, o Future-se, que parte da dicotomia redutora e falsa de que o problema é o Estado e a solução é o mercado, deixará a universidade ao sabor das oscilações do mercado financeiro e de interesses estranhos ao ambiente universitário (Mancebo, 2020, p. 8).

Trata-se de um projeto de reforma, ao menos parcial, das universidades e Instituições Federais de Educação Superior e que faz parte da lógica de meritocracia, liberdade econômica e competitividade desse governo.

O Future-se tem uma aparência de modernização, com discurso de que “professores ficarão ricos”, mas estes prestando serviço para a iniciativa privada, sendo marcado pela simplificação administrativa e modernização da gestão pública, com caráter privatista, financista e corporativista, uma vez que objetivava reestruturar o modelo de financiamento das universidades, atribuindo a elas a responsabilidade pela captação de recursos e eximindo o Estado dessa função.

Esse conjunto de programas visa transformar a universidade pública no que Chauí em 1999 já anunciava como “universidade operacional”, em que o Estado visa modernizar e racionalizar as atividades estatais, dentre elas a educação, em que o Estado não regula a prestação desse serviço. Encolhendo o público e fortalecendo o privado, ficando a cargo das regras de mercado e medidas pela “qualidade”, “avaliação” e “flexibilização” das universidades como prestadoras de serviço.

Nela, a educação, e particularmente a política educacional empreendida pelo aparato central estatal, cumpre uma função específica e centrada na formação de valores psicossociais e capacidades profissionais com foco dirigido e preestabelecido para garantir a estrutura social, que já é desigual e estratificada, para sedimentar a internalização de que só existe essa estrutura viável, estável e ideologicamente a única que pode ser realizável como projeto societário (Deitos, 2022, p. 148).

Além disso, a meta 12 do Plano Nacional de Educação (PNE) dificilmente será alcançada, pois deveria haver um crescimento do número de matrículas na educação superior pública, o que não ocorreu nos últimos anos. Pelo contrário, houve um aumento significativo no número de matrículas na rede privada, em especial na Educação a Distância (EaD).

Como aponta Taveira (2022, p. 86), “pode-se observar que o interesse pela expansão da EaD na educação superior é respaldado pelo bom desempenho de matrículas registradas nos últimos anos, por exemplo, em 2018 e 2019”. Como demonstração quantitativa, “as matrículas, no setor privado receberam 93,6% do montante registrado, em 2019, e a esfera pública – 6,4%”.

O interesse pelo avanço do setor privado, em especial do EAD, culmina com a adoção do Ensino Remoto de Emergência (ERE), adotado durante o momento de pandemia ocasionada pela covid-19, acelerando esse processo de privatização e de mercantilização da educação superior.

Nessa perspectiva, uma crítica que podemos fazer é em relação ao ERE, que seria a “remotização da educação superior” e que vem acompanhada com o discurso da inevitabilidade,

velando o barateamento dos custos com deslocamento, a comercialização da educação e a precarização da profissão de professor, como alerta Minto (2021, p. 140):

A tentativa de justificar o ensino remoto como inevitável opera sobre a dimensão de urgência acionada pela pandemia, mas essa não é, certamente, a única dimensão temporal envolvida nesse processo. Aqui se faz necessário recorrer ao debate sobre um dos elementos intrínsecos à lógica da expansão capitalista, cujo desenvolvimento histórico já sabemos vem se dando precisamente nos marcos daquelas tendências que Marx tão bem formulou em *O capital*.

Minto (2021) aponta ainda que o problema da educação “remota” na pandemia é que “o efeito disso é que toda a dinâmica da produção de mercadorias e da acumulação capitalista fica oculta, revelando a força da ideologia que a reveste” e que esse problema deve ser analisado “à luz das mudanças que estão a ocorrer no processo de trabalho contemporâneo, o que faz necessária uma crítica das concepções que velam o processo real, deslocando-o de seu solo histórico” (Minto, 2021, p. 141).

Outra crítica se refere à preocupação quanto ao cumprimento do “calendário escolar” como se fosse um ensino “improvisado”, sem a preocupação em se oferecer um ensino de qualidade, mas cumprindo prazos, visando ao cumprimento de carga horária, de acordo com o documento do Conselho Nacional de Educação – CNE n.º 9/2020, aprovado em 8 de junho de 2020, que versa sobre a reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual em razão da pandemia da covid-19.

A quem interessa, portanto, a volta ao trabalho sob o custo de se ceifar vidas durante o período de quarentena? A quem interessa desacreditar a ciência, a pesquisa e a universidade pública em nome da “moral e dos bons costumes”? A quem interessa que se produza, independentemente da qualidade? A quem interessa que os professores e sua formação sejam cada vez mais precarizadas? A quem interessa, portanto, a educação como mercadoria?

Pois bem, vejamos, este discurso velado de “em nome da moral e dos bons costumes”, da liberdade econômica, da “família cristã conservadora ocidental” adotada e difundida, banalizando a ciência, a vacina, a vida, *per se...* interessa ao capitalismo excludente, desigual e perverso, que está constantemente em crises e dotado de políticas neoliberais.

Nos atentaremos a partir de agora às políticas de assistência estudantil na educação superior, compreendendo seu histórico e como as políticas públicas sofreram interferência ou

redução de recursos em função de “pagar a dívida externa”, “modernização” para manter a hegemonia da classe dominante.

1.3 POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR

Vamos nos atentar, a partir de agora, ao delineamento das políticas de assistência estudantil na educação superior, levando em consideração as leis e demais documentos que influenciaram significativas mudanças nesse nível de educação.

A primeira ação de assistência estudantil pelo Estado brasileiro ocorreu em 1928, durante o governo de Washington Luís (1926-1930), com a inauguração da Casa do Estudante Brasileiro, em Paris, destinada a auxiliar estudantes que eram provenientes da elite financeira brasileira, pois este era o perfil dos estudantes com acesso à educação superior na época (Silva; Carvalho, 2020, p. 3).

Em 1930, durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1934), através da Reforma Francisco Campos, que tratava do Estatuto da Organização das Universidades Brasileiras pelo Decreto n.º 19.851/1931, são propostas medidas de providência e beneficência aos discentes, incluídas nelas bolsas de estudos para amparar os estudantes reconhecidamente pobres, condicionadas ao entendimento da Sociedade dos Professores Universitários e do Diretório Central Estudantil, tendo em vista a atenção rigorosa do critério de justiça e de oportunidade (Silva; Carvalho, 2020, p. 4).

A partir desse instrumento, houve a possibilidade de participação deliberativa dos estudantes nos assuntos da universidade por meio da representação do Diretório Central dos Estudantes (DCE) no Conselho Universitário. Em que o diretório estava incumbido, entre outras coisas, de defender os interesses da classe perante as autoridades e que, posteriormente, será muito importante para a organização das lutas e manifestações estudantis (Silva; Carvalho, 2020, p. 5-7).

De acordo com Silva e Carvalho (2020), ainda no contexto de 1930, foi inaugurada a Casa do Estudante do Brasil, localizada na cidade do Rio de Janeiro, que contou com grandes doações do governo. O prédio tinha três andares, além disso, em um deles, localizava-se o restaurante popular estudantil.

Com a Constituição Federal de 1934, observamos uma investitura oficial em direção à institucionalização da assistência estudantil, expressa no Art. 157:

Art 157 - A União, os Estados e o Distrito Federal reservarão uma parte dos seus patrimônios territoriais para a formação dos respectivos fundos de educação. § 1º - As sobras das dotações orçamentárias acrescidas das doações, percentagens sobre o produto de vendas de terras públicas, taxas especiais e outros recursos financeiros, constituirão, na União, nos Estados e nos Municípios, esses fundos especiais, que serão aplicados exclusivamente em obras educativas, determinadas em lei. § 2º - Parte dos mesmos fundos se aplicará em auxílios a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudo, assistência alimentar, dentária e médica, e para vilegiaturas.

Em 1937, o governo, por intermédio do Ministério da Educação e Saúde, apoia a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE). É nesse contexto histórico que ocorrerá a implementação de instituições de ensino superior sob o *status* de universidade, as primeiras Pontifícias Universidades Católicas (PUC).

A partir da Constituição Federal de 1946, a assistência estudantil passou a ser garantida para todos os níveis de ensino em caráter obrigatório. Conforme o Capítulo II Da Educação e da Cultura, Art. 172, “Cada sistema de ensino terá obrigatoriamente serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar” (Brasil, 1946).

Esses avanços se davam, em grande parte, com a organização, atuação e presença da UNE e compartilhava de um consensual levante em prol da Reforma Universitária. Nessa conjuntura, a reforma universitária de 1968 (durante o regime militar no Brasil 1964-1985) foi regulamentada por força da aprovação da Lei n.º 5.540/1968, que significou uma medida autoritária, na qual aplacava os estudantes, os jovens, os professores, críticos e militares. Em contrapartida, houve uma expansão que imprimia preceitos do financiamento da educação superior em que se redimensionava esse nível de educação a uma mercadoria.

Por volta dos anos de 1970, foi criado o Departamento de Assistência ao Estudante (DAE), essa iniciativa do governo federal ficou vinculada ao Ministério da Educação (MEC). O departamento tinha o objetivo de assegurar ações de assistência estudantil para graduandos, especialmente assistência médico-odontológica, moradia, alimentação. Ademais, foi desativado nas posteriores administrações (Silva; Carvalho, 2020, p. 7).

Na década de 1980, “as ações desenvolvidas pelo governo no âmbito da política de assistência estudantil tiveram maior ênfase nos antigos ensinos de primeiro e segundo graus, hoje, Ensinos Fundamental e Ensino Médio, conforme nomenclatura definida pela atual LDB” (Silva; Carvalho, 2020, p. 8).

Já a Constituição Federal de 1988 (CF/88) dispõe:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

Uma contradição apontada por Brettas é a de que por mais que na CF/88 conste que a educação é direito de todos e dever do Estado, o mesmo Estado capitalista em seu estado neoliberal reverte em “benefício próprio” quando ele cria parcerias com o setor privado. Ao pensarmos no Estado mínimo interventor nas políticas sociais, este estado tem que ser forte o suficiente para se manter e gerar consensos.

Entre as iniciativas oficiais para redução do financiamento federal da educação superior, no caso, das IFES, durante o governo FHC, por iniciativa do MEC, foram feitas várias tentativas de aprovar, no Congresso Nacional, emendas constitucionais ou leis ordinárias que promovessem a autonomia, em lugar da autonomia de gestão financeira (constitucional), que autorizaria as IFES a arrecadarem fundos de qualquer natureza, na ausência do financiamento estatal (constitucional). Além disso, visando compensar a desobrigação do Estado com a plena manutenção das IFES, incentivou-se a criação das polêmicas Fundações de Apoio Institucional (FAI), entidades privadas no interior dos campi universitários (Sguissardi, 2006, p. 1031).

Durante o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002),

O trabalho desenvolvido no Congresso Nacional pelo Poder Executivo levou à aprovação de uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei n. 9.394/96) de caráter minimalista, cujo capítulo da educação superior apenas traçou linhas gerais para o sistema, deixando para a legislação complementar seu detalhamento. Assim, por meio dos Decretos ns. 2.207/97, 2.306/97 e 3.860/01, além da grande diversificação institucional hoje existente, estabeleceu-se uma concessiva interpretação da letra do artigo 207 da Constituição Federal, que estabelece a obediência ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (Sguissardi, 2006, p. 1032).

Sobre o que está publicado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei n.º 9.394 (Brasil, 1996), Garcia (2028) menciona que várias ações e documentos são formulados, visando atender o Art. 2º ao estabelecer que a família e o estado são responsáveis pela educação

e pelo desenvolvimento pleno do educando, além disso, destaca que o Inciso I do Art. 3º destaca a importância da garantia de condições para o acesso e a permanência na escola.

Desde os anos de 1990 observou-se a crescente investida dos “parceiros” da educação. Sobre isso, Brettas (2017, p. 69-70) comenta que

[...] as políticas de austeridade fiscal conduzem a uma legitimação da atuação do setor privado como um “parceiro” para garantir a prestação dos serviços públicos. [...] Ao mesmo tempo, a atuação governamental estava voltada para ampliar as transferências de renda para estudantes da rede pública e, para os que não conseguiam acessá-la, havia a alternativa do crédito como forma de “garantir o direito” via o mercado. [...] No entanto, as crescentes demandas por assistência estudantil tendem a ser atendidas por meio de bolsas – dada a falta de investimento em infraestrutura como moradia, restaurantes universitários, dentre outros. Assim, aos estudantes de baixa renda se destina a promoção da “inclusão bancária” por meio de transferências de renda, em muitos casos, insuficiente para sua permanência na universidade.

Segundo Arretche (2015, p. 445), a democracia não explica as desigualdades de renda, mostrando que a desigualdade entre pretos e brancos desapareceu em 2000 quanto ao acesso ao ensino fundamental, mas permaneceu em relação ao ensino médio e superior até 2010. As mulheres avançaram sua participação na educação superior a partir de 1970, ultrapassando o número de homens em 1991 e 2010 se tornaram maioria nas universidades. Equalizando o número de mulheres em áreas tipicamente masculinas, reduzindo as desigualdades de gêneros, porém, os pretos tendem a estar em carreiras universitárias de menor prestígio. E constata que apenas a política do salário mínimo equaliza os rendimentos por gênero e cor.

Assim, destacamos o papel do Estado no período que condiz mandatos do Governo Lula (2003-2010), em que por meio de uma política de consenso neoliberal, no campo da educação superior, amenizou o processo de sucateamento das estruturas públicas, diminuindo as desigualdades sociais no acesso a uma vaga de educação superior por meio de programas de governo. Pois, neste momento em que estamos tratando,

Percebem-se sinais de esgotamento desse modo estabelecido de custeio do ensino superior. O segmento privado apresenta **ociosidade de vagas e altas taxas de evasão e inadimplência o que obriga à diminuição dos valores das mensalidades** e põe em risco a capacidade de investimento do setor. O setor público apresenta, também, **taxas de evasão o que revela a dificuldade de parte dos alunos de acompanharem os estudos, mesmo sendo gratuito**. Esta situação está clara para os órgãos oficiais quando afirmam que o Brasil não poderá depender unicamente da força inercial instalada no sistema. Considerando a necessidade de **inclusão social** de um grande contingente de

jovens oriundos de classes baixas, o governo reafirma que a educação é um bem público e não uma mercadoria e toma inúmeras iniciativas (políticas de inclusão) com impacto tanto sobre o segmento público e gratuito como sobre o segmento privado. A motivação é a ampliação das oportunidades de acesso para os contingentes de estudantes provenientes das camadas de baixa renda e grupos social e racialmente discriminados (Neves, 2012, p. 5, grifos nossos).

Nota-se que o governo para diminuir a taxa de evasão das universidades precisou instituir mecanismos para distribuir os recursos e, assim, atender as demandas da sociedade a respeito da Educação Superior. Pereira e Silva (2010, p. 4) consideram que “nas sociedades contemporâneas, uma das principais características das políticas públicas é o seu caráter redistributivo, tendo em vista que as mesmas pretendem produzir oportunidades iguais para atores sociais desiguais”.

No período de 2003 a 2010, estimulou-se o processo de reestruturação e expansão das universidades, reconhecendo-se a importância da Assistência Estudantil no contexto das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) brasileiras. Assim, foram instituídos programas de *inclusão social* nas Universidades Públicas e Privadas com o objetivo de reverter os altos índices de evasão e expandir a educação superior no Brasil.

Destacamos aqui o Programa Nacional de Assistência Estudantil, pois entendemos que para a expansão do ensino superior nas IFES é imprescindível o financiamento adequado e a descentralização de sua execução. Nesse sentido, o PNAES (criado em 2007) converteu-se na principal política de assistência estudantil do país e é o programa que procuramos focalizar para compreender as políticas de assistência estudantil nas Universidades Públicas Federais.

O Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) foi formulado pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE). A proposta do PNAES procura responder aos desafios apontados na Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES brasileiras, realizada pelo FONAPRACE, de 1996 a 1997 e 2003 a 2004. O PNAES foi continuamente acompanhado e aperfeiçoado pelo FONAPRACE, principalmente após a pesquisa realizada em 2004. Segundo a *Revista Comemorativa 25 anos*, o primeiro documento formulado pelo FONAPRACE tem os objetivos de

Incluir verbas específicas destinadas à assistência estudantil, na matriz orçamentária do MEC, para cada IFES; elaborar projetos especiais para recuperação e ampliação da capacidade instalada nos ambientes destinados à assistência; estabelecer a vinculação entre ações de acesso e programas de

permanência e consolidar um Plano Nacional de Assistência mediante levantamento nacional das necessidades (Fonaprace, 2012, p. 14).

Assim, foi adotado e lançado pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) em agosto de 2007 como busca de solução dos problemas relativos à permanência e à conclusão de curso por parte dos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica das Universidades Federais, por meio da articulação de ações assistenciais na perspectiva de inclusão social, de melhoria do desempenho acadêmico e de qualidade de vida.

O PNAES foi efetivamente implantado em 12 de dezembro de 2008 e é uma das ações oriundas do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) elaborado e implantado no segundo mandato do governo Lula, tendo como finalidade atender aos estudantes matriculados em cursos de graduação presencial, das IFES, visando a promover o apoio à permanência e conclusão dos alunos de baixa condição socioeconômica.

Segundo o Decreto n.º 7.234, de 19 de julho de 2010, os objetivos do programa são:

- I - Democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- II - Minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- III - Reduzir as taxas de retenção e evasão; e
- IV - Contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (Brasil, 2010).

O PNAES possibilita às IFES definir os critérios e a metodologia de seleção dos estudantes de graduação a serem beneficiados com recursos financeiros para colaborar em sua permanência e como serão utilizados os recursos repassados. Nessa perspectiva podemos evidenciar que as instituições podem utilizar os recursos oriundos do PNAES de acordo com as necessidades de cada instituição. Segundo o Decreto nº 7.234/2010,

§2º Caberá à instituição federal de ensino superior definir os critérios e a metodologia de seleção dos alunos de graduação a serem beneficiados.

Art. 4º As ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente.

Parágrafo único. As ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a

melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras. (Brasil, 2010).

Por ser responsável por repassar os recursos recebidos pelo governo para as IFES, estabelece que cada uma delas deverá distribuir os recursos em forma de ações de assistência estudantil. Porém, segundo o Decreto n.º 7.234, que normatiza o PNAES,

§ 1º As ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas: I-moradia estudantil; II-alimentação; III-transporte; IV-atenção à saúde; V-inclusão digital; VI-cultura; VII-esporte; VIII-creche; IX-apoio pedagógico; e X-acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

Durante o governo Dilma Rousseff (2011-2016), foram mantidos os programas de permanência e aprovado o PNE (2014-2024), até o golpe e ascensão do seu vice, Michel Temer (2016-2019), quando houve a reforma da previdência, em que os trabalhadores contribuintes foram quem saíram perdendo. Houve, além disso, um agravamento na situação de recursos com a aprovação, em 2017, da Emenda Constitucional 95, que prevê a definição de um teto para os gastos primários e conduz a um outro patamar o trato dos recursos públicos e a prioridade do pagamento de juros da dívida externa (Brettas, 2017, p. 65).

Na educação superior, o que assistimos é um intenso sucateamento das universidades públicas brasileiras, através das receitas do ultraliberalismo nos tempos da pandemia de covid-19², durante o governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), e a precarização da educação superior. Fenômeno que se revela através da “negação” à ciência através de cortes orçamentários destinados às universidades públicas, em uma expansão mercantilizada e até mesmo com a tentativa de se cobrar mensalidades nas universidades públicas (Nogueira, 2021, p. 21).

O que interessa nessa conjuntura é a competição entre as empresas para financiar as universidades. Vivemos intensos desmontes no sistema de produção científica em que a ciência é colocada em prova por negacionismo e divulgação de notícias falsas. Por isso,

² Uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de grande transmissibilidade e de distribuição global. De acordo com o site do Ministério da Saúde (<https://covid.saude.gov.br/>), até o presente momento, o número de óbitos por coronavírus já ultrapassa 692.280 acumulados.

compreendemos que esse fenômeno conhecido como “pós-verdade”, é considerado complexo. No que se refere à definição dos termos:

[...] consideramos o termo negacionismo mais pertinente que a palavra pós-verdade para denominar os fenômenos aqui evocados. Pós-verdade induz a ideia de que a questão central do negacionismo é a da verdade. Se fosse assim, seria necessário definir o que é a verdade, em uma longa análise epistemológica, para concluir, simplesmente, que o negacionismo é a negação da verdade. Esse não é o objetivo deste artigo, porque consideramos uma ingenuidade sociológica definir o negacionismo como uma simples negação da verdade, uma "pós-verdade". O que nos interessa aqui é compreender o negacionismo como um fenômeno social complexo, que remete à relação com o saber na sociedade contemporânea. Portanto, o foco deste artigo não é a questão da verdade, é o próprio negacionismo. Isso não quer dizer que uma reflexão epistemológica não seja interessante quando se trata do negacionismo, mas ela leva a uma conclusão um tanto paradoxal: se se interessassem pela epistemologia contemporânea da ciência (o que não é o caso), os negacionistas poderiam construir a partir dela argumentos a favor das suas teses (Charlot; Charlot, 2021, p. 3-4).

Aliado ao negacionismo e às notícias falsas, tivemos ainda a negação em relação às vacinas:

No entanto, a corrida pela vacina que poderá salvar a humanidade (e, mais importante para o capital, a sua própria reprodução) assemelha-se mais a uma nova Corrida Espacial, do que a uma união de cérebros de todo o mundo em busca de cura para uma peste. Não à toa, o nome da vacina russa é Sputnik, o mesmo nome do primeiro satélite a orbitar a Terra, em 1957, que abriu uma vantagem para União Soviética na Guerra Fria contra os Estados Unidos. (Pereira; Pereira, 2021, p. 47).

Nessa corrida, quem lucra é quem detém a patente e as indústrias farmacêuticas. Além disso, enquanto os países mais ricos protegiam os seus, os mais pobres continuavam sem vacinas, pois

Em suma, quem ganhar a corrida pela vacina lucrará não somente bilhões, mas, também, influência e poder nacional e internacional. A vacinação, nesses termos, elitizada, mercadorizada, privatizada e disputada pelas elites supranacionais, é e sempre será considerada proteção social. Mesmo que só proteja quem pode pagar por ela. Mesmo que proteja primeiro o Ocidente branco e os ricos (Pereira; Pereira, 2021, p. 47).

Já sobre a questão de se estar em estado de calamidade pública, fica evidente que houve a necessidade de criar estratégias para que os estudantes pudessem permanecer na graduação durante esse período. Assim, evidenciamos que os recursos oriundos do PNAES deveriam ser

utilizados dentro das universidades para favorecer a promoção da permanência, porém, o que assistimos é um intenso corte orçamentário para educação nos últimos anos.

Há também o Programa Bolsa Permanência (PBP) do MEC, instituído pela Portaria MEC n.º 389, de 9 de maio de 2013. É uma política pública voltada à concessão de auxílio financeiro a estudantes de graduação matriculados nas Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes), em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Segundo o portal MEC, o PBP do MEC concede o auxílio financeiro aos estudantes quilombolas, indígenas e em situação de vulnerabilidade socioeconômica matriculados em instituições federais de ensino superior e contribui para a permanência e a diplomação dos beneficiados. O recurso atualmente é no valor de R\$ 900,00 para estudantes indígenas e quilombolas e R\$ 400,00 para os demais estudantes.

Houve também a criação de outros programas que não são propriamente de permanência, como a moradia estudantil, restaurante universitário e o Programa Bolsa Família – PBF, mas que contribuem diretamente com essa ação nacionalmente. Com destaque ao PBF, criado pelo governo Lula em 2003, vinculado ao Ministério de Desenvolvimento Social – MDS, que incluiu outros programas de transferência de renda e diminuiu os índices de extrema pobreza no Brasil, no período de 2008 a 2012, durante as gestões dos presidentes Lula e Dilma (Garcia, 2018, p. 72).

De acordo com as pesquisas do relatório da Oxfam Brasil (2023), desde 2020, o 1% mais rico acumulou quase dois terços de toda a nova riqueza, cerca de seis vezes mais do que os 7 bilhões de pessoas que compõem os 90% mais pobres da humanidade, demonstrando que a riqueza está na mão de poucos, mesmo com a inflação superando os salários de, pelo menos, 1,7 bilhão de trabalhadores. Ademais, as empresas de alimentos e energia mais do que dobraram seus lucros em 2022, enquanto mais de 800 milhões de pessoas foram dormir com fome (Oxfam Brasil, 2023, p. 6).

Ao contrário do que se pensa, a desigualdade de renda e riqueza não surge do grande incremento tecnológico que causa a diminuição da produtividade do trabalho dando lugar ao desemprego, mas sim da nefasta concentração da renda do capital em apenas 1% da população, derivada de operações financeiras (Pereira; Pereira, 2021, p. 42).

De acordo com Pereira e Pereira (2021), a ganância desenfreada, a cobiça capitalista sem limites, aliadas a devastações ambientais, queimadas e aquecimento global, que fazem parte da superacumulação, crescimento, desigualdades e genocídios, demonstram que a pandemia, a disseminação das doenças etc. são esperadas.

Do exposto, fica claro que a pandemia da COVID-19 não é um fato inusitado. É um acontecimento previsto nos últimos anos e, por isso, não deveria surpreender. Além disso, ela não é causa da crise estrutural do capital que, desde os anos 1970, mantém-se ativa e destrutiva. Ao contrário, é produto acumulado da exploração voraz dos recursos da natureza e do trabalho humano pela civilização industrial, ainda em expansão, que, somado à crise estrutural do capital, ganha contornos extraordinários (Pereira; Pereira, 2021, p. 43).

Ou seja, não foi só a pandemia que matou, junto a ela outras doenças, a falta de vacina, a miséria, a fome, as condições sanitárias degradantes e tantas outras coisas que afetam principalmente os mais pobres, como aponta Pereira e Pereira (2021, p. 44):

Na conjuntura atual, a interação da contagiosa COVID-19 com condições pré-existentes não contagiosas, a exemplo do câncer, diabetes, obesidade, problemas cardíacos e respiratórios, hipertensão, entre outras, aliadas à pobreza e à falta de acesso a condições básicas de higiene, segurança alimentar e saúde, faz com que grupos populacionais específicos, como negros, povos originários e membros de comunidades periféricas, sejam mais vulneráveis aos impactos da pandemia sindêmica. Destarte, seu combate eficaz não se dá mediante a administração de drogas ou vacinas, mas, obrigatoriamente, por meio de ações estatais e políticas públicas que minorem disparidades sociais e econômicas e previnam as doenças não transmissíveis. Com essas medidas a mortalidade por COVID-19 seria reduzida.

A morte, já esperada, torna-se apenas números. Enquanto os noticiários anunciavam cada vez mais números de mortes e contaminados, a campanha que se tinha para “volta às aulas”, “volta ao trabalho” e “girar a economia” tinha uma intenção velada:

A morte, por sinal, tem sido parte integral da chamada proteção social contemporânea. E não apenas como resultado da ausência ou do sucateamento de políticas públicas de qualidade que previnam a fome, o desabrigo, a doença, o desemprego, mas, também, como resultado previsto (declaradamente intencional ou não) de ações políticas cruéis. O retorno às aulas em um país que conta centenas de mortos por dia, todos os dias, há meses, é uma dessas ações que levam à morte. Há várias outras, diretas e explícitas, como as chacinas contra negros e pobres, ou indiretas, como as reacionárias reformas Trabalhista e da Previdência. Neste contexto brutal de pandemia o endurecimento das regras e o corte, pela metade, do auxílio emergencial para a classe trabalhadora pobre quando se experimenta, ao mesmo tempo, um grande aumento de preços de alimentos básicos, como arroz, carne e leite, é outro exemplo (Pereira; Pereira, 2021, p. 45).

Como exemplo do exposto pelas autoras, pudemos observar que durante a pandemia do novo coronavírus, foram flagrantes o desespero e a fome, como as notícias de filas para pegar

ossos para comer. Já o benefício chamado Auxílio Emergencial foi concedido em caráter emergencial aos cidadãos que se enquadrassem nos critérios previstos em lei.

Voltando ao Programa Bolsa Família, durante o governo de Bolsonaro passou a se chamar Auxílio Brasil, com a promessa de aumento do número de beneficiados e aumento do valor. De acordo com a Agência Câmara de Notícias, a EC 123, promulgada pelo Congresso Nacional em julho, autorizou o Poder Executivo, excepcionalmente até o final do ano de 2022, a ampliar de R\$ 400 para R\$ 600 o benefício do Auxílio Brasil. Porém, ainda de acordo com o site³ Agência Câmara de Notícias, o deputado Alencar Santana e outros parlamentares do PT, afirmam que o governo atual, “como estratégia unicamente eleitoreira”, fixou o benefício em R\$ 600 até o final de 2022, ignorando os efeitos contínuos da crise que afeta milhões de brasileiros.

Com a posse do presidente Lula em 2023, o Projeto de Lei n.º 2315/22 previa, a partir de janeiro de 2023, o valor mínimo de R\$ 600 para o benefício mensal pago a famílias em situação de vulnerabilidade social e econômica pelo Programa Auxílio Brasil, que passara a ser chamado Programa Mais Bolsa Família. De acordo com a MP n.º 1.164, de 2 de março de 2023, para ter direito ao Bolsa Família, a principal regra é que a renda de cada pessoa da família seja de, no máximo, R\$ 218 por mês.

Fica a tarefa para a próxima seção de realizar o balanço de pesquisas e produções sobre a assistência estudantil e educação superior no período de pandemia gerada pela covid-19 (2020 a 2021) para se ter um panorama do que está sendo produzido.

³ Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/911953-projeto-muda-nome-do-auxilio-brasil-e-preve-beneficio-minimo-de-r-600/> Acesso em: 12 jun. 2023.

SEÇÃO II – BALANÇO DE PRODUÇÃO: PESQUISAS E PRODUÇÕES SOBRE O TEMA NO PERÍODO DA PANDEMIA GERADA PELA COVID-19 (2020 A 2021)

Nesta sessão realizaremos o levantamento de produções relacionadas ao tema de pesquisa. Com base em inquietudes que o pesquisador tem e o objeto de estudo a ser investigado, é importante realizar um levantamento dos estudos já descritos sobre o tema em questão, pois o seu questionamento já pode ter sido respondido por outros autores. Dessa forma, realizamos o balanço de produção a respeito da assistência estudantil em tempos de covid-19⁴.

Definidas como de caráter bibliográfico, elas parecem trazer em comum o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários (Ferreira, 2002, p. 258).

Assim, realizamos um balanço de produção, analisando 13 produções que se relacionam ao tema após a pesquisa realizada em três etapas.

Procedimentos de pesquisa

Para compreender a relevância do tema sobre como está a assistência estudantil das universidades públicas em tempos de pandemia da covid-19, fizemos um levantamento de estudos publicados em três plataformas de busca: no Oasisbr, na BDTD e no Portal de Periódicos da CAPES e observamos a presença desse tipo de estudo em universidades federais nos anos de 2020 e 2022, com artigos, dissertações e teses.

Os levantamentos nessas bases justificam-se devido à qualidade dos trabalhos encontrados, pois são de pesquisadores de todo o país. As plataformas BDTD e Portal de Periódicos da Capes são interligados e alimentados constantemente pelos programas de pós-graduação, o Oasisbr é uma iniciativa do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e

⁴ A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a pandemia da *coronavirus disease* 2019 (Covid-19) por conta da alta transmissibilidade da síndrome respiratória aguda grave do coronavírus Sars-CoV-2.

Tecnologia (Ibict) que reúne a produção científica e os dados de pesquisa em acesso aberto e foi escolhido por abarcar várias produções e se tratar de um site confiável. Os repositórios possuem a “busca avançada”, o que facilita a filtragem das informações.

Crítérios de exclusão

Em primeiro lugar, o termo utilizado “educação superior” foi considerado muito amplo devido à quantidade significativa de trabalhos encontrados (3.468 trabalhos). Então, quando realizada a segunda busca, foi utilizado o termo “Covid-19” e encontradas 1.261 produções. Na terceira busca, “assistência estudantil”, que nos aproximava mais do objeto de estudo, foram encontrados 112 trabalhos, todos considerando o período de “2020-2022”, pois queremos saber quais estudos têm sido realizados durante o período de calamidade pública.

Na pesquisa avançada, foram consideradas as categorias “Assistência Estudantil”, “Covid-19” e “Educação Superior” e os anos de publicação “2020-2022” para encontrarmos estudos recentes que nos aproximassem ao objeto. Portanto, consideramos que essas categorias já seriam suficientes para identificar as pesquisas que analisaram a Política de Assistência Estudantil na educação superior.

Na seleção dos estudos, foram utilizados critérios de inclusão e exclusão. Os critérios de inclusão foram: “assistência estudantil”, “Covid-19” e “educação superior” nas palavras-chave ou no resumo; estar em língua portuguesa; ter como tema central a educação superior. Como critérios de exclusão foram: o estudo não ter sido defendido no período de 2020-2022 e textos repetidos nos repositórios.

Sobretudo, priorizamos pelos trabalhos que analisaram as ações de assistência estudantil preconizadas no PNAES no atendimento aos estudantes da educação superior, averiguando a realidade de universidades por considerarmos que cada universidade utiliza os recursos oriundos do PNAES de acordo com a sua necessidade. Assim, buscamos identificar o enfoque dos trabalhos nos títulos, resumos e conclusões. Posteriormente, após as leituras, foram observados os objetivos, metodologias e os resultados das pesquisas.

2.1 OS ACHADOS DO BALANÇO DE PRODUÇÃO

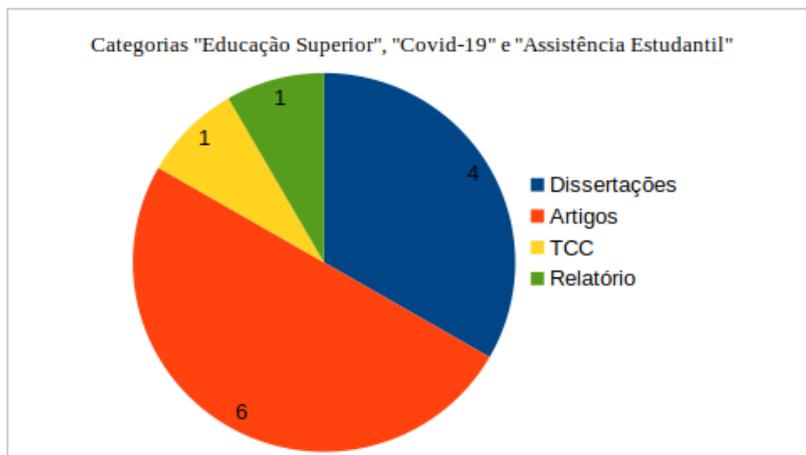
No momento inicial da pesquisa, buscou-se pesquisar o termo que abarcaria o maior número de estudos relacionados às políticas de assistência estudantil para educação superior e,

além disso, buscou-se definir os anos de interesse de estudo que compreendem os anos da pandemia da covid-19 (considerando o ano de 2022 que ainda se encontrava em estado de pandemia), permanecendo como recorte temporal para as análises os anos de 2020 até 2022.

Para identificarmos as pesquisas no Portal de periódicos da CAPES, utilizamos na busca as categorias “assistência estudantil”, “Covid-19” e “educação superior”, em “qualquer campo” e foram encontrados 13 artigos.

Já quando pesquisadas com a mesma metodologia as mesmas categorias no Portal Oasisbr vimos que havia 12 trabalhos, dentre eles: 6 artigos, 4 dissertações de mestrado, 1 Trabalho de Conclusão de Curso e 1 relatório. A nossa seleção delimitou a leitura de Teses, Dissertações e artigos, considerando que os trabalhos, geralmente, apresentam resultados de pesquisas científicas. Segue o gráfico em que se expressa visualmente a quantidade de trabalhos encontrados com as categorias:

Gráfico 1 – Quantitativo de trabalhos no Portal Oasisbr (2020 a 2021)



Fonte: Gráfico elaborado pela autora com base em dados da Oasisbr (2023)

Já na BDTD, com a busca das mesmas categorias, no âmbito “todos os campos”, identificamos somente 3 dissertações. Somando as pesquisas selecionadas, totalizaram: 19 artigos, seguidos de 7 dissertações e nenhuma tese foi identificada, o que era previsto, considerando que são 4 anos para a escrita de uma tese. A partir disso, relacionamos que temos ainda poucas dissertações e nenhuma tese. Diante disso, acreditamos que por ser um tema relativamente novo ainda não tenha sido publicado maior volume de dissertações, porém

espera-se a alta desse tipo de assunto que foi inédito e paralisou diversas atividades presenciais, dentre elas as aulas.

Da pesquisa realizada, os trabalhos que foram selecionados foram: 5 dissertações e 7 artigos que correspondem às categorias de análise e foram realizadas as leituras, sendo observados o título, o resumo, os objetivos, a metodologia e as conclusões/resultados e constatamos que, em sua maioria, eram estudos de casos ou de experiência em uma Universidade, Instituto ou Instituição pública. Isso mostra a preocupação de responder questões ligadas ao tema no meio acadêmico por apontar pesquisas de rigor científico e metodológico.

Obtivemos então as seguintes IFES em que as pesquisas selecionadas foram desenvolvidas/publicadas: Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal de Viçosa, Instituto Federal do Piauí, Universidade Federal do Alagoas, Universidade Federal do Paraná, Universidade Federal de Minas Gerais e Universidade Federal do Pará. Percebe-se que as universidades do Nordeste do país são as mais citadas nos trabalhos, seguidas das do Sudeste, Centro-Oeste, Sul e Norte.

É interessante ressaltar que, de acordo com a plataforma sucupira⁵, as regiões que têm mais programas de pós-graduação no país são: Sudeste (1979), seguida da região Sul (974), Nordeste (960), Centro-Oeste (397) e Norte (289), o que justificaria a ausência de produção na região Norte.

2.2 O QUE APRESENTAM AS DISSERTAÇÕES

⁵ Disponível em:
<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoRegiao.jsf>.
Acesso em: 24 abr. 2023.

Quadro 2 – Dissertações publicadas entre 2020-2022 com as categorias “Assistência Estudantil”, “Covid-19” e “Educação Superior”

Título	Autores	Ano de defesa	Link	Localização
INFLUÊNCIA DO PLANO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL SOBRE INDICADORES DE DESEMPENHO ACADÊMICO, EVASÃO E RETENÇÃO DOS DISCENTES COTISTAS NO PERÍODO DA PANDEMIA DE COVID-19 NA UFPB	Barros, Cleyton Sérgio de Oliveira	2022	https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/24517	UFPB
O PROGRAMA MINAS MUNDI E A PARTICIPAÇÃO DE ALUNOS DE BAIXA RENDA: O MUNDO É MESMO LOGO ALI?	Oliveira, Larissa Maria Rodrigues de	2022	https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/49702	UFMG
ATENÇÃO PSICOSSOCIAL NO ENSINO SUPERIOR: IMPLICAÇÕES PARA AS VIVÊNCIAS ACADÊMICAS DOS ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO	Milagres, Viviane Martins Ferreira	2022	https://www.locus.ufv.br/handle/123456789/29770	UFV
A TRANSFOBIA E SUAS IMPLICAÇÕES NA PERMANÊNCIA E AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE DE GÊNERO DE ESTUDANTES TRAVESTIS E TRANSEXUAIS, DA GRADUAÇÃO, NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	Silva, Edna Carvalhoda	2022	https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFPR_2e351a792f73f1c2ce2c1f7441c60cac	UFPR
ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS EM TEMPOS DE CALAMIDADE SANITÁRIA DO COVID-19	Irineu, Bianca Stéfani Alexandre.	2022	https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNB_927e560ba436e507b954862824c646ae	UnB

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base no Banco de Dados da Oasisbr, BDTD e Capes (2023).

A partir das dissertações do Quadro 2, observamos que em maioria absoluta obtivemos defesas realizadas somente no ano de 2022, nos anos anteriores não tivemos nenhuma dissertação e tese defendidas, o que é justificável pelo fato de que precisaria de 4 anos para a

defesa de teses relacionados ao tema, uma vez que a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou estado de pandemia em 11 de março de 2020 devido à propagação da covid-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2)⁶.

As dissertações de Barros (2022), Oliveira (2022), Milagres (2022), Silva (2022) e Irineu (2022) se relacionam, pois investigam questões ligadas ao acesso e permanência dos estudantes de graduação de Universidades Federais Brasileiras durante o período de pandemia.

Barros (2022) objetivou avaliar a influência do Plano Nacional de Assistência Estudantil sobre variáveis utilizadas para mensurar os indicadores de desempenho acadêmico, de evasão e retenção de estudantes cotistas assistidos pelo PNAES após o início da vigência da pandemia de covid-19 no âmbito da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Sobre as metodologias adotadas, o estudo de Barros (2022) caracteriza-se como documental, censitário, retrospectivo e de abordagem quantitativa a partir de bases de dados institucionais.

Barros (2022) conclui que os resultados foram favoráveis ao grupo dos estudantes assistidos com a assistência estudantil. Em algumas variáveis, admite que o programa foi parcialmente efetivo, influenciando positivamente, com exceção das variáveis coeficiente de rendimento acadêmico (CRA) e “quantidade de períodos acima do prazo regular para a integralização do curso”. Considera que o estudo pode contribuir para o trabalho dos gestores e ademais o estudo poderá oferecer uma visão adicional na identificação dos estudantes com necessidade de acompanhamento pedagógico.

A dissertação de Oliveira (2022) objetiva investigar e analisar o principal programa de mobilidade internacional (Minas Mundi) da graduação na Universidade Federal de Minas Gerais, de modo a verificar as condições de inclusão e de participação de estudantes provenientes dos estratos de renda mais baixos nos intercâmbios internacionais. Oliveira (2022) utilizou como metodologia a pesquisa documental, com levantamento e sistematização de informações obtidas dos editais, dos Relatórios de Gestão da UFMG, da Diretoria de Relações Internacionais (DRI), dos Planos de Desenvolvimento Institucional da UFMG (PDI) e demais relatórios. Além da análise de conteúdo de documentos.

Oliveira (2022) ressalta as dificuldades no acesso aos dados no período mais crítico da covid-19 quanto aos documentos de outros setores da universidade envolvidos no processo de análise socioeconômica e na distribuição das bolsas, o que necessitaria de uma urgente

⁶ Disponível em: <https://www.unasus.gov.br/noticia/organizacao-mundial-de-saude-declara-pandemia-de-coronavirus>. Acesso em: 19 maio 2023.

sistematização do Programa. Conclui que, mesmo com a ampliação e o número de vagas ofertadas, universidades parceiras e alunos participantes, a redução dos recursos, nos últimos anos, certamente tem afetado a possibilidade de ampliar a participação de estudantes dos estratos com menor renda familiar.

Já a dissertação de Milagres (2022) objetivou identificar as implicações dos serviços de atenção psicossocial para as vivências acadêmicas dos estudantes de graduação da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Na pesquisa de Milagres (2022), foi utilizada a abordagem quanti-qualitativa, dividida em duas etapas: na primeira, foi aplicado de forma on-line o questionário. Na segunda etapa, foram realizadas 17 entrevistas semiestruturadas. Os dados quantitativos foram analisados a partir da Análise Exploratória dos Dados.

Milagres (2022) afirma que apesar da visão positiva do estudante sobre a universidade, indica que há necessidade de um olhar institucional atento para o bem-estar psicológico e físico dos estudantes. Confirma a hipótese de que os fatores de risco que envolvem a vivência acadêmica não são estritamente acadêmicos, mas também fatores sociais, econômicos, pedagógicos, familiares e psicológicos. Dentre os fatores de risco, o mais citado foi relacionado ao bem-estar emocional, sendo o principal fator a ansiedade. A pandemia de covid-19 e a necessidade da implementação do ERE também foram relatados como fatores de risco para as vivências acadêmicas e o bem-estar psicossocial dos estudantes. A pesquisa considera que o apoio psicossocial tem implicado nas dimensões das vivências acadêmicas e o conhecimento sobre elas por parte da universidade é relevante para a promoção de ações de permanência na instituição. Por fim, evidenciou que há possibilidades de novas pesquisas que podem contribuir para o avanço das políticas de assistência estudantil no ES.

Silva (2022), em sua dissertação, buscou realizar um mapeamento das políticas afirmativas hoje presentes na Universidade Federal do Paraná destinadas a estudantes travestis e transexuais; bem como dos documentos que asseguram direitos. Para Silva (2022), a metodologia utilizada foi a aplicação de formulários em um grupo focal considerando suas respostas fechadas e abertas, destacando sempre as narrativas pessoais. A pesquisa também buscou ser um arcabouço teórico de desmistificação de preconceitos, de exposição de situações vivenciadas por estudantes trans no sentido de conhecer suas experiências, de defesa dos direitos humanos e da ocupação cada vez maior de lugares e espaços na sociedade.

Silva (2022) conclui, a partir dos relatos nas perguntas abertas, em sua maioria negativos, nos quais são mencionadas as reações de isolamento, tristeza, angústia e depressão diante de situações de transfobia sofridas, sobre a necessidade de mais políticas afirmativas

dentro da universidade para pessoas trans, bem como sobre a urgência do debate, realização de palestras, mesas com setores diversos da comunidade acadêmica com a finalidade de educar, explicar sobre identidade de gênero principalmente para traçar algumas ações.

Irineu (2022), em sua dissertação, objetivou apreender as estratégias/ações institucionais no âmbito da Assistência Estudantil para efetivação da permanência de estudantes que ingressaram em 2020 e 2021 na Universidade Federal de Goiás (UFG) em tempos de pandemia da covid-19, considerando a educação superior no Brasil sob os ditames do capitalismo dependente.

Irineu (2022) utilizou levantamento bibliográfico e pesquisa documental a partir de documentos oficiais e lives institucionais da UFG, regulamentos, portarias e legislações sobre a Assistência Estudantil através dos sítios eletrônicos oficiais, assim como Relatórios Anuais da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis. Solicitou dados quantitativos para a Diretoria de Articulação Acadêmica da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis de estudantes que ingressaram nos cursos da UFG, nos anos de 2020 e 2021, e que foram contemplados com bolsas/auxílios e/ou programas de AE (2020- 2021).

O estudo de Irineu (2022) se aproxima deste estudo, uma vez que analisa a partir do método marxista que o padrão dependente da educação superior na atualidade apresenta-se como um nicho mercadológico sob a imagem falseada de democratização da política. A desigualdade social, de classe, renda, raça, etnia, gênero e regionalidade é uma realidade estruturante no acesso e permanência estudantil à educação superior brasileira. A fragilidade legal da Assistência Estudantil, bem como sua lógica focalizada e seletiva, se apresentam cada vez mais como impeditivos para atender a todos que possuem o direito de acesso à assistência estudantil e sua política é essencial para a construção da permanência estudantil de estudantes da classe trabalhadora, embora seja imprescindível sua transversalidade com outras políticas de inclusão na educação superior, visto que construir mecanismos para o acesso é parte importante, mas não suficiente à garantia do direito à educação superior para a classe trabalhadora.

Podemos observar que cada uma das dissertações tratou ou de um programa, ou de uma ação ou de várias ações que as universidades Federais Brasileiras adotaram para favorecer a permanência dos estudantes da graduação. Elas se diferem em suas análises quanto ao perfil dos estudantes atendidos por essas ações, sejam eles: estudantes cotistas, estudantes de ações afirmativas, estudantes em situação de vulnerabilidade econômica, entre outros.

2.2.1 Discussões evidenciadas nas dissertações

As dissertações estão organizadas da seguinte maneira:

Milagres (2022) e Barros (2022) organizaram sua dissertação com mais de três capítulos, contabilizando o método e metodologia utilizados, além da revisão de literatura. Essa organização se deve ao fato de as dissertações serem de Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica e Programa de Mestrado Profissional em Gestão das Organizações Aprendentes, respectivamente.

Já as dissertações de Silva (2022), Oliveira (2022) e Irineu (2022) organizaram sua dissertação em 3 capítulos, introdução, considerações finais e referências. Isso se deve ao fato de as dissertações serem apresentadas aos programas de pós-graduação ao título de mestre em Educação e mestre em Política Social, respectivamente.

Apesar de cada dissertação ter uma temática diferente, todas investigam as ações relacionadas à assistência estudantil no âmbito de uma Universidade Pública Brasileira. Desse modo, compreendemos que as discussões das dissertações perpassam a educação como um direito Constitucional e a importância de se realizar a análise do perfil socioeconômico dos estudantes atendidos pelas ações de AE durante o período da pandemia de covid-19.

O acesso à educação superior é um direito que consta na Constituição Federal de 1988, o papel do Estado em garantir a educação no Art. 6º não se limita em apenas possibilitar o ingresso à educação, mas criar mecanismos para a permanência dos estudantes e conclusão dos cursos de graduação. Nessa perspectiva, as dissertações de Barros (2022) e Irineu (2022) trazem a educação como um direito social e os Programas de Assistência Estudantil são parte das políticas públicas de inclusão social pela educação.

Barros (2022) parte da ideia de que a crise provocada pela pandemia do novo coronavírus causou um impacto intenso sobre o modo como as pessoas aprendem, trabalham e vivem. Nesse sentido, políticas educacionais de assistência estudantil efetivam-se na garantia de direitos humanos e contribuem para a melhoria do desempenho acadêmico e da permanência e Irineu (2022) parte do pressuposto que as ações e programas institucionais da Assistência Estudantil na UFG, durante o período da pandemia de covid-19 com o ERE, não garantiram, por si mesmas, a permanência estudantil. Perante a situação pandêmica de covid-19, no campo social, houve o agravamento das condições objetivas das políticas sociais, o que atinge diretamente a Assistência Estudantil e a direção adotada pela instituição estudada, juntamente

com o movimento nacional das Instituições Federais de Ensino Superior, perante a situação de que muda a dinâmica e a tomada de decisões acerca das ações e projetos do Programa Nacional de Assistência Estudantil.

Nessa perspectiva, Oliveira (2022) afirma que as políticas de assistência estudantil ganham centralidade no contexto de ampliação e expansão da educação superior do século XXI. Sendo um dos objetivos dessas políticas a garantia da inclusão daqueles estudantes que, devido às condições socioeconômicas, são impedidos ou prejudicados no acesso a determinados programas, serviços ou oportunidades que a universidade oferece. Ressalta as dificuldades no acesso aos dados no período mais crítico da covid-19, tanto daqueles que poderiam estar organizados na Diretoria de Relações Internacionais quanto dos documentos de outros setores da universidade envolvidos no processo de análise socioeconômica e na distribuição das bolsas de assistência estudantil.

Silva (2022) ajuda na compreensão da importância da análise do perfil socioeconômico dos estudantes, que as desigualdades são mais evidentes quando observamos em especial os recortes de gênero, raça/etnia e classe social e, não por acaso, devido ao passado, de uma forte herança marcada pela colonialidade (cis, branca, europeia). Assim, a desigualdade, o preconceito e a discriminação são esferas recorrentes e ramificações de um mesmo padrão de imposição ideológica de determinadas estruturas de poder que afirmam o *status quo*, amparadas por uma forte lógica econômica do capitalismo neoliberal. Nesse contexto, a Universidade Pública e o Ensino Superior Público, por estarem dentro dessa dimensão de desigualdades e precariedades, reproduzem violências contra pessoas negras, LGBTQ+, PCD, indígenas, quilombolas, entre outros grupos que possuem vulnerabilidades, sob diversos aspectos.

Vários fatores influenciaram a permanência dos estudantes na graduação durante o período pandêmico, Milagres (2022) investigou a importância de ações de assistência estudantil no atendimento psicológico dos estudantes, destaca o adoecimento e a prevalência de sinais e sintomas de estresse, Burnout, ansiedade e depressão entre os estudantes universitários quando comparados à população geral. Milagres (2022) analisa que ingressar em uma IES envolve diversas mudanças para o jovem, como mudanças de cidade ou até mesmo estado, novos hábitos de estudos, transformações nas redes de amizades, de apoio e da vida cotidiana, sendo uma experiência vivida de forma singular. Para além das características pessoais, a presença ou ausência de serviços de assistência estudantil na universidade também deve ser considerada na compreensão do bem-estar psicossocial dos estudantes universitários.

Dessa forma, demonstramos a importância da análise das políticas para a educação superior no que tange à assistência estudantil para conhecermos a realidade de cada universidade para compreender a efetividade das políticas de permanência nas universidades públicas.

2.3 O QUE APRESENTAM OS ARTIGOS

Quadro 3 – Artigos publicados entre 2020-2022 com as categorias “Assistência Estudantil”, “Covid-19” e “Educação Superior”

Título	Autores	Ano de publicação	Localização	Link
O APOIO PSICOSSOCIAL E AS VIVÊNCIAS ACADÊMICAS DOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS	Milagres, Viviane Martins Ferreira; Rei, Lilian Perdigão Caixêta; Domingues, Sérgio	2022	Revista Internacional de Educação Superior	https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8666009
LIMITAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS : DESAFIOS À ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNB EM TEMPOS DE PANDEMIA	Santos, Carolina Cassia Batista; Abrantes, Patricia Paulino Muniz de; Zonta, Rafael.	2021	Cadernos Cajuína	https://cadernoscajuina.pro.br/revistas/index.php/cadcajuina/article/view/503

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL EM TEMPOS DE PANDEMIA: UMA ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO	Costa, Raniel Borges da; Castro, Franciné Lopes de; Calado, João Eudes De Souza; Foseca, Platini Gomes	2020	Id on Line Revista Multidisciplinar e de Psicologia	https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/2787/4535
PRÁTICAS DE ESTUDO NA COMUNIDADE ACADÊMICO-DIGITAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	Marigo, Adriana Fernandes Coimbra; Reyes, Cláudia; Bozzini, Isabela Custódio Talora	2022	Revista Internacional de Educação Superior	https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8667949
A INCLUSÃO DIGITAL NAS IFES NORDESTINAS: REFLEXÕES A PARTIR DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS DURANTE A PANDEMIA	Gomes, Lucélia Maria Lima da Silva; Duarte, Kamilla Alves; Silva, Andreza Freire da; Moura, Danielle Marinho Barros da Silva.	2022	Revista de Políticas Públicas	https://periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/19553/11164
ENTRE CRISES E DILEMAS PERSISTENTES: UMA ANÁLISE DOS PROGRAMAS DE PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS	Borges, Eduardo Henrique Narciso; Gouvea, Adriane Pereira; Barbosa, Maria Ligia de Oliveira.	2022	Plural- Revista do Programa de Pós-graduação em Sociologia da USP	https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/192974/183623

A PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES NO ENSINO SUPERIOR EM TEMPOS DE PANDEMIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	Braga, Simone Bitencourt; Santos, Terezi nha Fatima Andrade Monteiro dos.	2021	Repod- Revista Educação e Políticas em Debate	https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducapoliticas/article/view/62374/32644
---	---	------	---	---

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base no Banco de Dados da Oasisbr, BDTD e Capes (2023)

De acordo com o Quadro 2, observamos que em 2020 obtivemos somente um artigo, ao passo que em 2021 obtivemos 2 artigos, já no ano de 2022 obtivemos 4 artigos, o que aponta um crescimento de estudos, uma vez que ainda se seguia como estado de calamidade pública até dia 05 de maio de 2023, em que foi declarado fim da emergência de saúde pública pela OMS⁷.

Silva, Zapszalka e Razzolini Filho (2022) tiveram por objetivo em seu artigo identificar as dificuldades enfrentadas pelos estudantes de graduação da Universidade Federal do Paraná em relação ao ensino remoto.

O objetivo do artigo de Santos, Abrantes e Zonta (2021) foi apresentar os retrocessos na implementação de programas da Assistência Estudantil na Universidade de Brasília (UnB), considerando especificamente as limitações orçamentárias impostas à Educação por meio de medidas governamentais que alteram a Constituição Federal de 1988 e estabelecem um teto de gastos orçamentários com a Emenda Constitucional nº 95.

O artigo de Costa *et al.* (2020) buscou analisar a execução das ações do programa orçamentário da união referente ao auxílio estudantil no *Campus* São Raimundo Nonato, do Instituto Federal do Piauí (IFPI), no ano de 2020 e comparar com o orçamento executado no ano de 2019 para demonstrar as diferenças, impostas principalmente pela pandemia de covid-19.

⁷Disponível em: <https://www.politize.com.br/fim-da-pandemia/> Acesso em: 19 maio 2023.

O artigo de Braga e Santos (2021) objetivaram analisar a permanência dos estudantes no ensino superior a partir das ações de assistência estudantil desenvolvidas pela Universidade Federal do Pará (UFPA) no contexto da pandemia de covid-19.

Milagres, Reis e Domingos (2022) buscaram em seu artigo analisar as contribuições da atenção psicossocial nas vivências acadêmicas dos universitários.

Marigo, Reyes e Bozzini (2022), por sua vez, relataram a experiência de três professoras universitárias a partir de um projeto apresentado ao Programa de Assistência Estudantil, elaborado para dar suporte a estudantes no ensino remoto, desencadeado pela pandemia.

Gomes *et al.* (2022) tiveram por objetivo refletir sobre as ações de inclusão digital desenvolvidas pelas universidades e institutos federais, antes e após a pandemia da covid-19, através de levantamento nos sites das 26 instituições federais de educação da Região Nordeste no período de setembro de 2020 a janeiro de 2021, com intuito de identificar essas ações.

Borges, Gouvea e Barbosa (2022) buscaram em seu artigo analisar, a partir de revisão da literatura e a discussão de dados secundários, a construção das políticas públicas de assistência e permanência estudantil no país a partir da implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil, debatendo seus efeitos nas trajetórias discentes e abordando os problemas atualmente enfrentados visando à permanência, à conclusão dos cursos e à equidade no interior do sistema.

As metodologias identificadas nos artigos e nas dissertações foram de abordagem de estudo qualitativa, como em Braga e Santos (2021) e Milagres, Reis e Domingos (2022). Porém, de acordo com nossas pesquisas, algumas se identificam como de caráter quantitativo como de Barros (2022) e qualiquantitativo como Costa *et al.* (2020) e Milagres (2022), de modo que a pesquisa quantitativa vai fazer uso da mensuração e quantificar dados da pesquisa.

Pode-se utilizar procedimentos metodológicos como observação participante, questionário como em Silva, Zapszalka e Razzolini Filho (2022), pesquisa documental como em Santos, Abrantes e Zonta (2021) e análise de dados como em grande parte dos trabalhos que foram analisados neste estudo.

Assim, os documentos mais encontrados nas pesquisas foram documentos institucionais, normas, decretos e editais. Já a pesquisas teóricas com autores que mais se relacionam ao tema desta pesquisa em sua maioria eram com base no levantamento bibliográfico, como a dissertação de Oliveira (2022) e o artigo de Gomes *et al.* (2022).

Silva, Zapszalka e Razzolini Filho (2022) apontam que as principais dificuldades enfrentadas pelos estudantes se referem à: conexão com a internet, local inadequado para os

estudos; falta de tempo; excesso de conteúdo; dispositivos digitais; professores; saúde mental, e ao próprio ensino remoto. Somente 36 estudantes afirmaram não ter enfrentado nenhum tipo de dificuldade durante sua participação no ensino remoto.

Santos, Abrantes e Zonta (2021) demonstram como resultados uma estagnação do investimento nos programas de assistência estudantil, estimando uma redução de aproximadamente 1 bilhão de reais dos recursos para as universidades públicas brasileiras em 2021. Afirmam que a ANDIFES trabalha com a previsão de 185 milhões a menos no orçamento destinado ao PNAES, acrescentando a isso um projeto de desmonte das universidades públicas e as consequências advindas dos efeitos da pandemia, que ainda perdurarão por anos incidindo sobre a vida e o futuro de diferentes segmentos da sociedade, especialmente dos estudantes socioeconomicamente vulneráveis, indo na contramão da perspectiva da assistência estudantil como instrumento de uma educação transformadora.

Segundo Costa *et al.* (2020), os resultados apontaram uma facilidade na consulta das informações, consideraram como ponto mais importante as ações específicas criadas devido às consequências da pandemia, a redução do orçamento de assistência estudantil e que os recursos orçamentários estão sendo executados com outras prioridades de demandas. Assim, foram remanejados recursos de ações suspensas, como alimentação escolar por exemplo, possibilitando o auxílio financeiro necessário para os estudantes custearem o acesso à internet, permitindo a continuidade dos estudos.

Braga e Santos (2021) constataram que houve a criação de ações por meio de editais durante o período pandêmico; porém, essas ações, que deveriam ter um caráter universal, foram restritas aos alunos considerados mais pobres, tendo em vista que os recursos destinados à Assistência Estudantil não são suficientes para atender a demanda dos mais de 85% de alunos da UFPA que são vulneráveis socioeconomicamente, ameaçando assim a permanência destes na universidade, especialmente no cenário de pandemia.

De acordo com Milagres, Reis e Domingues (2021) os serviços institucionais de apoio possuem o papel fundamental de fortalecer o vínculo entre o aluno e a instituição a fim de gerar maior sentimento de pertencimento a ela. Para isso, entende-se a necessidade de identificar o perfil do estudante assistido pela assistência estudantil; o perfil de saúde desses estudantes; quais modelos de atenção à saúde existem na assistência estudantil; ações e estratégias para enfrentamento dos conflitos interpessoais; o equilíbrio entre a vida acadêmica e a vida pessoal; e ações de intervenção nas vivências acadêmicas. A partir dessa identificação, a universidade

deverá elaborar um modelo de assistência psicossocial que se adéque às necessidades dos estudantes.

Marigo, Reyes e Bozzini (2022) constatam que os estudantes inscritos eram de diferentes cursos de graduação da universidade e estavam em semestres iniciais em sua maioria. Entendem que a oferta do curso, baseada em evidências científicas, foi fundamental para o acompanhamento dos estudantes em seus cursos de graduação e para a formação continuada das professoras. Nesse sentido, pode-se evidenciar que a diversidade das docentes (de formação, atuação profissional e tempo na universidade) foi determinante para que todos os objetivos fossem alcançados.

De acordo com Gomes *et al.* (2022), os resultados apontaram que a pandemia impulsionou o desenvolvimento de ações de inclusão digital, pouco desenvolvidas antes desse período, podendo ser agrupadas em quatro segmentos: ações de conectividade para contratação de serviço de internet fixa ou móvel; ações direcionadas à aquisição de equipamento de tecnologia de informação e comunicação (TIC) e tecnologia assistiva; ações voltadas para a oferta de espaço adequado com segurança sanitária e condições de conectividade para os discentes; oferta de cursos de manuseio das tecnologias digitais. Destaca ainda a importância em garantir o acesso à internet e consideram importantes as ações de assistência estudantil.

Borges, Gouvea e Barbosa (2022) apontaram a necessidade de investimentos por parte das IES em outras formas de auxílio como o apoio pedagógico, psicológico e na inserção simbólica dos discentes. A afiliação simbólica, compreendida como o sentimento de pertencimento à universidade, é fundamental não somente para a permanência como também para a conclusão bem-sucedida dos cursos. O trabalho reafirmou a importância do estímulo às atividades extracurriculares visando à inclusão discente, apesar disto, foi possível identificar que políticas de apoio pedagógico têm ganhado mais espaço nas IES. O atual momento expõe as dificuldades que as IES têm enfrentado em relação ao financiamento das bolsas e auxílios, bem como a manutenção das atividades de apoio devido à pouca disponibilidade de capital humano para operacionalizar essas ações. Esse cenário coloca em risco os avanços alcançados ao longo da expansão do sistema e da democratização do perfil discente nas IES federais.

2.3.1 Constatações sobre as publicações

Observamos nos trabalhos estudados os assuntos mais tratados ou temas mais abordados para aproximarmos ao objeto de pesquisa os que mais se relacionavam com o tema “Assistência estudantil em tempos de covid-19”. Os textos abordam em sua maioria e se organizam em três partes principais: ações de assistência estudantil, execução dentro de uma universidade em tempos de pandemia da covid-19 (seja o perfil dos estudantes atendidos pelas ações de assistência estudantil, seja os valores orçamentários ou até mesmo a descrição da implementação de ações) e resultados e discussões apontando pesquisas que podem ser realizadas posteriormente.

Compreendemos, a partir dos textos, que a democratização do acesso à educação superior faz parte do caminho para a cidadania, de modo que propicia a universalização do conhecimento e a permanência na educação superior. Assegurar a permanência dos estudantes na educação superior, mediante a implantação de políticas públicas, acaba sendo uma medida que colabora indiretamente no processo mais amplo de expansão de direitos sociais e humanos.

No período de 2003 a 2010, estimulou-se o processo de reestruturação e expansão das universidades, reconhecendo-se a importância da Assistência Estudantil no contexto das Universidades Federais brasileiras. Assim, foram instituídos programas de inclusão social nas Universidades Públicas, com o objetivo de reverter os altos índices de evasão e expandir a educação superior no Brasil. Destacamos o Programa Nacional de Assistência Estudantil-PNAES, pois entendemos que para a expansão da educação superior nas Instituições Federais de Educação Superior (IFES) é imprescindível o financiamento adequado e a descentralização de sua execução.

O PNAES possibilita à IFES definir os critérios e os editais de seleção dos alunos de graduação a serem beneficiados com recursos financeiros para colaborar na permanência e, assim, cada instituição define quais ações irá promover e a distribuição dos recursos.

Será analisada aqui a execução orçamentária do recurso da assistência estudantil do IFPI Campus São Raimundo Nonato, períodos de janeiro a outubro de 2019 e janeiro a outubro de 2020, pois ainda não se tem as informações do que será executado nos meses de novembro e dezembro de 2020. Ao consultar o Portal da Transparência do Governo Federal foi possível verificar que o referido orçamento é executado utilizando dois elementos de despesas. O primeiro é destinado à aquisição de material de consumo, que ao detalhar a despesa no Portal constatou-se que se trata de insumos para a produção e o fornecimento de refeições aos discentes da instituição. O segundo elemento é utilizado para o pagamento de auxílio financeiro a estudantes, tais

como bolsa de estudos, ajuda de custo, visitas técnicas e congêneres (Costa *et al.*, 2020, p. 361).

Portanto, ao receber os recursos oriundos do PNAES, cada IFES utiliza os recursos em forma de ações de modo que contemple as necessidades locais, não sendo diferente durante a pandemia de covid-19,

Dentre estes, os de suporte às atividades do Ensino Remoto Emergencial (ERE), através de ações denominadas de inclusão digital, seja por meio de auxílio para compra de pacote de dados, contratação de serviço de internet ou para compra de equipamentos como smartphones, tablets, etc., conforme demonstrou a nossa experiência como profissionais da assistência estudantil em IFES e IFs nordestinas (uma universidade federal e um instituto federal). (Gomes *et al.*, 2022, p. 31).

Além disso, durante os anos do nosso estudo houve a pandemia da covid-19, uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global, o que fez com que a população mundial tivesse que se isolar durante o estado de calamidade pública. Ademais, os textos apontam ainda que

A pandemia da COVID-19, a partir do ano de 2020, trouxe outros desafios na forma de vivenciar o Ensino Superior, tais como: a implementação do Ensino Remoto Emergencial para respeitar as recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS) de distanciamento social; o voltar para a cidade natal e para a casa dos familiares, visto que antes moravam em repúblicas ou compartilhando apartamento com outros estudantes ou em moradias estudantis; a falta de recursos tecnológicos para assistirem as aulas remotas; o adiamento da formatura e das comemorações; o aumento dos casos de ansiedade e depressão durante o período de isolamento social e diante das incertezas desse momento; o estar longe dos amigos ou da família; as dificuldades de acompanhar o ritmo das aulas online; entre outros fatores. (Milagres, 2022, p. 10).

Algumas universidades públicas suspenderam suas atividades por curto período em março de 2020, sendo reconhecido o estado de calamidade pública causada pela covid-19 em todo o território nacional através do Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, devido ao agravamento do número de casos. Depois, houve a prorrogação das suspensões pelo primeiro semestre de 2020, então, tiveram que ser criadas estratégias para que as atividades não fossem suspensas por mais tempo.

No Brasil, isso ocorreu com amparo do Ministério da Educação que, por meio de diversas medidas, algumas delas transformadas em lei, como a MP 934/2020 convertida na Lei 14.040, de 18 de agosto de 2020, flexibilizou tempos e espaços escolares, e estabeleceu normas educacionais excepcionais (BRASIL, 2020b), fazendo emergir para a modalidade presencial uma nova forma de ensino, o “ensino remoto” (Silva; Zapszalka; Razzolini Filho, 2022, p. 4).

Porém, muitos estudos destacam os agravos orçamentários gerados durante a pandemia do coronavírus pelo Brasil e pelo mundo e que impactaram diretamente nos recursos destinados à educação, que já vinham sendo cortados durante o governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022).

A título de exemplo, de acordo com o reitor da UFPA, Emmanuel Tourinho, em pronunciamento feito à comunidade acadêmica em maio desse ano, o orçamento de custeio da Universidade para 2021 teve um corte de R\$ 31,7 milhões (18,5%) em relação ao orçamento de 2020. De acordo com ele, desde 2016 a UFPA vem enfrentando cortes orçamentários sucessivos e hoje recebe um valor para manutenção que é menor que o de 2015, pois se compararmos o orçamento de 2021 que é de apenas R\$ 4,6 milhões com o de 2015 que era de R\$ 63 milhões veremos que em seis anos houve uma perda de 92% do orçamento de capital (Braga; Santos, 2021, p. 1099).

Como exemplo, um estudo em uma universidade pública aponta uma diminuição significativa durante a pandemia de covid -19, o que impacta diretamente a distribuição desses recursos e sua devida utilização, portanto, muitos estudantes em situação de vulnerabilidade social deixaram de ser atendidos.

Há que considerar que as ações apresentadas pela UnB buscam soluções domésticas para minimizar os efeitos da pandemia frente ao negacionismo político do Governo Federal. Pelo cenário atual de contingenciamento, estima-se uma redução de aproximadamente 1 bilhão de reais dos recursos para as universidades públicas brasileiras em 2021. A ANDIFES trabalha com a previsão de 185 milhões a menos no orçamento destinado ao PNAES. A perspectiva já é desanimadora para toda a comunidade acadêmica e traz um desalento aos estudantes socioeconomicamente vulneráveis, sob o risco de não serem alcançados pela política de assistência estudantil na universidade federal, comprometendo a sua permanência (Santos; Abrantes; Zonta, 2021, p. 224).

Por conseguinte, esses cortes orçamentários afetam principalmente os alunos que mais necessitam da assistência estudantil, o que faz com que se agravem os problemas que já existiam em relação à equidade de condições e gera um retrocesso nos ganhos em relação às políticas públicas de assistência estudantil, pois, além de os estudantes perderem seus entes queridos, ainda conviveram com a falta de recursos para necessidades básicas, com problemas relacionados à saúde mental e com outros fatores relacionados ao uso e à falta de tecnologias para acesso às aulas remotas durante a pandemia, conforme apontam as pesquisas.

Na Seção III realizaremos uma apresentação da Assistência Estudantil na UFMS, bem como das ações de AE desenvolvidas no período de 2020 e 2021, período da pandemia, e, por fim, indicamos o perfil socioeconômico dos estudantes atendidos pelas ações no período de pandemia ocasionada pela covid-19.

SEÇÃO III – PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS ESTUDANTES ATENDIDOS PELAS AÇÕES DE PERMANÊNCIA DA UFMS, ESPECÍFICOS NO PERÍODO DA PANDEMIA GERADA PELA COVID-19

Nesta Seção, apresentaremos a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e como foi implementada a assistência estudantil com os recursos do PNAES e contextualizaremos a utilização desses recursos em forma de ações durante o período de pandemia pela contaminação do vírus da covid-19.

Também iremos desvelar o perfil socioeconômico dos estudantes atendidos pelas ações de permanência, específicos do período da pandemia gerada pela covid-19, pois compreendemos que o perfil socioeconômico afeta no acesso e na permanência dos estudantes na educação superior. Nessa análise iremos desvelar as características dos estudantes atendidos pelas ações de permanência da UFMS, tais como: sexo, cor e etnia, estado civil, tipo de ingresso na UFMS, se tem filhos, se é trabalhador, renda mensal familiar, número de pessoas na família, origem escolar, situação de moradia, meio de transporte e estudante com deficiência.

3.1 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFMS

A Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) se originou em 1962, com a criação da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Campo Grande, na cidade de Campo Grande, que seria o primeiro passo da educação superior pública no Sul do então Estado de Mato Grosso. Em 26 de julho de 1966, pela Lei Estadual nº 2.620, esses cursos foram reestruturados com a criação do Instituto de Ciências Biológicas de Campo Grande (ICBCG), que renovou a estrutura anterior, instituiu departamentos e criou o curso de Medicina (UFMS, 2022).

Atualmente, além da sede em Campo Grande, onde funcionam as unidades setoriais Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Alimentos e Nutrição (Facfan), Instituto de Biociências (Inbio), Instituto Integrado de Saúde (Inisa), Faculdade de Ciências Humanas (Fach), Faculdade de Educação (Faed), Faculdade de Artes, Letras e Comunicação (Faalc), Faculdade de Computação (Facom), Faculdade de Direito (Fadir), Faculdade de Medicina (Famed), Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (Famez), Faculdade de Odontologia (Faodo) e

Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia (Faeng); Instituto de Matemática (Inma), Instituto de Química (Inqui) e Instituto de Física (Infi), a UFMS mantém *campi* em Aquidauana, Chapadão do Sul, Corumbá, Coxim, Naviraí, Nova Andradina, Paranaíba, Ponta Porã e Três Lagoas, descentralizando a educação superior para atender aos principais polos de desenvolvimento do Estado.

Segundo os dados estatísticos UFMS, em 2020.1, do total de 22.316 estudantes matriculados nos cursos de graduação da UFMS, 54,10% são do gênero feminino e 45,90% do sexo masculino; 9.720 se declaram brancos, 7.130 se declaram pardos, 1.721 se declaram pretos, 709 não declararam, 597 se declaram indígenas e 556 se declaram amarelos; 5.471 estudantes com menos de 20 anos de idade, 9.023 entre 20 e 24 anos, 2.756 entre 25 e 29 anos, 1.285 entre 30 e 34 anos, 830 entre 35 e 39 anos, 809 entre 40 e 49 anos, 208 entre 50 e 59 anos, 46 entre 60 e 69 anos e 5 entre 70 e 79 anos. Do total, 90,16% estudam em cursos presenciais e 1,4% na modalidade EaD.

Sobre o tipo de reserva de vaga, 49% ingressaram por ampla concorrência, 39% por meio de cota e outros ingressos 12%. Estudantes com visão subnormal ou baixa visão possuem maior incidência com 142 estudantes; 47 estudantes com Altas habilidades/superdotação; 53 são estudantes com deficiência física; 22 com deficiência auditiva, 15 com síndrome de Asperger, 14 com deficiência intelectual, 10 com cegueira, 6 com paralisia cerebral, 6 com surdez, 6 com transtorno do espectro autista-TEA e, em menor percentual, 1 com deficiência múltipla e 1 com transtorno desintegrativo da infância.

Ainda segundo o UFMS em Números, em 2020.2, do total de 20.711 estudantes matriculados nos cursos de graduação da UFMS, 52,04% são do gênero feminino e 43,66% do sexo masculino; 9.846 se declaram brancos, 7.212 se declaram pardos, 1.735 se declaram pretos, 761 não declararam, 607 se declaram indígenas e 550 se declaram amarelos; 4.100 estudantes com menos de 20 anos de idade, 9.861 entre 20 e 24 anos, 3.186 entre 25 e 29 anos, 1.432 entre 30 e 34 anos, 929 entre 35 e 39 anos, 916 entre 40 e 49 anos, 239 entre 50 e 59 anos, 44 entre 60 e 69 anos e 4 entre 70 e 79 anos. Do total, 94,39% estudam em cursos presenciais e 1,31% na modalidade EaD.

Sobre o tipo de reserva de vaga, 49% ampla concorrência, 38% por meio de cotas e outros ingressos 13%. Estudantes com visão subnormal ou baixa visão possuem maior incidência com 137, 46 estudantes com altas habilidades/superdotação; 56 são estudantes com deficiência física; 20 têm deficiência auditiva; 15, síndrome de Asperger; 14, deficiência

intelectual; 10, cegueira; 6, paralisia cerebral; 6 com surdez; 6 com transtorno do espectro autista-TEA e, em menor percentual, 1 deficiência múltipla.

A Política de Assistência Estudantil da UFMS destina-se aos estudantes comprovadamente de baixa renda, regularmente matriculados em um dos cursos de graduação presencial da UFMS, que segue os moldes do Programa Nacional de Assistência Estudantil. O setor responsável na UFMS pelas ações é a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAES), unidade responsável pelo planejamento, coordenação, acompanhamento e avaliação da política estudantil da UFMS.

Segundo o Site da PROAES, tem como competências: propor as políticas e normas relativas aos assuntos estudantis no âmbito da UFMS; avaliar a política e os programas e ações desenvolvidos; planejar as atividades e executar as políticas estudantis estabelecidas na UFMS; gerenciar os recursos da Universidade destinados à política estudantil da UFMS e aos programas nacionais destinados aos alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica; fazer a gestão dos recursos orçamentários destinados aos programas de atendimento aos estudantes, sejam os que apresentam e os que não apresentam vulnerabilidade socioeconômica; acompanhar o desempenho acadêmico do estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica; elaborar estudos e propor ações para permanência e melhoria do desempenho acadêmico; elaborar, coordenar e avaliar projetos e ações afirmativas dirigidas aos estudantes; coordenar e monitorar as ações das Unidades de Apoio para Assuntos Estudantis nos *campi* da UFMS; manter articulação e desenvolver projetos com as Pró-Reitorias e Unidades da Administração Setorial voltados à Unidade acadêmica visando à execução de ações da política de assuntos estudantis; dentre outras.

Ainda segundo o site da PROAES, a Secretaria de Assistência Estudantil (Seae/Diaes/Proaes/UFMS) é a unidade responsável pelo atendimento, orientação e acompanhamento aos estudantes participantes de programas e projetos de assistência estudantil.

Tendo como competências gerenciar, planejar e executar as atividades relacionadas às ações de Assistência Estudantil tradicionalmente concedidas, selecionar os estudantes para as ações de Assistência Estudantil, promover o atendimento individualizado, orientação e apoio educacional aos estudantes, realizar o acompanhamento dos estudantes atendidos pelas ações de sua responsabilidade e esclarecer, orientar e despertar o estudante para os seus direitos e deveres como membro da Comunidade Universitária.

Quanto ao atendimento aos estudantes no período de pandemia da covid-19, seguiram ininterruptos na SEAE na modalidade a distância através dos canais de e-mail e telefones. Ressaltam ainda que a Seae manteve os processos seletivos normalmente e com atendimento exclusivamente pelos canais remotos disponíveis nos editais.

Com base nos recursos repassados pelo PNAES para assistência estudantil, as ações dentro da Universidade devem ser realizadas com base nas políticas públicas da seguinte maneira:

A Assistência Estudantil se consolida com a implantação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) [...] na perspectiva da inclusão social, da formação ampliada, da produção de conhecimento, da melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida, além de agir preventivamente nas situações de repetência e evasão escolar decorrentes da insuficiência de condições financeiras. [...] Esta política está embasada nos princípios da afirmação da educação superior como uma política de Estado; da gratuidade do ensino; da igualdade de condições para o acesso, a permanência e a conclusão de curso nas IFES; da formação ampliada na sustentação do pleno desenvolvimento integral dos estudantes; da garantia da democratização e da qualidade dos serviços prestados à comunidade estudantil; da liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; da orientação humanística e preparação para o exercício pleno da cidadania; da defesa em favor da justiça social e eliminação de todas as formas de preconceitos; do pluralismo de ideias e reconhecimento da liberdade como valor ético central (UFMS, 2013, p. 231).

Em culminância com as áreas em que deverão ser desenvolvidos os repasses do PNAES, as modalidades que são ofertadas na UFMS em síntese são:

1.2.1. Bolsa Permanência/UFMS: Consiste no repasse financeiro ao acadêmico em situação de vulnerabilidade socioeconômica, de forma a contribuir com as suas despesas básicas durante o período de graduação na Universidade. O acadêmico beneficiado deverá cumprir carga horária de doze horas semanais em atividades de ensino, pesquisa ou extensão.

1.2.2. Auxílio-Alimentação: Consiste em um auxílio financeiro a estudantes em vulnerabilidade socioeconômica dos Campus da UFMS onde não existam Restaurante Universitário, visando contribuir com as despesas com alimentação.

1.2.3. Suporte Instrumental/Kit: Consiste no empréstimo por semestre letivo, com possibilidade de renovação por tempo necessário, de kit de materiais indispensáveis para a realização de disciplinas dos seguintes cursos de graduação da Cidade Universitária (Campo Grande): Artes Visuais, Arquitetura e Urbanismo, Enfermagem, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Medicina, Música e Odontologia (UFMS, 2014, p. 1).

Para ser beneficiado (a) com qualquer uma das ações relacionadas, é necessário ter os requisitos mínimos para concorrer a uma das vagas esclarecidas pelo referido edital:

2.1. Para se inscrever nas ações, o estudante deverá atender os seguintes requisitos: Estar regularmente matriculado em curso de graduação presencial; possuir renda per capita inferior a um salário-mínimo e meio nacional vigente; Estar cursando a primeira graduação (UFMS, 2014, p. 3).

Os acadêmicos que se “enquadram” nos pré-requisitos estipulados e que entregaram todos os documentos para aceder as ações logo passam por uma avaliação e análise dos dados e de acordo com a pontuação são selecionados. Portanto,

Para a **inclusão** do acadêmico nas ações que compõem as linhas temáticas da permanência e desempenho acadêmico, priorizam-se aqueles que se encontram e **vulnerabilidade socioeconômica** e, para tanto, utilizam-se critérios condizentes com essa realidade, definidas em regulamentos próprios para cada ação. Na seleção são analisados: as faixas de renda per capita familiar, o rendimento escolar e a disponibilidade do acadêmico para desenvolver atividades em ensino, pesquisa e extensão, relacionadas à sua área de formação (UFMS, 2013, p. 231, grifos nossos).

Assim, a universidade vai adequando os editais ano a ano, com base nos estudos e análises que são realizados anualmente sobre o perfil socioeconômico dos estudantes realizados pela PREAE⁸ para garantir que os alunos que se enquadram no perfil de maior vulnerabilidade sejam atendidos:

Com o objetivo de garantirmos que os alunos com maior vulnerabilidade socioeconômica tenham prioridade no acesso às Ações de Assistência Estudantil, minimizarmos o alto índice de indeferimento nas solicitações de benefícios por documentação incompleta e preenchimento incorreto do formulário, no ano de 2013, propomos alteração no edital de seleção para os benefícios assistenciais. Além de concentrarmos um maior número de ações em um mesmo edital, facilitarmos o preenchimento com uma escrita mais clara e detalhada, disponibilizarmos os modelos dos documentos em anexos, também alteramos os critérios para acesso às Ações que passou a ser por um sistema de pontuação, o que nos permitiu ranquear os alunos com perfil de maior vulnerabilidade. Ressalta-se que esse trabalho contribuiu significativamente para diminuir o índice de indeferimento, porém detectamos que em relação ao Restaurante Universitário, houve diminuição na entrega do formulário para análise. Posteriormente, os acadêmicos

⁸ Anteriormente a PROAES chamava-se PREAE, pró-reitoria responsável pela Assistência Estudantil na UFMS.

alegaram que a documentação exigida era demasiada, por se tratar de direito básico (UFMS, 2013, p. 42).

A partir dos recursos disponíveis, a universidade define seus critérios para a seleção e garante a inclusão social ou os acadêmicos que têm o perfil socioeconômico, podendo assim aprimorar e identificar o que é preciso melhorar nas ações:

Para os próximos anos, está previsto, conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional, o acompanhamento dos acadêmicos já atendidos pelas ações com ênfase no rendimento acadêmico, considerando que a Assistência Estudantil deve facilitar a conclusão do curso de graduação em período regular. O acompanhamento visa também aprimorar as ações, identificar aspectos ainda não contemplados pela Assistência Estudantil e criar espaços avaliativos, fortalecendo as ações na UFMS. Neste contexto, a PREAE cumpre os objetivos do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) entendendo a assistência como um espaço de ações educativas e de construção do conhecimento e, principalmente, considerando-a como uma questão de investimento que contribui para a conclusão de curso dos seus acadêmicos (UFMS, 2013, p. 237).

Assim, podemos identificar claramente que os editais das ações são revistos anualmente para que visem contribuir para que o acadêmico conclua seu curso na universidade.

3.2 AÇÕES DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFMS NO PERÍODO DA PANDEMIA GERADA PELA COVID-19 (2020 A 2021)

Algumas universidades públicas suspenderam suas atividades por curto período em março de 2020, sendo reconhecido o estado de calamidade pública causada pela covid-19 em todo o território nacional através do Decreto Legislativo n.º 6, de 20 de março de 2020, devido ao agravamento do número de casos. Depois, houve a prorrogação das suspensões pelo primeiro semestre de 2020, então, tiveram que ser criadas estratégias para que as atividades não fossem suspensas por mais tempo.

Já na UFMS, as aulas passaram a ser ministradas em ensino remoto de emergência (ERE) consolidado por unidades de atendimento setorial (UAS) neste período histórico com novas estratégias.

A partir da adoção do ensino remoto de emergência, além dos auxílios tradicionalmente concedidos aos estudantes vulneráveis economicamente, “foi necessário buscar estratégias

capazes de manter os estudantes ativos de forma a assegurar a permanência. Assim, foram instituídas novas modalidades de auxílios aos estudantes” (UFMS, 2021, p. 18).

Segundo a Portaria n.º 1.235-RTR/UFMS, de 19 de fevereiro de 2021, em seu

Art. 1º Esta Portaria consolida e aprimora os atos normativos editados no âmbito da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), em relação às medidas de proteção à Comunidade Universitária, quanto ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da Covid-19.

Ainda segundo a portaria, o Art. 2º descreve as medidas de proteção decorrentes da covid-19, dentre elas: III – preservação do direito à educação, por meio do Ensino Híbrido; V – ações de apoio aos estudantes em vulnerabilidade. Quanto às ações de apoio aos estudantes em vulnerabilidade, o capítulo VI dispõe nos art. 23 ao 28 a autorização para a realização de ações estudantis que serão explicitadas no decorrer deste.

A partir da adoção do ensino remoto de emergência, foram mantidos os auxílios regularmente concedidos aos estudantes assistidos pela assistência estudantil, além disso, foi necessário buscar estratégias para manter os estudantes participativos de forma a assegurar a permanência. Dessa forma, foram instituídas novas modalidades de auxílios (UFMS, 2020, p. 27).

Concebendo a Atenção Estudantil um pressuposto indissociável ao conjunto da aprendizagem acadêmica, a UFMS reconhece que as ações de assistência estudantil, enquanto mecanismo de direito social operacionalizado no contexto universitário, devem ser orientadas para construir uma educação que fortalece e consolida os significados de democratização, liberdade e igualdade (UFMS, 2020, p. 54).

De acordo com Borsato (2015), as linhas de ações do PNAES que foram desenvolvidas nos anos de 2000 a 2007 pela UFMS eram a moradia estudantil, alimentação, esporte e atenção à saúde, pois ainda não havia sido publicado o PNAES. De 2008 a 2013, com a implantação dos recursos oriundos do PNAES, todas as linhas de ações propostas pelo PNAES foram desenvolvidas, sendo elas: Moradia e Bolsa Permanência, Auxílio Alimentação e Restaurante Universitário, Transporte, Atenção à Saúde, Inclusão Digital, Cultura e Esporte, Creche, Apoio Pedagógico e Acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

Em consonância com o Art. 4º da Resolução n.º 124 COUN/UFMS, de 31 de agosto de 2021, as ações de Assistência Estudantil da UFMS são voltadas prioritariamente aos estudantes com vulnerabilidade socioeconômica, com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio vigente, e são classificadas em: I – Auxílio-Permanência; II - Auxílio-Creche; III - Auxílio-Alimentação; IV - Auxílio-Moradia; V - Auxílio Financeiro para Participação em Eventos; VI - Auxílio Financeiro para Apoio Pedagógico; VII - Auxílio Emergencial; VIII - Auxílio de Inclusão Digital; IX - Auxílio Empréstimo de Equipamentos; e X - Auxílio Financeiro para Apoio ao Estudante com Deficiência e Altas Habilidades (UFMS, 2021).

A seguir, quadro de ações tradicionais da UFMS:

Quadro 4 – Ações Tradicionais de Assistência Estudantil da UFMS

AÇÕES TRADICIONAIS	INFORMAÇÕES	OBJETIVOS
Auxílio-Permanência	Repasse financeiro ao estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica para contribuir com as suas despesas básicas durante o período de graduação na UFMS.	Ajudar financeiramente o estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica, para garantir a sua permanência na UFMS e contribuir para sua formação integral, reduzindo os índices de retenção e evasão decorrentes de dificuldades de ordem socioeconômica.
Auxílio-Creche	Subsídio financeiro para estudantes com guarda de crianças menores de seis anos, que comprovem aguardar vaga em centros de educação infantil no município no qual está matriculado em curso de graduação.	Contribuir para a permanência e o bom desempenho dos(as) acadêmicos(as) na UFMS.
Auxílio-Alimentação	Subsídio financeiro destinado ao atendimento das necessidades de alimentação dos estudantes com vulnerabilidade socioeconômica.	Viabilizar recursos para que os acadêmicos possam realizar suas refeições; contribuir para que os acadêmicos adquiram hábitos alimentares saudáveis; e contribuir para a permanência e o bom desempenho dos acadêmicos na Universidade.
Auxílio-Moradia	Subsídio financeiro para o custear a locação de imóveis por estudantes para cursar a graduação na UFMS.	Contribuir para a permanência e o bom desempenho dos(as) acadêmicos(as) na Universidade.
Auxílio Financeiro para Participação em Eventos	Apoio financeiro para participação em eventos de caráter científico, técnico-científico, de inovação, empreendedorismo,	Contribuir com a formação acadêmica dos estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação e de pós-graduação <i>stricto sensu</i> da UFMS.

	artísticos e culturais, preferencialmente no Brasil.	
Auxílio Financeiro para Apoio Pedagógico	Subvenção financeira concedida a estudantes da UFMS selecionados para serem tutores de outros estudantes, em cursos de revisão dos conteúdos abordados no ensino médio.	Os cursos são destinados, preferencialmente, aos estudantes vulneráveis da UFMS, contribuindo para a redução da evasão.
Auxílio Emergencial	Subvenção financeira oferecida ao estudante que esteja com dificuldades socioeconômicas emergenciais, inesperadas e momentâneas.	Atender os estudantes que estejam com dificuldades socioeconômicas emergenciais, inesperadas e momentâneas.
Auxílio Financeiro para Apoio ao Estudante com Deficiência e Altas Habilidades	Subvenção financeira destinada a estudantes da UFMS selecionados para fazerem o acompanhamento pedagógico de estudantes com deficiência e altas habilidades, nas atividades curriculares do curso.	Contribui para a permanência, participação, aprendizagem e a inclusão de estudantes dos cursos de graduação da UFMS com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação, além de aprimorar habilidades em educação especial.
Bolsa Promisaes	Faz parte do Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (Promisaes) e oferece apoio financeiro no valor de seiscentos e vinte e dois reais a alunos estrangeiros participantes do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G).	Apoiar financeiramente alunos estrangeiros participantes do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G).

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de dados da PROAES/UFMS (2023).

Durante o período pandêmico (2020.1 e 2020.2), as ações tradicionalmente concedidas pela UFMS foram: Auxílio-Alimentação (AA); Auxílio-Creche (AC); Auxílio-Moradia (AM); Auxílio-Permanência (AP) e Promisaes, como segue em tabela:

Tabela 1 – Auxílios de Assistência Estudantil por semestre (contagem por UAS) – 2020.1 e 2020.2

Auxílios	2020.1	2020.2
AA	513	386
AC	55	59
AM	666	704
AP	1.709	1.983
PROMISAES	14	14
TOTAL	2.957	3.132

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir de relatórios da UFMS (2020).

Quanto aos auxílios da assistência estudantil tradicionalmente concedidos pela UFMS em 2020.1 e 2020.2, houve um aumento de pouco mais de 175 bolsas em relação do primeiro ao segundo semestre de 2020 (UFMS, 2020, p. 27).

A dimensão do atendimento estudantil universitário, muito embora possa aparentar circunscrita aos estudantes que apresentam problemas econômicos, limitações físicas, psíquicas ou cognitivas, também alcança os demais estudantes em suas necessidades. Com efeito, a atenção às condições em que o estudante se encontra durante o percurso formativo é não apenas mais uma frente de atuação institucional, é, sobretudo, um pacto social pela educação e cidadania. Para amparar sua política interna nesse particular, a UFMS prosseguiu com as ações de apoio ao estudante em 2020 (UFMS, 2020, p. 54).

Já no ano de 2021, as ações tradicionalmente concedidas pela UFMS foram: Auxílio-Alimentação (AA); Auxílio-Creche (AC); Auxílio-Moradia (AM); Auxílio-Permanência (AP), Auxílio para apoio do Estudante com Deficiência (AECD) e Bolsa Permanência do MEC (BPMEC) como segue em tabelas:

Tabela 2 – Auxílios de Assistência Estudantil por semestre (média dos meses) – 2021.1 e 2021.2

Auxílios	2021.1	2021.2
AA	765	823
AC	46	48
AM	604	560
AP	1.644	1.568
AECD	11	11
TOTAL	3.070	2.999

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir de relatório de acompanhamento de ações da UFMS (2021)

Destacamos que na tabela apresentada no relatório, o auxílio-alimentação da cidade universitária, *Campus* de Três Lagoas e *Campus* Pantanal obtiveram o valor zerado nos anos de 2020 e 2021, isso se dá por esses *campi* terem restaurantes universitários e no período da pandemia da Covid-19 estarem provisoriamente fechados.

Ainda em 2020.1, foram instituídos o auxílio-alimentação emergencial para os estudantes que faziam uso dos restaurantes universitários, o auxílio-inclusão digital para acesso à internet (que se tornou um auxílio permanente nas políticas de assistência estudantil da

UFMS) e posteriormente a universidade aderiu ao projeto do MEC Alunos Conectados, o auxílio para aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para estudantes em atividades práticas, o cadastramento para empréstimo de equipamentos como *notebooks* e *chromebooks* e o cadastramento para uso de laboratórios de informática. Foi realizada a análise da região dos municípios de Miranda e Aquidauana para identificar a forma de melhorar a conexão dos estudantes em aldeias indígenas em parceria com MPF (UFMS, 2020, p. 28).

Para assegurar a condição de acesso, principalmente aos estudantes em vulnerabilidade social, foi lançado o Edital PROAES/PROGRAD/PROPP/UFMS nº 3/2020 de cadastro de estudantes para o uso dos computadores dos laboratórios de informática nas Unidades da UFMS, seguindo um protocolo de biossegurança, com 16 estudantes atendidos em 4 *campi*, CPAN, CPAQ, CPCX e Cidade Universitária (UFMS, 2020, p. 28).

Destacam-se as demandas atendidas emergencialmente por meio de editais:

Tabela 3 – Quantidade de atendimentos com as ações emergenciais de Assistência Estudantil da UFMS no período de 2020.1 e 2020.2

Ações	2020.1	2020.2
Auxílio-Alimentação Emergencial	971	758
Auxílio Inclusão Digital	685	790
Auxílio para Aquisição de EPIs	81	98
Laboratório de informática	Todos os estudantes	Todos os estudantes

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir de dados do relatório de ações da UFMS (2020)

Ainda sobre os auxílios, houve a concessão de 4.694 auxílios financeiros diretos aos estudantes comprovadamente vulneráveis, em 2020.1, enquanto que em 2020.2 este número é de 4.778. O Edital PROAES/AGETIC/Agead/UFMS nº 5/2020 deu início ao cadastro para empréstimo de equipamento tecnológico aos estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presenciais da UFMS. O recurso para aquisição foi liberado pelo MEC, foi

realizada a licitação e 298 equipamentos foram entregues como empréstimo. O atendimento aos estudantes foi mantido e adaptado para respeitar o isolamento social e reduzir riscos tanto para servidores quanto para estudantes. Os estudantes com deficiência, que tinham apoiadores presenciais, migraram para o atendimento remoto e foram estabelecidos, caso a caso, os meios de apoiar pedagogicamente os estudos (UFMS, 2020, p. 28).

Tabela 4 – Quantidade de atendimentos com as ações emergenciais de Assistência Estudantil da UFMS no período de 2021

Ações	2021
Auxílio-Alimentação Emergencial	637
Auxílio Inclusão Digital	514
Auxílio para Aquisição de EPIs	5.433
Laboratório de informática	Todos os estudantes

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir de dados do relatório de ações da UFMS (2021).

Como podemos observar na Tabela 4, as ações que foram realizadas com os recursos do PNAES denominadas de Auxílio-Alimentação Emergencial e Auxílio Inclusão Digital tiveram uma queda no número de atendimentos de 2021 em relação à Tabela 3, o que podemos relacionar com a queda dos valores destinados à assistência ao estudante, enquanto o Auxílio para Aquisição de EPIs aumentou significativamente de 2020 em relação a 2021, o que podemos relacionar com a necessidade de uso pelos estudantes nas aulas práticas, em estágio ou para desenvolver atividades de ensino com risco biológico no semestre 2021.1.

A seguir, quadro de ações emergenciais da UFMS:

Quadro 5 – Ações Emergenciais de Assistência Estudantil da UFMS

AÇÕES EMERGENCIAIS	INFORMAÇÕES	OBJETIVOS
Auxílio de Inclusão Digital	Concessão de chip de dados, destinado a estudantes que necessitem de acesso à internet para as atividades acadêmicas, enquanto perdurar o Ensino Remoto de Emergência (ERE) e Ensino a Distância na UFMS, decorrentes das medidas de Controle da Pandemia do coronavírus (covid-19).	Conceder chip de dados à estudantes que necessitem de acesso à internet para as atividades acadêmicas, enquanto perdurar o Ensino Remoto de Emergência (ERE) e Ensino a Distância na UFMS, decorrentes das medidas de Controle da Pandemia do coronavírus (covid-19).
Auxílio Empréstimo de Equipamentos Tecnológicos	Consiste no Cadastro de estudantes que necessitem de Equipamento Tecnológico para o desenvolvimento das atividades acadêmicas, enquanto perdurar as atividades de Estudos Dirigidos por meio de TICs.	Cadastrar estudantes que necessitem de Equipamento Tecnológico para o desenvolvimento das atividades acadêmicas, enquanto perdurar as atividades de Estudos Dirigidos por meio de TICs.
Auxílio-Alimentação Emergencial	Subvenção financeira mensal, destinado a atender estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação presenciais dos <i>campi</i> de Três Lagoas, de Corumbá e Cidade Universitária, enquanto perdurar a suspensão da atividade dos Restaurantes Universitários devido às medidas emergenciais para conter o avanço do coronavírus (covid-19).	Selecionar estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação presenciais dos <i>campi</i> de Três Lagoas, de Corumbá e da Cidade Universitária, enquanto perdurar a suspensão da atividade dos Restaurantes Universitários devido às medidas emergenciais para conter o avanço do coronavírus (covid-19).
Auxílio Emergencial – EPIs	Concessão Equipamento de Proteção Individual (EPI) para atenção à saúde do estudante no desenvolvimento das atividades acadêmicas presenciais imprescindíveis, indicadas pela Unidade no respectivo Plano de Biossegurança, enquanto perdurar as medidas sanitárias para enfrentamento da covid-19 e enquanto houver EPI na UFMS.	Conceder auxílio financeiro emergencial para aquisição de Equipamento de Proteção Individual (EPI) para atenção à saúde do estudante no desenvolvimento das atividades acadêmicas presenciais imprescindíveis, indicadas pela Unidade no respectivo Plano de Biossegurança, enquanto perdurar as medidas sanitárias para enfrentamento da covid-19.

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir de dados da PROAES/UFMS (2023).

O atendimento em saúde mental para os estudantes foi reorganizado para que acontecesse em formato remoto. Foi estabelecido pela PROAES em conjunto com profissionais dos *campi* um fluxo para atendimento emergencial dos estudantes.

A universidade destaca que as medidas e as ações adotadas pela PROAES/UFMS no período da pandemia da covid-19 foram utilizadas como *Benchmarking* (ponto de referência

do ponto de vista de uma análise de mercado) para diversas universidades brasileiras e os editais passaram a ser modelos, assim como o Plano de Biossegurança e o Guia de atividades acadêmicas.

Ressaltamos que o Plano de Biossegurança – UFMS orienta da necessidade da criação de Planos Locais de Biossegurança para cada Unidade da UFMS. Assim, cada Unidade fez seu PLBio e avaliou a necessidade de atividades presenciais indispensáveis, de acordo com a metodologia do PLBio da UFMS (UFMS, 2021, p. 9).

Figura 1 – Plano de Biossegurança da UFMS



Fonte: UFMS (2021).

“Seguindo recomendações do MEC e do CNE, os estágios também continuaram sendo realizados, dentro das possibilidades e de acordo com o PBio-UFMS e as normativas das autoridades sanitárias do Estado de Mato Grosso do Sul” (UFMS, 2020, p. 29).

Já no relatório de ações do período da pandemia, a PROAES apresenta o seguinte quantitativo de beneficiários das ações emergenciais:

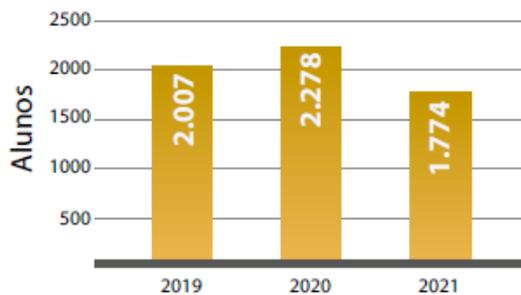
Tabela 5 – Quantidade de beneficiários dos auxílios e ações de AE implantados no período de pandemia da covid-19

Ações	Beneficiários
Laboratório de informática	Todos os estudantes
Auxílio Inclusão Digital	536
Auxílio para Aquisição de EPIs	5.433
Alunos Conectados (MEC)	961

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir de dados da UFMS.

Como quantitativo total de estudantes atendidos, apresentamos a Figura 2:

Figura 2 – Gráfico de Quantidade de estudantes atendidos pela PROAES



Fonte: Relatório de gestão da UFMS (2021, p. 56).

Como podemos observar, do ano de 2021 para 2020 houve uma queda no número de estudantes atendidos com as ações de permanência, totalizando cerca de 500 estudantes a menos, consideramos que alguns estudantes podem ter concluído seus cursos, trancado, desistido ou os valores destinados para a assistência estudantil terem influenciado no número de atendimentos.

A Tabela 6 apresenta os valores da ação orçamentária com os recursos do PNAES na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, referente ao período de 2020 a 2022. Considerando um período específico, em que as aulas aconteciam de forma remota, as alterações no direcionamento destes recursos podem indicar, ou não, uma reorganização dos recursos da Assistência Estudantil.

Tabela 6 – Valores referentes ao Orçamento de “Assistência ao Estudante de Educação Superior” da UFMS (2020-2022)

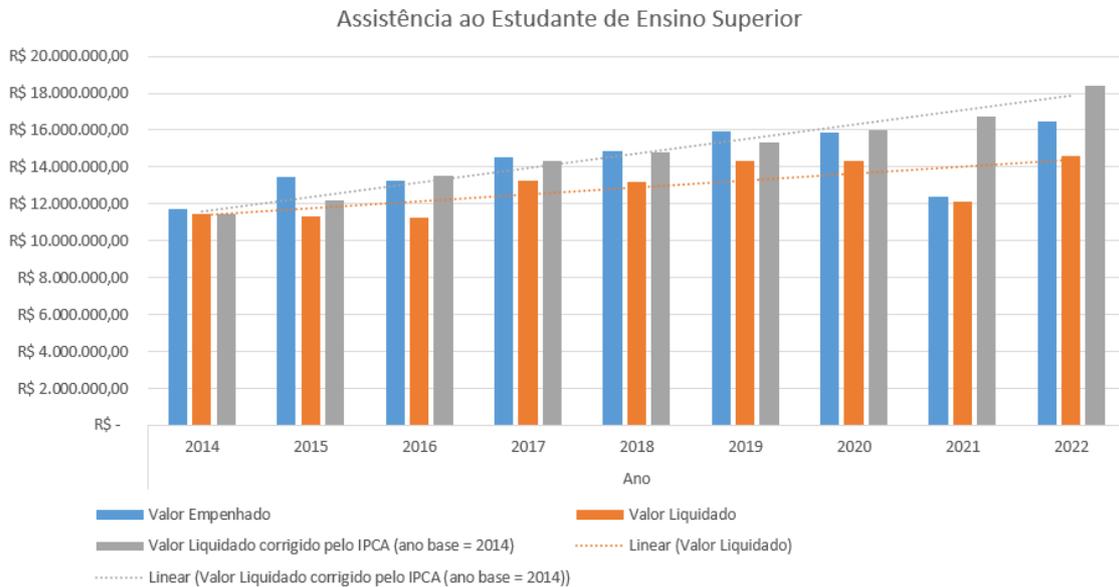
Valores	Anos				
	2020	Δ	2021	Δ	2022
Empenhado	R\$ 15.851.470,97	-21,80%	R\$ 12.396.041,00	32,95%	R\$ 16.480.949,36
Liquidado	R\$ 14.360.191,72	-15,45%	R\$ 12.141.938,00	20,27%	R\$ 14.602.549,39
Liquidado corrigido pelo IPCA (ano base = 2014)	R\$ 15.991.546,05	4,52%	R\$ 16.714.363,93	10,06%	R\$ 18.395.828,95

Fonte: Adaptado de Moreira; Silva; Maciel (2023).

O valor empenhado em 2021 foi planejado em 2020, percebe-se que durante a pandemia de covid-19 tanto no valor empenhado quanto no valor liquidado em 2021, houve uma queda significativa. Como se trata de valores voltados à assistência estudantil, esperava-se pelo menos a manutenção dos valores, dado o contexto de isolamento social e a fragilidade econômica das classes com menor renda familiar. Em 2022 retomam-se os valores empenhados e liquidados de 2020.

Na Figura 4, apresenta-se graficamente a trajetória dos valores empenhados, liquidados e liquidados com correção pelo IPCA ao longo de todo o período de 2014 a 2022. De acordo com as linhas de tendência do período, percebe-se que existe uma diferença de 25,98% entre os valores liquidado e liquidado corrigido pelo IPCA em 2022. Ademais, considerando o período pré-pandêmico (até 2020), a diferença foi de 11,36%; o que evidencia a trajetória de crescimento abaixo da inflação do valor liquidado para assistência estudantil desde antes da pandemia de covid-19. Não estão publicizados dados orçamentários de anos anteriores a 2014, justificando-se, portanto, nosso recorte temporal de 2014 a 2022.

Figura 3 – Valores do Orçamento para “Assistência ao Estudante de Educação Superior” da UFMS (2014-2022)



Fonte: Moreira; Silva; Maciel (2023).

Em relação às ações tradicionais de assistência estudantil, foram investigados dados de 1.346 estudantes, referentes às modalidades “Auxílio-Moradia”, “Auxílio-Creche”, “Auxílio-Alimentação”, “Auxílio-Permanência”, “Auxílio para Participação em Eventos”, “Auxílio para apoiar estudante com deficiência” e “Auxílio Emergencial”, distribuídos no Gráfico 2:

Gráfico 2 – Porcentagem dos estudantes atendidos pelas ações tradicionais de Assistência Estudantil da UFMS (2020-2021)



Fonte: Gráfico elaborado pela autora a partir dos dados disponibilizados pela AGETIC/UFMS (2023).

Observa-se que das ações tradicionais, o Auxílio Emergencial totalizou mais da metade da demanda com 56,98% dos atendimentos de assistência estudantil. Essa ação é oferecida ao estudante que esteja com dificuldades socioeconômicas emergenciais, inesperadas e momentâneas. Portanto, constatamos que nesse período de pandemia da covid-19, os estudantes encontraram algum tipo de dificuldade socioeconômica inesperada e momentânea. Qualquer que tenha sido a dificuldade, estava ligada ao período de pandemia da covid-19, que mudou a vida cotidiana de toda a população mundial devido ao isolamento social, medidas de biossegurança e que interferiu nas questões de renda, saúde, alimentação etc.

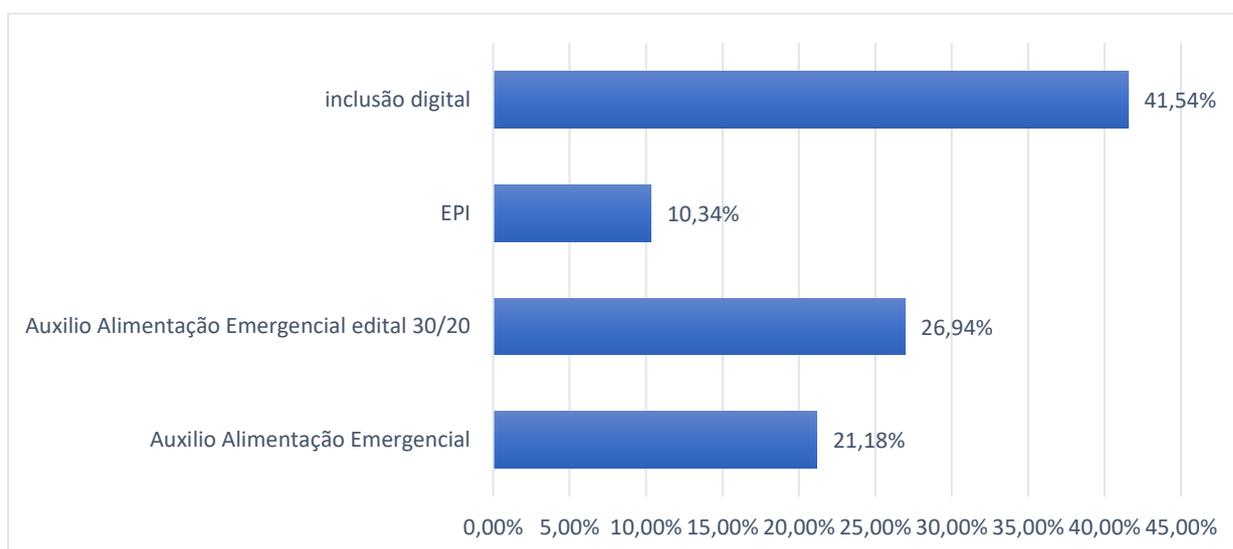
A segunda ação com mais estudantes atendidos foi o Auxílio-Permanência, com 18,42% dos estudantes atendidos; seguido de Auxílio-Alimentação, com 17,09%; Auxílio-Moradia, com 3,86%; auxílio para apoiar estudante com deficiência, com 1,56%. Nessas ações esperávamos um aumento do número de atendimentos, pois neste período de pandemia as questões relacionadas à permanência, alimentação, moradia e apoio pedagógico dos estudantes ficaram prejudicadas em decorrência do período atípico.

A diminuição na demanda no Auxílio para participação em eventos, 1,34%, se justifica pela adoção do ensino remoto e pela diminuição de eventos presenciais (em função das medidas de biosseguranças adotadas no período da pandemia), reduzindo a demanda por passagens, hospedagens, inscrições em eventos etc.

E em menor número de atendidos, o Auxílio-Creche, com 0,74% dos estudantes atendidos, pois nesse momento de pandemia todas as atividades escolares estavam momentaneamente suspensas, incluindo todos os níveis de educação.

As análises realizadas são relativas às ações emergenciais adotadas no período de pandemia e estão relacionadas às modalidades “Inclusão Digital”, “EPIs” e “Auxílio Alimentação Emergencial”, totalizando 1808 estudantes atendidos nos anos de 2020 e 2021. Apresentamos, portanto, os dados de estudantes distribuídos nas seguintes modalidades:

Gráfico 3 – Porcentagem dos estudantes atendidos pelas ações emergenciais de Assistência Estudantil da UFMS (2020-2021)



Fonte: Gráfico elaborado pela autora a partir dos dados disponibilizados pela AGETIC/UFMS (2023).

Se somarmos o número de estudantes atendidos pelo Auxílio-Alimentação Emergencial ao Auxílio-Alimentação Emergencial, Edital 30/20, obtemos o maior percentual com 48,12% dos atendidos. Esse auxílio financeiro é destinado a atender estudantes em vulnerabilidade, regularmente matriculados nos cursos de graduação presenciais dos *campi* de Três Lagoas, de Corumbá e da Cidade Universitária. Ou seja, somente os *campi* em que os restaurantes universitários estavam fechados devido às medidas sanitárias no período da covid-19.

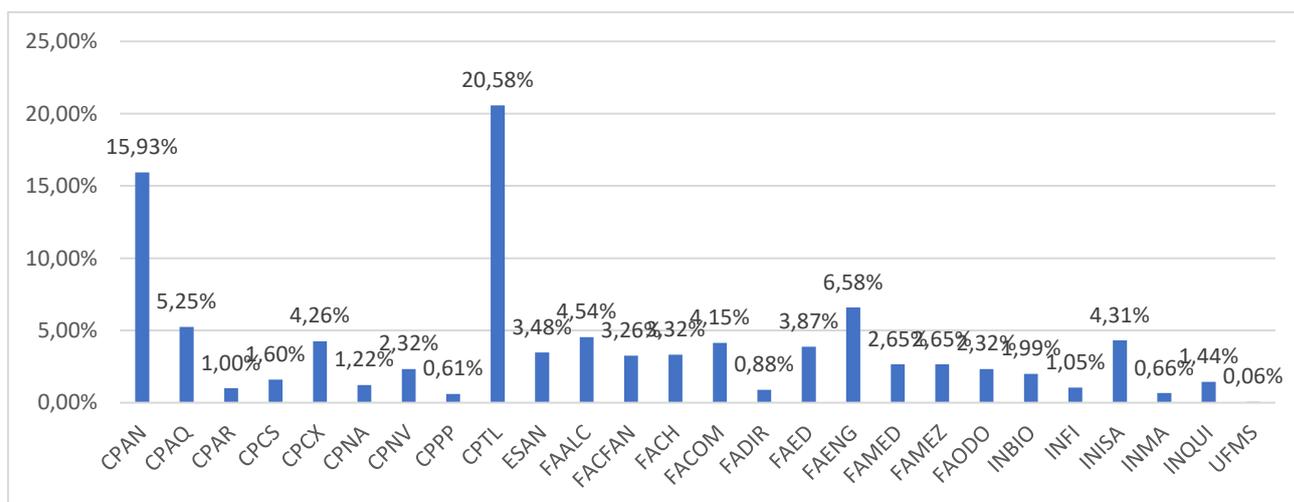
Em segundo lugar, o Auxílio Inclusão Digital – Acesso à internet, com 41,54% dos atendimentos, que consiste no fornecimento de chip de dados a estudantes economicamente

vulneráveis, regularmente matriculados nos cursos de graduação da UFMS e que necessitem de acesso à internet para as atividades acadêmicas durante o Ensino Remoto de Emergência (ERE) e Ensino a Distância na UFMS, decorrentes das medidas de Controle da Pandemia do Coronavírus (covid-19).

E com menor número de atendimentos, o Auxílio Emergencial – EPIs, que oferecia Equipamento de Proteção Individual (EPI) para proteção à saúde do estudante no desenvolvimento das atividades acadêmicas presenciais imprescindíveis, indicadas pela Unidade no Plano de Biossegurança.

- **Campi/Unidades dos estudantes atendidos pelas Ações emergenciais no Período da pandemia**

Gráfico 4 – Porcentagem dos estudantes por *Campus* atendidos pelas ações emergenciais de Assistência Estudantil da UFMS no período da pandemia de covid-19 (2020-2021)



Fonte: Gráfico elaborado pela autora a partir dos dados disponibilizados pela AGETIC/UFMS (2023).

Como podemos observar no gráfico, os *campi* atendidos com o maior percentual foram o *Campus* do Pantanal (CPAN) e o *Campus* de Três Lagoas (CPTL), o que podemos relacionar com os dados referentes ao Auxílio-Alimentação Emergencial, que totaliza 48,12% das novas ações realizadas no período de 2020 a 2021.

A partir de agora é preciso investigar o perfil socioeconômico dos estudantes atendidos pelas ações de permanência, específicos do período da pandemia gerada pela covid-19,

especificamente na UFMS, pois a criação de ações emergenciais de assistência estudantil durante esse período histórico foi necessária, relacionadas às novas demandas da permanência na Universidade em questão.

3.3 PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS ESTUDANTES ATENDIDOS PELA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UFMS

Uma vez que a pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética de UFMS, mediante parecer consubstanciado número 6.151.549, solicitamos acesso aos dados institucionais não publicizados na Plataforma Fala Br e recebemos os dados em planilha do Excel.

A Agência de Tecnologia da Informação e Comunicação (Agetic) forneceu uma planilha com as informações respondidas por meio dos questionários socioeconômicos preenchidos pelos estudantes dos cursos de graduação que receberam algum tipo de auxílio/assistência estudantil.

A seguir, exemplo da planilha recebida com os dados da Agetic/UFMS:

Quadro 6 – Exemplo de planilha

Estudante	Tipo de Auxílio	Início de Auxílio	Término de Auxílio	Ano de Ingresso	Previsão de término
1	Auxílio - Permanência	2020.1	2020.2	2019	2023
2	Auxílio - Alimentação	2021.1	2021.2	2014	2018
3	Auxílio - Creche	2020.1	2021.2	2018	2022

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir dos dados disponibilizados pela AGETIC/UFMS (2023).

- **Número de abstenções**

Os itens com valores vazios nos gráficos, se referem aos dados recebidos sobre as ações emergenciais de assistência estudantil, categorizados como “abstenções” pois, os estudantes optaram por não responder determinadas perguntas. Desse modo, apresentamos o quantitativo referente às respostas dos estudantes aos questionários do estudante aplicados pela UFMS, às abstenções, ao percentual de abstenções e percentual de respostas.

Quadro 7 – Porcentagem de estudantes que optaram por não responder o questionário do perfil do estudante da UFMS

Item	Respostas	abstenções	% de abstenções	% de respostas
Estado Civil	1324	484	27%	73%
Número de filhos	1586	222	12%	88%
Deficiência	40	1768	98%	2%
Moradia	1324	484	27%	73%
Pessoas na família	1324	484	27%	73%
Trabalho	1324	484	27%	73%
Renda Familiar	1316	492	27%	73%
Meio de transporte	1324	484	27%	73%

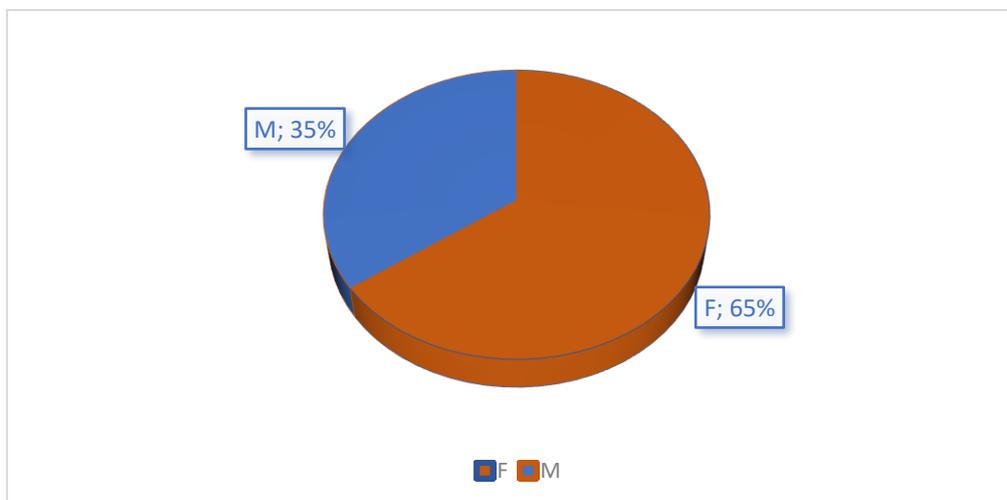
Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir dos dados disponibilizados pela AGETIC/UFMS (2023).

Como podemos observar no Quadro 7, as categorias “Estado Civil”, “Moradia”, “Pessoas na Família”, “Trabalho”, “Renda Familiar” e “Meio de transporte” obtiveram o mesmo percentual de abstenções, com 27%, enquanto que “Número de filhos” obteve apenas 12% de abstenções. Já a categoria “Deficiência” obteve 98% de abstenções, o que compreendemos ser uma “negativa”, pois as 40 respostas são as deficiências especificadas no Quadro 10.

- **Sexo dos estudantes atendidos pelas ações de Assistência Estudantil**

Em relação ao sexo dos estudantes, obtivemos as respostas como “Feminino” e “Masculino” identificados pelas categorias “F” e “M”, respectivamente, como no gráfico a seguir:

Gráfico 5 – Sexo dos estudantes atendidos pelas ações tradicionais de Assistência Estudantil da UFMS (2020-2021)

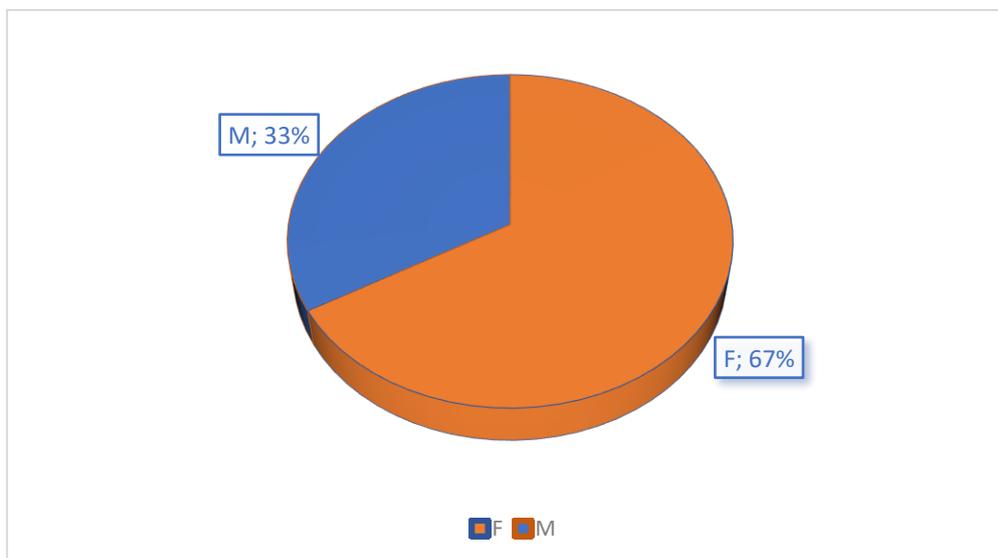


Fonte: Gráfico organizado pela autora a partir dos dados disponibilizados pela AGETIC/UFMS (2023).

De acordo com o Gráfico 5, podemos verificar o percentual de estudantes atendidos pelas ações tradicionais de AE nos anos de 2020 a 2021. Deles, 65% se identificam como do sexo feminino, enquanto os estudantes que se identificam como do sexo masculino representam 35%.

O Gráfico 6 demonstra o sexo de estudantes atendidos pelas novas ações de permanência:

Gráfico 6 – Sexo dos estudantes atendidos pelas ações emergenciais de Assistência Estudantil da UFMS no período de pandemia da covid-19 (2020-2021)



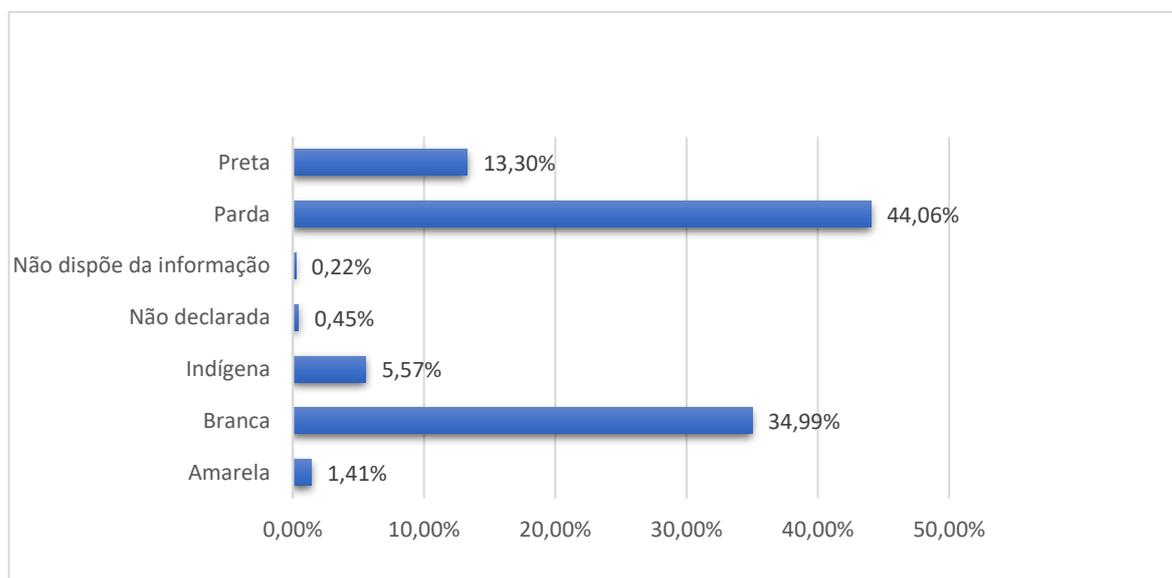
Fonte: Gráfico organizado pela autora a partir dos dados disponibilizados pela AGETIC/UFMS (2023).

O Gráfico 6 apresenta percentual semelhante em relação ao Gráfico 5, uma vez que 67% dos estudantes se identificam como do sexo feminino, enquanto 35% se identificam como do sexo masculino. O que se relaciona com os dados da IV Pesquisa Nacional do Perfil Socioeconômico. Realizada em 2014, apresentou 52,37% de participação do sexo feminino. Enquanto a V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos(as) das IFES apontou um crescimento da participação do sexo feminino em relação às pesquisas anteriores. Nessa pesquisa a participação feminina representa 54,6%; declarados do sexo masculino representam 45,1% e 0,3% sem declaração (Fonaprace; Andifes, 2018, p. 42).

- **Cor/etnia dos estudantes atendidos pelas ações de Assistência Estudantil**

Sobre a Cor/etnia dos estudantes atendidos pelas ações tradicionais de AE, obtivemos as categorias “Preta”, “Parda”, “não dispõe da informação”, “não declarada”, “Indígena”, “Branca” e “Amarela”, como no Gráfico 7:

Gráfico 7 – Cor/etnia dos estudantes atendidos pelas ações tradicionais de Assistência Estudantil da UFMS (2020-2021)

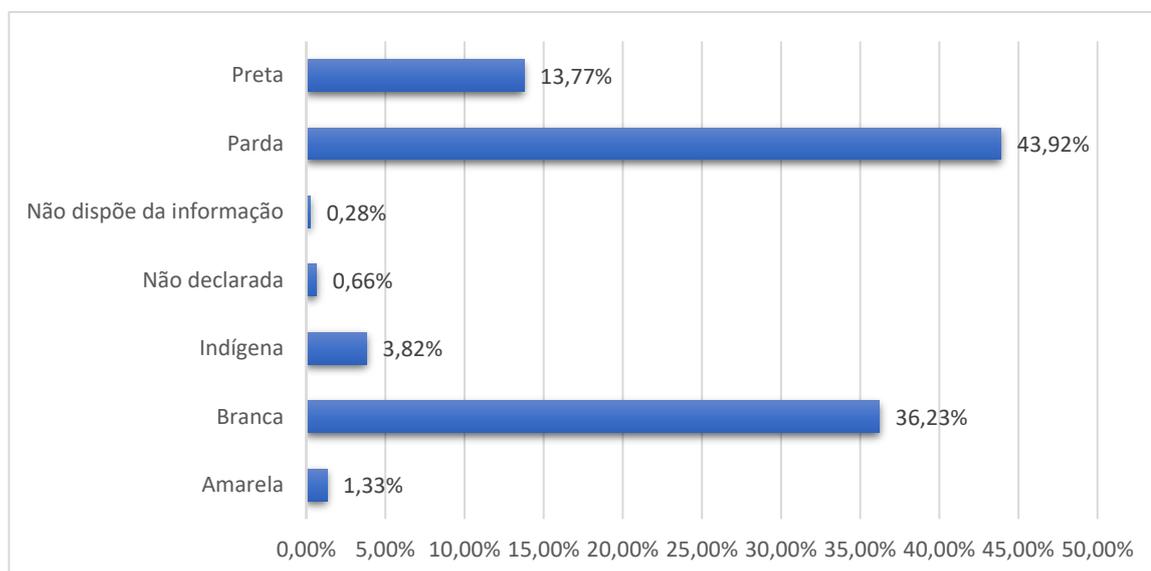


Fonte: Gráfico elaborado pela autora a partir dos dados disponibilizados pela AGETIC/UFMS (2023).

Observamos que o maior percentual de estudantes atendidos pelas ações tradicionais de AE se autodeclararam pardos, com 44,06%, seguido de estudantes que se autodeclararam brancos, com 34,99%; 13,30% dos estudantes se autodeclararam pretos; 5,57% se autodeclararam indígenas; e 1,41% amarelos. Desse total, 0,45% não declara e 0,22% não dispõe da informação.

Sobre a cor/etnia dos estudantes atendidos pelas ações emergenciais de AE, analisamos as categorias “Preta”, “Parda”, “não dispõe da informação”, “não declarada”, “Indígena”, “Branca” e “Amarela” (Gráfico 8).

Gráfico 8 – Cor/etnia dos estudantes atendidos pelas ações emergenciais de Assistência Estudantil da UFMS no período de pandemia da covid-19 (2020-2021)



Fonte: Gráfico elaborado pela autora a partir dos dados disponibilizados pela AGETIC/UFMS (2023).

De acordo com o Gráfico 8, em relação aos estudantes que receberam as ações emergenciais, o maior percentual é de estudantes que se autodeclararam pardos, com 43,92%, seguido de estudantes que se autodeclararam brancos, com 36,23% do percentual; 13,77% dos estudantes se autodeclararam pretos; 3,82% se autodeclararam indígenas; 1,33% amarelos; 0,66% não declara e 0,28% não dispõe da informação.

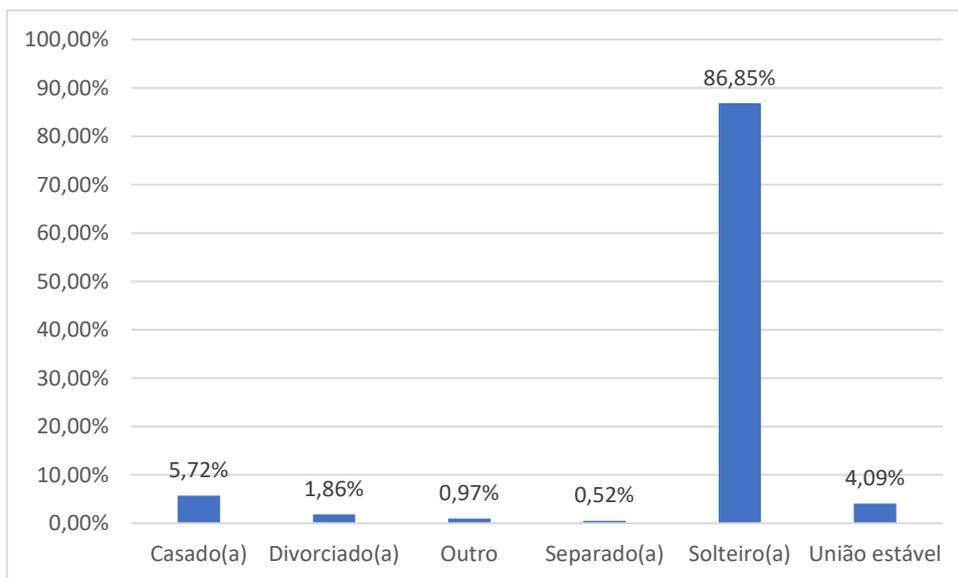
Sobre essa questão, segundo a V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) graduandos(as) das IFES, a partir de 2003 houve um aumento de estudantes pretos e pardos na graduação e uma diminuição de estudantes brancos. Essa mudança é relacionada às políticas de ações afirmativas a partir de 2005, à expansão da Educação Superior Pública por meio do Reuni em 2007 e à implementação da Lei de Cotas, no ano de 2012.

O que é congruente com os estudos abordados por Evangelista (2020, p. 94), que apontam que o acesso de pardos na educação superior por meio das cotas raciais é maior do que o dos estudantes que se autodeclararam pretos (Evangelista, 2020, p. 94).

- **Estado Civil dos estudantes atendidos pelas ações de assistência estudantil**

Em relação ao estado civil dos estudantes, recebemos as informações com as seguintes categorias: “Casado”, “Divorciado”, “Outro”, “Separado (a)”, “Solteiro(a)” e “União Estável”, como no Gráfico 9.

Gráfico 9 – Estado Civil dos estudantes atendidos pelas ações tradicionais de Assistência Estudantil da UFMS (2020-2021)

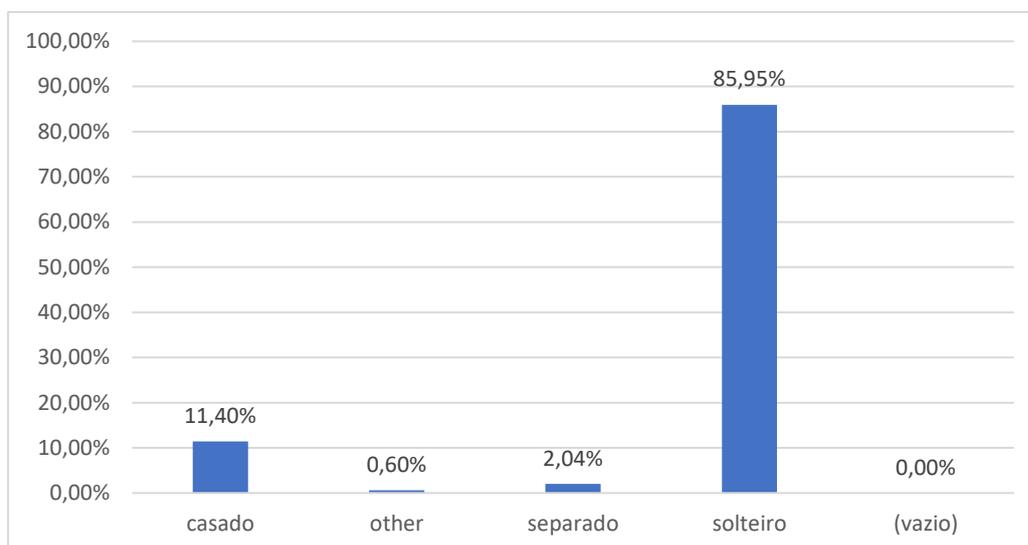


Fonte: Gráfico elaborado pela autora a partir dos dados disponibilizados pela AGETIC/UFMS (2023).

De acordo com o Gráfico 9, observamos que 86,85% dos estudantes se declaram solteiros; 5,72% casados; 4,09% em uma união estável; 1,86% divorciados; 0,97% outro; e em menor percentual, 0,52% separados.

Em relação ao estado civil dos estudantes, recebemos as informações com as seguintes categorias: “Casado”, “Outro”, “Separado (a)” e “Solteiro (a)”, como no Gráfico 10.

Gráfico 10 – Estado civil dos estudantes atendidos pelas ações emergenciais de Assistência Estudantil da UFMS no período da pandemia de Covid-19 (2020-2021)



Fonte: Gráfico elaborado pela autora a partir dos dados disponibilizados pela AGETIC/UFMS (2023).

Como podemos verificar no Gráfico 10, obtivemos um percentual parecido com o gráfico anterior, com maioria de 85,95% dos estudantes declarados solteiros; seguidos de 11,40% casados; 2,04% separados; e em menor percentual, 0,60%, outro.

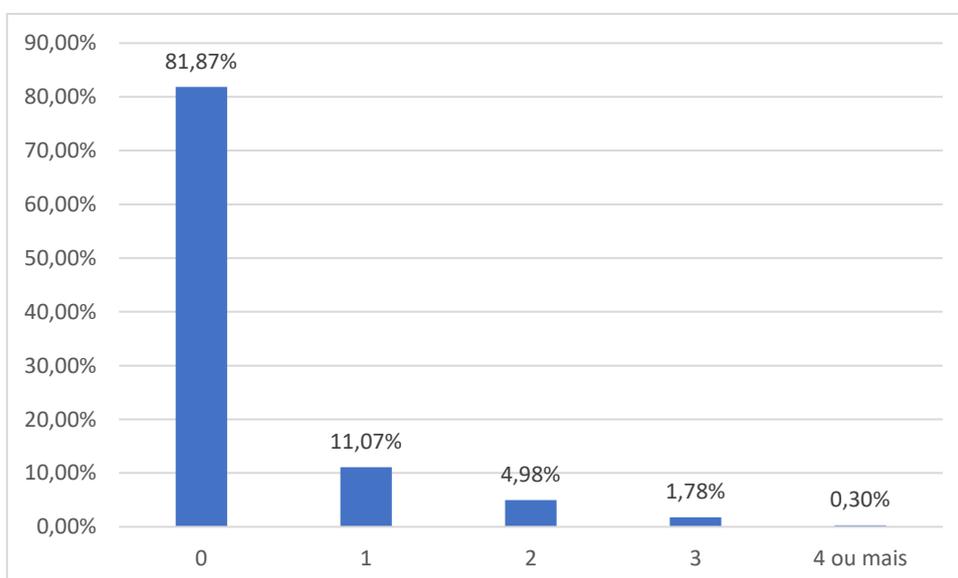
Destacamos que o número de estudantes casados, em relação ao Gráfico 9, dobrou, o que revela a vulnerabilidade dos estudantes que residem com outra pessoa. Acreditamos ainda que os números do Gráfico 10 poderiam apresentar opções semelhantes ao Gráfico 9, opções “divorciado” e “união estável”.

Uma pesquisa realizada por Oliveira *et al.* (2020) com cerca de 100 participantes oriundos de IES pública, sendo 50 estudantes beneficiados pela Assistência Estudantil e 50 estudantes não beneficiados pela Assistência Estudantil, selecionados de forma aleatória, apontou que dos estudantes beneficiados e não beneficiados, o maior percentual foi de estudantes solteiros, 90% e 86% respectivamente, enquanto apenas 6% e 4% dos estudantes beneficiados e não beneficiados respectivamente são casados. Já a opção outro, os estudantes beneficiados são 4% e não beneficiados representam 10%, o que é congruente com esta pesquisa, pois revela que os estudantes solteiros são a maioria entre os estudantes que receberam algum tipo de auxílio de AE.

- **Número de filhos dos estudantes atendidos pelas ações de Assistência Estudantil**

Em relação ao número de filhos dos estudantes atendidos pelas ações de AE da UFMS em 2020 e 2021, os estudantes deveriam responder se tinham filhos. Caso a resposta fosse positiva, deveriam indicar a quantidade. A média das respostas está representada no gráfico a seguir:

Gráfico 11 – Número de filhos dos estudantes atendidos pelas ações tradicionais de Assistência Estudantil da UFMS (2020-2021)

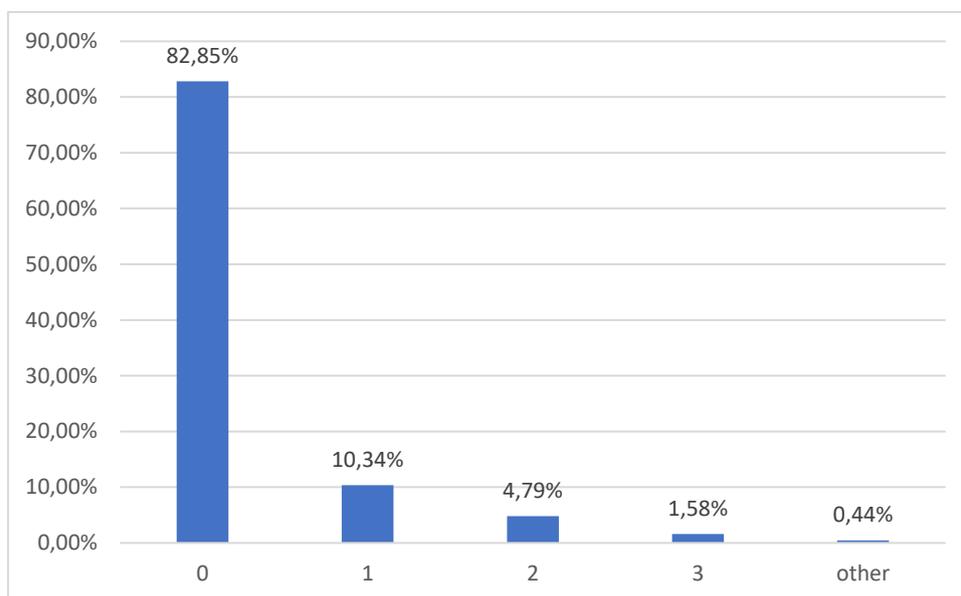


Fonte: Gráfico elaborado pela autora a partir dos dados disponibilizados pela AGETIC/UFMS (2023).

Em sua maioria, com 81,87%, os estudantes responderam não possuir filhos; seguidos de 11,07% que possuem um filho; 4,98% têm dois filhos; 1,78% têm três filhos; e em sua minoria, 0,30%, quatro filhos ou mais.

Nesse item, o mesmo se aplica aos estudantes que receberam as novas ações de AE, em que os estudantes deveriam responder se tinham filhos. Caso a resposta fosse positiva, deveriam indicar a quantidade, a média das respostas está representada no gráfico a seguir:

Gráfico 12 – Número de filhos dos estudantes atendidos pelas ações emergenciais de Assistência Estudantil da UFMS no período de pandemia da covid-19 (2020-2021)



Fonte: Gráfico elaborado pela autora a partir dos dados disponibilizados pela AGETIC/UFMS (2023).

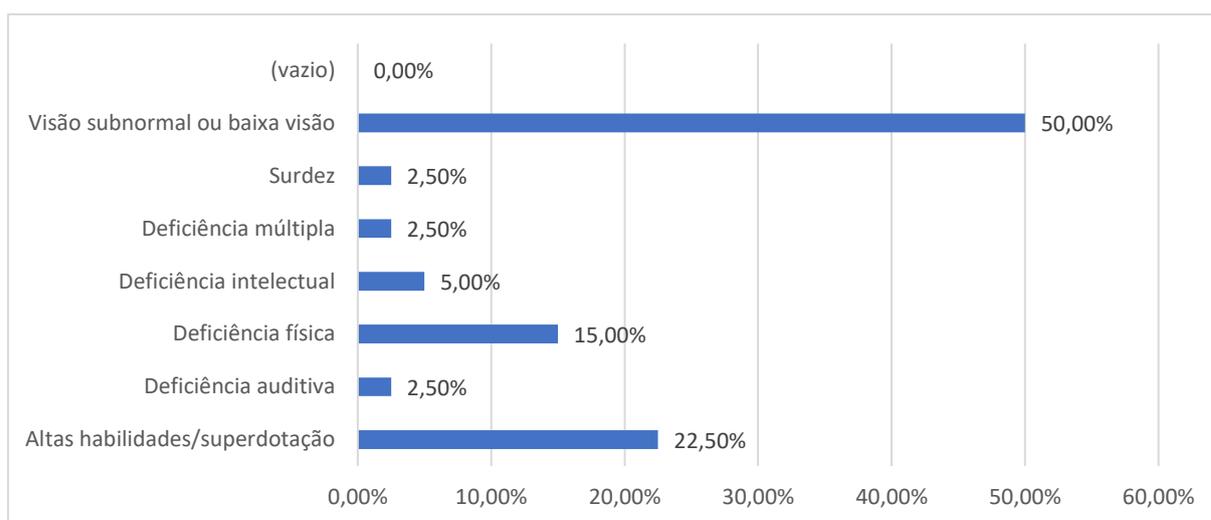
Nesse item, mantivemos os percentuais parecidos com os do gráfico anterior. A maioria, 82,85%, respondeu não possuir filhos; 10,34% possuem um filho; 4,79% têm dois filhos; 1,58% três filhos; a minoria, 0,44%, respondeu “outro”.

De acordo com a V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) graduandos(as) das IFES, ter filhos é uma realidade de 1 a cada 10 estudantes e ainda que não sejam a maioria dos estudantes, é fundamental o conhecimento de suas características socioeconômicas pelos gestores para o desenvolvimento das políticas de Assistência Estudantil. Em 2014, 88,2% dos estudantes de graduação não tinham filhos; 6,4% possuíam 1 filho (a); 3,6%, 2; 1,4%, 3; e 0,5%, 4 ou mais filhos(as). Já a V Pesquisa mostra que 6,4% têm 1 filho(a); 3,3% têm 2 filhos(as); 1,2% têm 3 filhos (as) e 0,5% tem 4 ou mais filhos, não mudando significativamente os percentuais nos anos pesquisados (Fonaprace; Andifes, 2018, p. 60).

- **Estudantes com deficiência atendidos pelas ações de Assistência Estudantil**

De acordo com as informações passadas pela AGETIC/UFMS sobre a condição de deficiência, os estudantes deveriam optar por assinalar as seguintes opções: “Visão subnormal ou baixa visão”, “Surdez”, “Deficiência múltipla”, “Deficiência intelectual”, “Deficiência física”, “Deficiência auditiva” e “Altas habilidades/superdotação” como a seguir:

Gráfico 13 – Estudantes com deficiência atendidos pelas ações emergenciais de Assistência Estudantil da UFMS no período da pandemia da covid-19 (2020-2021)



Fonte: Gráfico organizado pela autora a partir dos dados disponibilizados pela AGETIC/UFMS (2023).

Os dados do Gráfico 13 demonstram que os estudantes com visão subnormal ou baixa visão possuem maior incidência, com percentual de 50,00%; estudantes com altas habilidades/superdotação, 22,50%; 15,00% são estudantes com deficiência física; 5,00% com deficiência intelectual; e, em menor percentual, com 2,50%, surdez, deficiência auditiva e deficiência múltipla.

Segundo a dissertação de Guedes (2020, p. 86), a baixa visão é o maior número quando se fala no tipo de deficiência dos estudantes de Mato Grosso do Sul. Já em nível nacional, a deficiência física é a que apresenta maior número de estudantes.

Segundo a V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) graduandos(as) das IFES, os estudantes com baixa visão ou visão subnormal era de 2,2% em 2014, passando a 2,8% em 2018; houve um aumento de 248% no número de estudantes cegos(as) de 2014 para 2018; surdos(as), eram 0,03% em 2014 e em 2018 são 0,1%; pessoas com deficiência física representavam 0,4% em 2014 e chegaram a 0,6% em 2018; o percentual

de estudantes com deficiência intelectual em 2018 obteve mais de 200% de crescimento; a pesquisa de 2014 não tinha a opção de estudantes com deficiências múltiplas; em relação aos estudantes com altas habilidades/superdotação e transtorno global do desenvolvimento, também não haviam na pesquisa anterior, representando em 2018 o percentual de 0,2% e 0,1% dos estudantes, respectivamente (Fonaprace; Andifes, 2018, p. 57).

De acordo com a V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) graduandos(as) das IFES, o avanço no percentual de ingresso de estudantes com algum tipo de deficiência está relacionado em grande medida à Lei n.º 13.409/2016, que acrescentou pessoas com deficiência aos sistemas de cotas (Fonaprace; Andifes, 2018, p. 59).

Cabe destacar que segundo dados do INEP, do número de matrículas de graduação de alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação de 2012 a 2022, o percentual em relação ao total de matrículas em cursos de graduação a partir de 2017 subiu de 0,4% do total para 0,5% do total, com exceção de 2015, alcançando nos anos de 2018, 0,5%; em 2019 0,6%, 2020 0,6%, 2021 0,7% e 2022 0,8%. Importa esclarecer que uma mesma matrícula pode apresentar mais de um tipo de declaração. Do total de declarações em 2022, as mais comuns são: deficiência física (29.454), baixa visão (22.104) e deficiência auditiva (8.722). Segundo dados de 2021, essas deficiências permaneceram como as mais comuns.

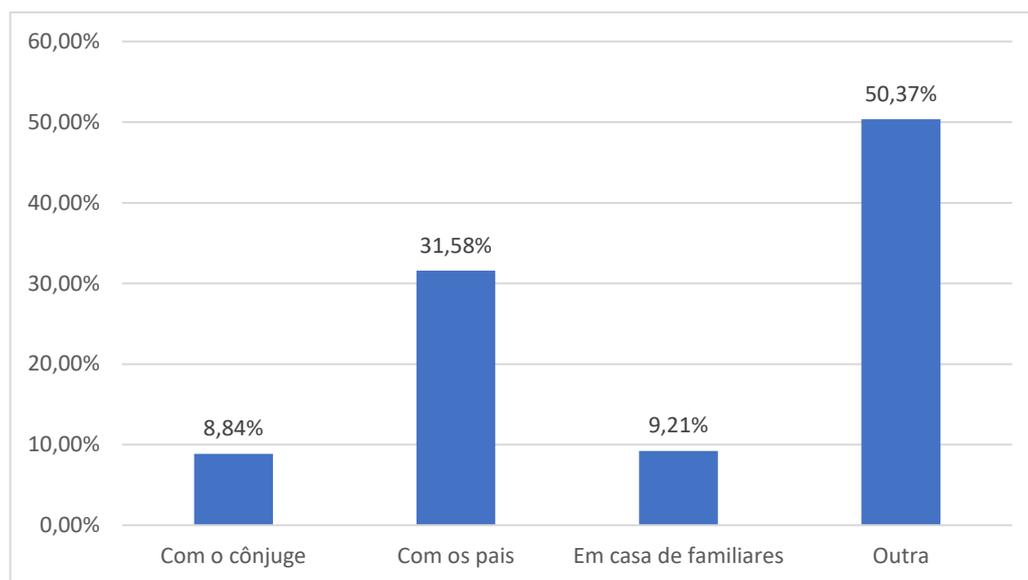
Segundo a dissertação de Guedes (2022, p. 65), averiguou-se que o ensino presencial tem um valor percentual inferior ao da EaD em relação à pessoa com deficiência. Em 2019 enquanto a educação a distância totalizava 0,6% do total de matrículas de estudantes com deficiência, na presencial esse número é reduzido para 0,1%, sustentando a afirmação de que a modalidade de ensino a distância tem representado uma importante porta de acesso para pessoas com deficiência à educação superior.

Em relação aos estudantes com deficiência atendidos pelas ações tradicionais de AE da UFMS nos anos de 2020 e 2021, quando recebemos a planilha da AGETIC, não constavam essas informações.

- **Situação de Moradia dos estudantes atendidos pelas ações de assistência estudantil**

De acordo com os dados socioeconômicos, as opções de situação de moradia preenchidas pelos estudantes são “Com o cônjuge”, “Com os pais”, “Em casa de familiares” e “Outra”, como constam no gráfico a seguir:

Gráfico 14 – Moradia dos estudantes atendidos pelas ações tradicionais de Assistência Estudantil da UFMS (2020-2021)

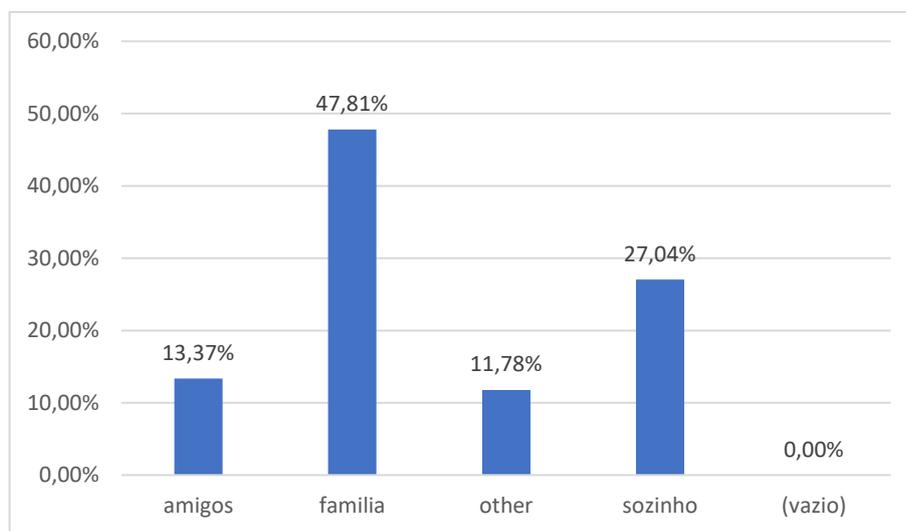


Fonte: Gráfico elaborado pela autora a partir dos dados disponibilizados pela AGETIC/UFMS (2023).

Como podemos observar, o maior percentual foi a opção “outra”, com 50,37%, seguido de estudantes que moram com os pais, com 31,58% percentual; estudantes que moram em casa de familiares representam 9,21% e o menor percentual de estudantes que moram com o cônjuge.

De acordo com o Gráfico 15, as opções preenchidas pelos estudantes das novas ações de AE são “Amigos”, “Família”, “Outro” e “Sozinho”, como seguem:

Gráfico 15 – Moradia dos estudantes atendidos pelas ações emergenciais de Assistência Estudantil da UFMS no período da pandemia da covid-19 (2020-2021)



Fonte: Gráfico elaborado pela autora a partir dos dados disponibilizados pela AGETIC/UFMS (2023).

Neste item pode-se observar uma diferença em relação às respostas obtidas no Gráfico 15 em relação ao Gráfico 14, uma vez que as opções “amigos” e “sozinho” não aparecem no Gráfico 14, sendo que as opções “com o cônjuge” e “com os pais” também não aparecem no Gráfico 15, o que dificulta uma “comparação” entre os gráficos citados. Ou seja, não há como comparar os dados dos gráficos 14 e 15, uma vez que os dados são diferentes.

No Gráfico 15, o maior percentual de estudantes mora com a família, com o percentual de 47,81%, seguido de 27,04% dos estudantes que moram sozinhos, sendo que 13,37% dos estudantes moram com amigos e em menor percentual, 11,78% dos estudantes assinalaram a opção “outra”.

Os dados apontam que os estudantes atendidos pelas ações tradicionais, incluindo Auxílio-Moradia, em sua maioria assinalaram a opção outra, o que podemos relacionar que estes estudantes podem habitar outros locais como: repúblicas, moradias estudantis, alojamentos etc. Sobre moradias e alojamentos estudantis, os dados demonstram que

Especificamente sobre as condições de moradia, no período em que foi feito o levantamento para a pesquisa, dentre as 63 Universidades apenas 41 dispunham, em sua infraestrutura, de alojamentos, totalizando 19.436 vagas. Apesar do número expressivo, as vagas oferecidas não atendem a demanda existente para esse tipo de assistência. Em 2017 a capacidade de atendimento era inferior a 2%, pois essas instituições federais de ensino superior (IFES)

registravam 1.306.351 (um milhão, trezentos e seis mil, trezentos e cinquenta e um) alunos matriculados. A infraestrutura disponibilizada e o formato de seleção dos estudantes diferem conforme cada instituição. Predominam prédios, nos quais os apartamentos possuem quartos compartilhados, sendo poucas as instituições que oferecem quartos individuais. Considerando a moradia como espaço de integração, dividir o quarto com um ou mais estudantes pode levar ao estabelecimento de vínculos de amizade e troca de informações acadêmicas, ao mesmo tempo em que dificulta as possibilidades do exercício de momentos de privacidade (Sousa; Peixoto, 2020, p. 302).

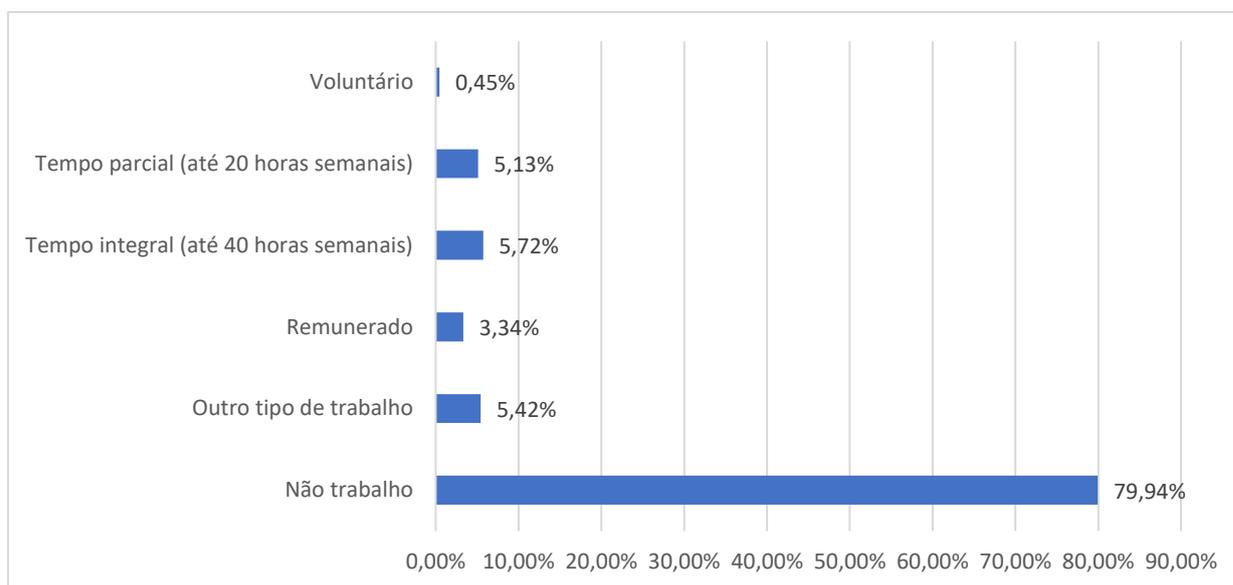
Durante o período da pandemia em decorrência do novo coronavírus, e como consequência a paralisação das aulas presenciais, isolamento social e a crise financeira, muitos estudantes podem ter requerido o Auxílio-Moradia ou até mesmo retornado a sua cidade ou estado, em 2021. Segundo dados do NÚMEROS UFMS, 69,13% do total de 23.300 estudantes são de Mato Grosso do Sul, os demais estudantes são de outros estados do Brasil.

Já os estudantes que foram atendidos pelas ações emergenciais do período da pandemia gerada pelo covid-19, em sua maioria moram com a família e a opção “outra” foi minoria das respostas.

- **Trabalho dos estudantes atendidos pelas ações de assistência estudantil**

Sobre este item, recebemos as seguintes opções de respostas dos estudantes: “voluntário”, “tempo parcial (até 20 horas semanais)”, “tempo integral (até 40 horas semanais)”, “remunerado”, “outro tipo de trabalho” e “não trabalho”, os respectivos percentuais estão representados no gráfico a seguir:

Gráfico 16 – Estudantes ocupados (as) atendidos pelas ações tradicionais de Assistência Estudantil da UFMS (2020-2021)



Fonte: Gráfico elaborado pela autora a partir dos dados disponibilizados pela AGETIC/UFMS (2023).

Como observa-se, com maior percentual, 79,94% dos estudantes responderam que não trabalham, seguido de 5,72% que trabalham em tempo integral, 5,42% responderam exercer outro tipo de trabalho, 5,13% responderam trabalhar em tempo parcial, 3,34% responderam exercer atividade remunerada e em menor percentual, com 0,45%, os estudantes exercem trabalho voluntário.

De acordo com o Art. 39 da Resolução nº 124-COUN/UFMS, de 31 de agosto de 2021, e o Edital GAB/PROAES 3890396 SEI 23104.000422/2023-17, os requisitos gerais que são obrigatórios para a inscrição do estudante nas ações de assistência estudantil no período da pandemia ocasionada pela covid-19 são:

I - Estar regularmente matriculado em curso de graduação presencial; II - possuir renda familiar per capita de até um salário-mínimo e meio vigente; III - Não ter concluído qualquer curso de graduação (bacharelado, licenciatura ou tecnologia) em qualquer Instituição de Ensino Superior; e IV - Não possuir penalidades administrativas, graves ou gravíssimas, previstas no Regulamento Disciplinar do Estudante da UFMS, nos últimos seis meses. 3.2. São requisitos para receber o Auxílio Permanência: cumprir todos os requisitos do item 3.1. 3.3. São requisitos para receber o Auxílio Moradia: cumprir todos os requisitos do item 3.1., além de ter mudado do município de origem para cursar a graduação na UFMS, não residir com o grupo familiar de origem, e possuir despesas comprovadas com aluguel. 3.4. São requisitos para receber o

Auxílio Alimentação: cumprir todos os requisitos do item 3.1., e estar matriculado em um dos seguintes Campus da UFMS: Chapadão do Sul, Coxim, Naviraí, Nova Andradina, Paranaíba, ou Ponta Porã. 3.5. São requisitos para receber o Auxílio Creche: cumprir todos os requisitos do item 3.1, além de ser responsável por criança com idade inferior a seis anos e comprovar que está aguardando vaga em Centro de Educação Infantil no município no qual está matriculado em curso de graduação ou estudar no período noturno.

Sobre o estudante atendido pelas ações de assistência estudantil ter tempo disponível, não encontramos no edital supracitado nenhuma menção, porém, é sabido que os estudantes atendidos pelo Auxílio-Permanência dão uma “devolutiva” à Universidade. Dessa forma, encontramos o seguinte excerto na referida Resolução:

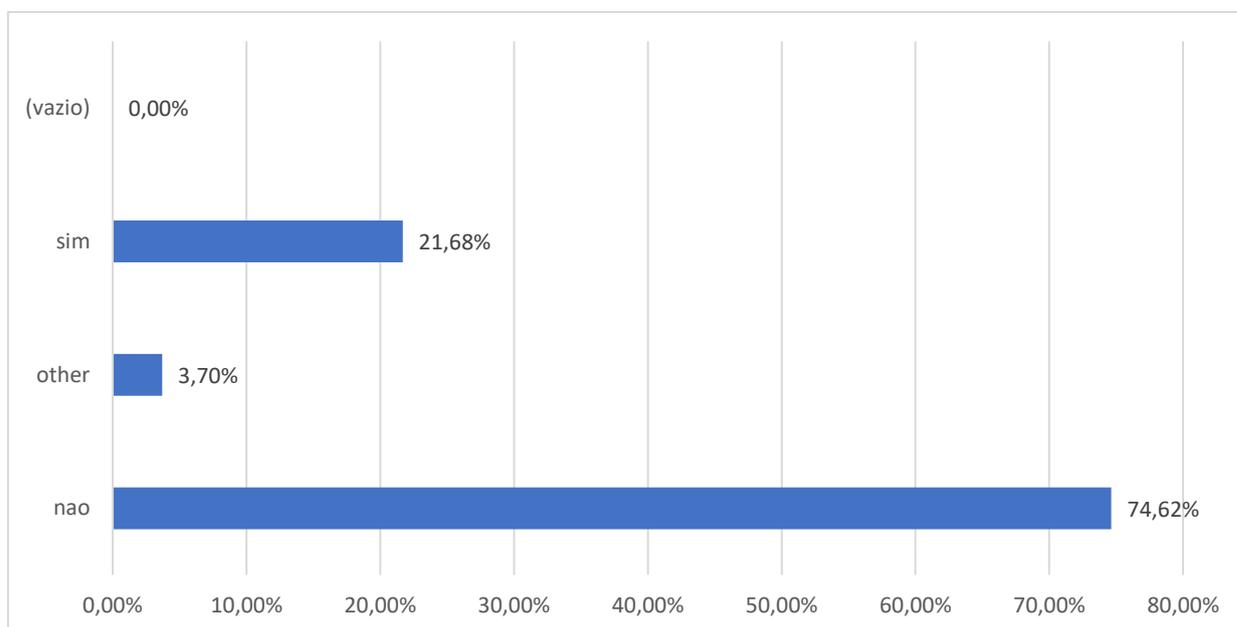
Art. 18. O desempenho acadêmico exigido para a manutenção dos Auxílios da Assistência Estudantil, que visa reduzir as taxas de retenção e evasão, será concluir com aprovação de, no mínimo, sessenta e cinco por cento da carga horária total das disciplinas ofertadas para sua turma no curso no semestre anterior, e não ter ultrapassado dois semestres do tempo regular do curso. Parágrafo único. Fica determinada a reavaliação e monitoramento semestral, ou a qualquer tempo, em caso de denúncia, da elegibilidade de todos os estudantes beneficiários, que recebem Auxílios da Assistência Estudantil pela UFMS.

Ainda sobre a disponibilidade de tempo, de acordo com a Resolução nº 124-COUN/UFMS, de 31 de agosto de 2021, no Art. 38, compete ao estudante beneficiário do Auxílio

I - comparecer em data e horário definidos, quando solicitado ou convocado pela equipe de Assistência Estudantil; II - atender aos critérios estabelecidos para a concessão dos Auxílios desta Resolução; III - manter os dados de cadastro atualizados; IV - informar, imediatamente, à Secretaria de Assistência ao Estudante (Seae/Diaes/Proaes) ou à UAP-AE/Câmpus, qualquer mudança de renda, para imediata reclassificação; V - acompanhar as notícias e Editais divulgados no portal da Proaes e de seus respectivos Câmpus; e VI – dedicar-se aos estudos e à progressão no seu curso.

Sobre esse item, analisamos as seguintes opções de respostas dos estudantes atendidos pelas novas ações de assistência estudantil, “Sim”, “Outro” e “Não”. Os respectivos percentuais estão representados no gráfico a seguir:

Gráfico 17 – Estudantes ocupados(as) atendidos pelas ações emergenciais de Assistência Estudantil da UFMS no período da pandemia de covid-19 (2020-2021)



Fonte: Organizado pela autora a partir dos dados disponibilizados pela AGETIC/UFMS (2023).

Como observado no Gráfico 17, o maior percentual é 74,62%, referente aos estudantes que não trabalham, seguido de 21,68% que trabalham e 3,70% que responderam a opção “outra”.

Em relação à trajetória acadêmica dos estudantes trabalhadores, a V Pesquisa apresentou a variável “estudantes ocupados (as)” como recorte. Em 2014 o percentual de estudantes ocupados(as) era de 35,3%, enquanto em 2018, 29,9% estão ocupados(as) (Fonaprace; Andifes, 2018, p. 32).

Comparando os dois gráficos apresentados sobre esse item, observamos que os estudantes atendidos pelas ações tradicionais de assistência estudantil totalizam 20,06% dos estudantes ocupados, enquanto os estudantes que receberam as ações emergenciais de AE totalizam 25,38% dos estudantes ocupados.

Cabe ressaltar que em 2021, dos 23.302 estudantes dos *campi* da UFMS, 11.392 estudantes estudavam em período integral, o que impossibilita o estudante de encontrar um trabalho em horário comercial. Destarte, de acordo com os editais de assistência estudantil, têm prioridade os estudantes que estudam em período integral e vespertino.

Sobre a questão do estudante trabalhador e o período em que estuda, destacamos que a expansão da oferta dos cursos e vagas em período noturno foi uma das consequências das “mudanças impostas pelas políticas neoliberais, que desobrigam o Estado de garantir serviços essenciais básicos à população, entre eles, o acesso à escolarização de nível superior, pública e gratuita” (Bittar; Maciel; Veloso, 2008, p. 283).

O Brasil, em 1991, apresentava 45% das matrículas no período diurno e 55% no noturno; em 2005 esses percentuais registram diminuição no período diurno, que registra 40% de matrículas e crescimento no noturno com 60% do total; Em Mato Grosso do Sul os números indicam uma tendência diferente, pois 27% das matrículas, em 1991, estavam vinculadas ao período diurno e 73% no noturno; no entanto, em 2005, as matrículas no diurno aumentam para 37% e diminuem no período noturno, para 63% (Bittar; Maciel; Veloso, 2008, p. 289).

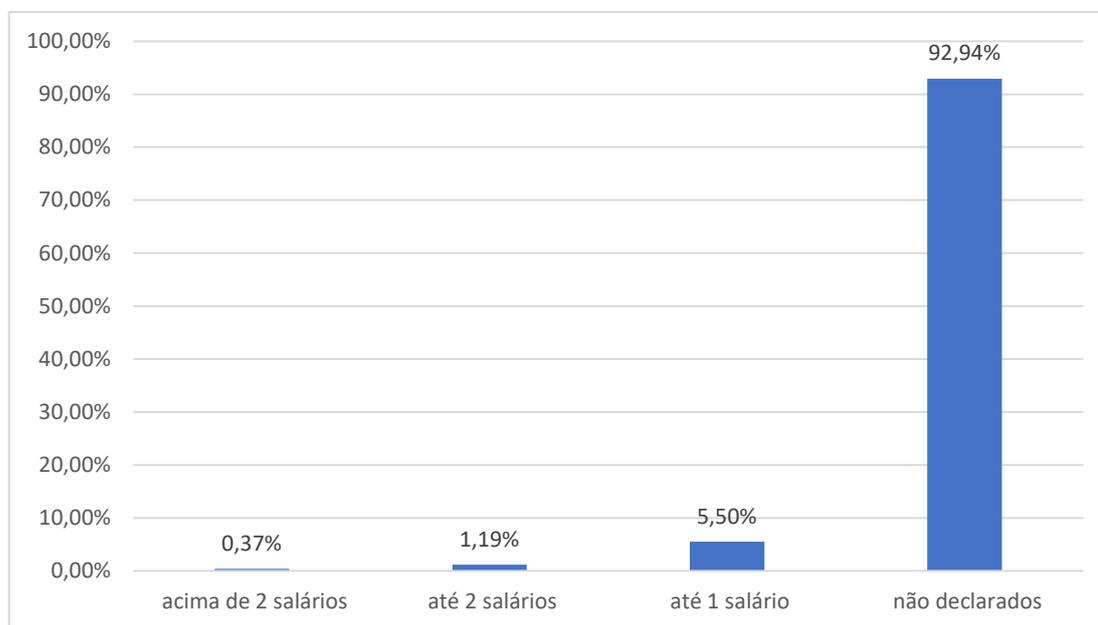
Vale destacar ainda que, em 2021, o segundo maior número de estudantes matriculados nos cursos de graduação da UFMS, cerca de 10.142, corresponde aos que estudam em período noturno e neste quesito não pontuam quando participam do Edital de AE.

Em 2021, um em cada quatro jovens brasileiros de 15 a 29 anos (25,8%) não estudava nem estava ocupado, segundos dados da Síntese de Indicadores Sociais (SIS) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

- **Renda familiar dos estudantes atendidos pelas ações de assistência estudantil**

Neste item, a renda mensal dos estudantes poderia ser descrita em valores, o que impossibilitaria a melhor visualização em nossa análise, portanto, categorizamos as respostas por “não declarados”, “até 1 salário”, “até 2 salários” e “acima de 2 salários”.

Gráfico 18 – Renda familiar dos estudantes atendidos pelas ações tradicionais de Assistência Estudantil da UFMS (2020-2021)



Fonte: Gráfico elaborado pela autora a partir dos dados disponibilizados pela AGETIC/UFMS (2023).

Como podemos observar, a porcentagem de não declarados representou 92,94%, enquanto 5,50% dos estudantes têm renda familiar de zero até 1 salário mínimo vigente (de 0,0 até 1.320,00 reais mensais); 1,19% tem renda mensal familiar de 1 até 2 salários mínimos vigentes (acima de 1.321,00 reais à 2.640,00 reais mensais) e, em menor percentual, com renda mensal familiar acima de 2 salários mínimos vigentes (de 2.641,00 reais mensais), 0,37% dos estudantes.

De acordo com a V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) graduandos(as) das IFES, estudantes sem renda eram 0,5% em 2010, 1,1% em 2014, seguido de queda, em 2018, com 0,7%. A maioria dos estudantes em 2010, 2014 e 2018 possuíam renda mensal familiar na faixa de “Mais de 1 a 2 SM”, 18,1%, 23,4% e 23,5%, respectivamente, e os estudantes com renda mensal familiar bruta de “Até 3 SM” não se alterou de 2014 para 2018, com 50,9% (Fonaprace; Andifes, 2018, p. 25).

Sabemos que os recursos destinados pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, têm como público alvo prioritário estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar *per capita* de “até um salário mínimo e meio”, “razão pela qual descobrir o

percentual de estudantes nesta faixa de renda passa a ser decisivo como referência para ações e políticas das IFES” (Fonaprace; Andifes, 2018, p. 28).

Dessa forma, apesar de o número de abstenções ou não declarados ser 92,94%, sabemos que os estudantes atendidos pelas ações de assistência estudantil possuem renda mensal *per capita* de até um salário-mínimo vigente. Como segue no excerto do edital PROAES/UFMS nº 18, de 20 de março de 2020:

DOS REQUISITOS PARA PARTICIPAÇÃO DO AUXÍLIO 3.1. Requisitos para a inscrição do estudante: 3.1.1. Estar regularmente matriculado em curso de graduação presencial. 3.1.2. **Possuir renda per capita de até um salário mínimo e meio nacional vigente.** 3.1.3. Ter utilizado em 2020 o Restaurante Universitário no Campus em que está matriculado (UFMS, 2020, p.2, grifos nossos).

Em relação à verificação de veracidade em relação ao critério de renda realizada pela Universidade, de acordo com a Instrução Normativa nº 21-GAB/PROAES/UFMS, de 6 de abril de 2023, adotou-se a comprovação por meio do CadÚnico como segue:

Art. 17. Os auxílios do Programa de Assistência Estudantil da UFMS são voltados aos estudantes com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio vigente, e que, preferencialmente, tenham cursado o ensino médio em escola pública, de acordo com normativo vigente da UFMS. Parágrafo único. A renda familiar per capita será comprovada por meio do Cadastro Único (CadÚnico) do estudante.

A universidade adotou desde 2021 a comprovação de vulnerabilidade econômica por meio do CadÚnico: “Destaca-se a adoção no ano de 2021, do cadastro no CadÚnico do Governo Federal como condição comprobatória de vulnerabilidade econômica, com alto grau de acurácia e confiabilidade (UFMS, 2021, p. 56).

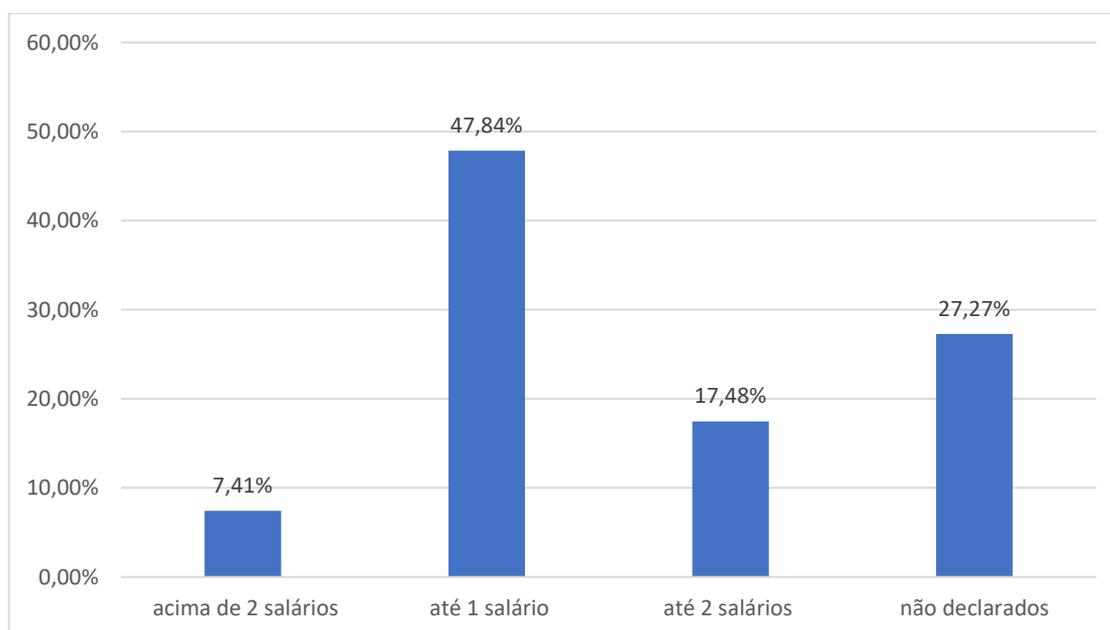
Na Pesquisa de 2014, o percentual de estudantes com renda familiar *per capita* de “Até 1 e meio SM” não pode ser calculado, pois o questionário apresentava somente a faixa de renda “Mais de 1 e até 2 SM”. Porém, por interpolação, o percentual de estudantes com renda “Até 1 e meio SM” (R\$1.086,00) alcançou 66,2% do total de estudantes.

Na V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) graduandos(as) das IFES, o percentual de estudantes inseridos na faixa de renda mensal familiar *per capita* “até 1 e meio SM” alcançou 70,2%; 26,6% vivem em famílias com renda familiar *per capita* de “até meio SM” e 26,9% com renda *per capita* “mais de meio a 1 SM”, totalizando mais da metade

(53,5%) dos(as) graduandos(as) com renda mensal *per capita* “até 1 SM”. Na faixa de renda *per capita* “mais de 1 a 1 e meio SM”, estão 16,6% (Fonaprace; Andifes, 2018, p. 28).

No gráfico 19, categorizamos as respostas como do gráfico anterior, pois a renda mensal dos estudantes estava descrita em diversos valores, o que impossibilitaria a melhor visualização em gráfico, portanto, categorizamos as respostas por “não declarados”, “até 1 salário”, “até 2 salários” e “acima de 2 salários”.

Gráfico 19 – Renda familiar dos estudantes atendidos pelas ações emergenciais de Assistência Estudantil da UFMS no período de pandemia da covid-19 (2020-2021)



Fonte: Gráfico elaborado pela autora a partir dos dados disponibilizados pela AGETIC/UFMS (2023).

Observamos que os estudantes que receberam as ações emergenciais de AE e não declararam a renda familiar representam 27,27%, enquanto a maioria, com 47,84%, declarou receber de zero até 1 salário mínimo vigente (de 0,00 até 1.320,00 reais mensais). Já 17,48% têm renda mensal familiar de 1 até 2 salários mínimos vigentes (acima de 1.321,00 reais à 2.640,00 reais mensais). Com menor percentual, 7,41%, consta a renda mensal familiar dos estudantes acima de 2 salários mínimos vigentes (de 2.641,00 reais mensais).

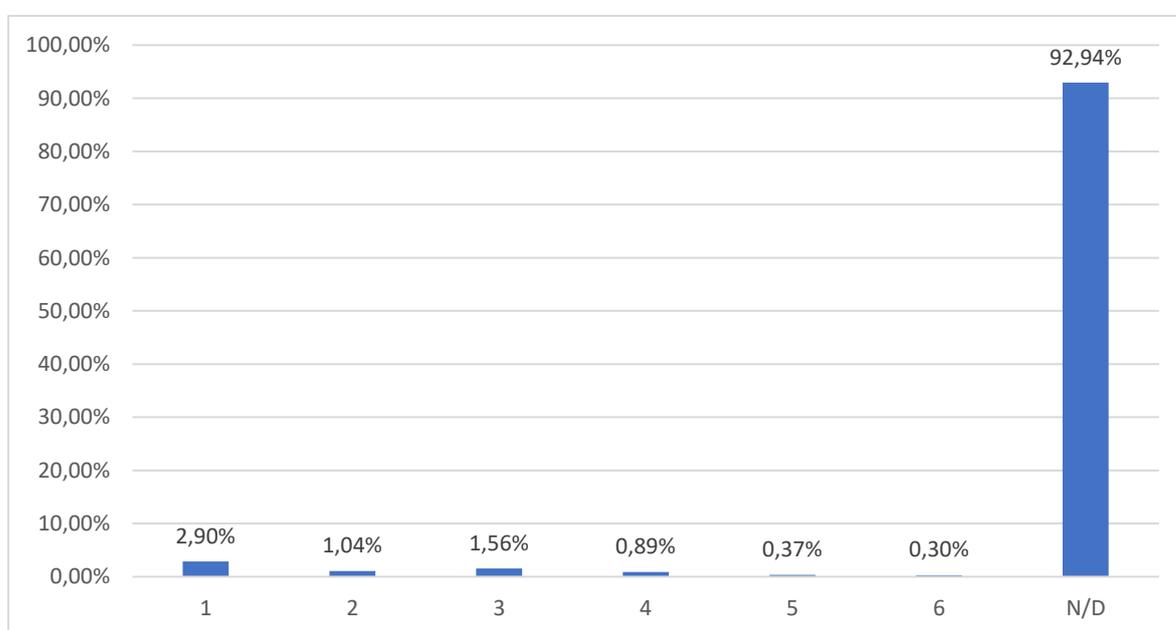
Ao compararmos os gráficos 18 e 19, observamos que as respostas são bem distintas, uma vez que os estudantes que receberam as ações tradicionais em sua maioria optaram por não

declarar sua renda familiar e os estudantes que receberam as ações emergenciais de AE em sua maioria declararam ter renda familiar de até um salário mínimo.

- **Número de pessoas na família**

Neste item, os estudantes responderam o número de pessoas em sua família, a opção “N/D” foi identificada nos dados como não declarado.

Gráfico 20 – Número de pessoas na família dos estudantes atendidas pelas ações tradicionais de Assistência Estudantil da UFMS (2020-2021)

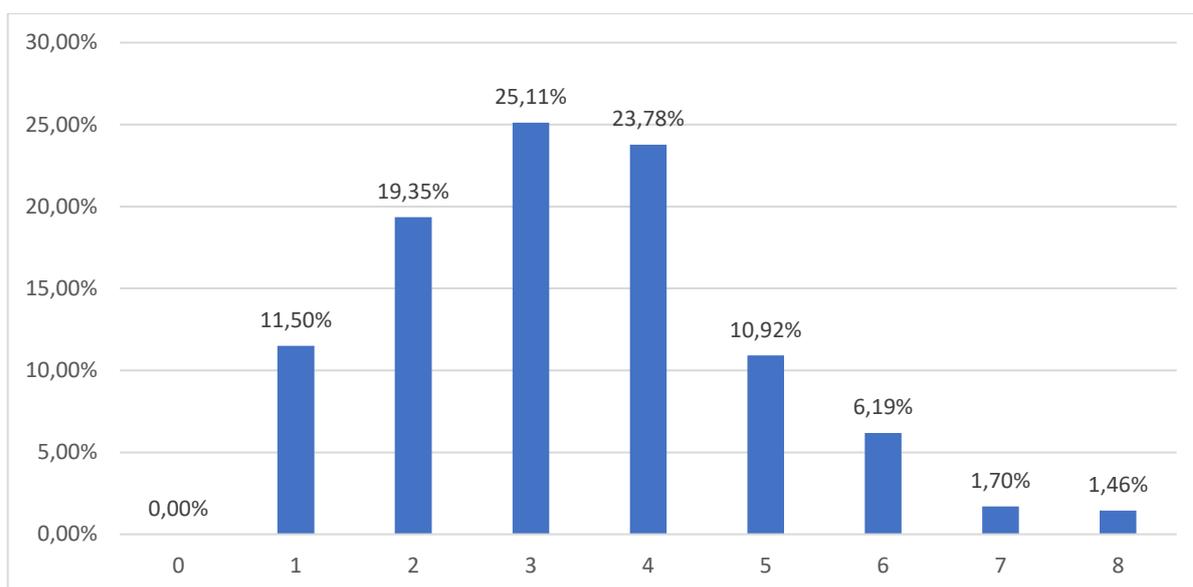


Fonte: Gráfico elaborado pela autora a partir dos dados disponibilizados pela AGETIC/UFMS (2023).

Em relação ao Gráfico 20, podemos verificar que a maioria dos estudantes optou por não declarar (N/D) a quantidade de pessoas na família, com 92,94% de abstenções; seguidos de 2,90% que responderam ter 1 pessoa na família; 1,56% com 3 pessoas na família; 1,04% com 2 pessoas; 0,89% com 4 pessoas; 0,37% com 5 pessoas e em menor percentual, 0,30% tem 6 pessoas na família.

No próximo gráfico, os estudantes responderam o número de pessoas em sua família, não sendo incluído o número de abstenções. A representação está no gráfico a seguir:

Gráfico 21 – Número de pessoas na família dos estudantes atendidos pelas ações emergenciais de Assistência Estudantil da UFMS no período da pandemia de covid-19 (2020-2021)



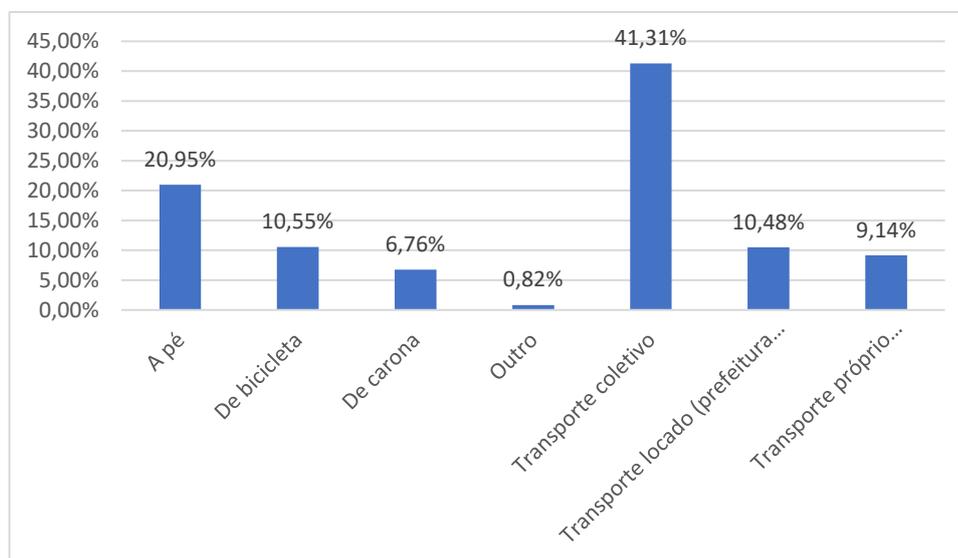
Fonte: Gráfico elaborado pela autora a partir dos dados disponibilizados pela AGETIC/UFMS (2023).

Em sua maioria, 25,11% dos estudantes atendidos pelas ações emergenciais de AE responderam ter 3 pessoas na família. Já 23,78% dos estudantes têm 4 pessoas na família; 19,35% possuem 2 pessoas na família; 11,50% possuem 1 pessoa na família; 10,92% têm 5 pessoas na família; 6,19% têm 6; 1,70% têm 7 e, em menor percentual, 1,46% têm 8 pessoas na família.

- **Meio de transporte dos estudantes atendidos pelas ações de assistência estudantil**

Neste quesito, os estudantes tinham 7 opções de respostas no formulário, sendo: “A pé”, “De bicicleta”, “De carona”, “Outro”, “transporte coletivo”, “transporte locado” e “transporte próprio”.

Gráfico 22 – Meio de transporte dos estudantes atendidos pelas ações tradicionais de Assistência Estudantil da UFMS (2020-2021)

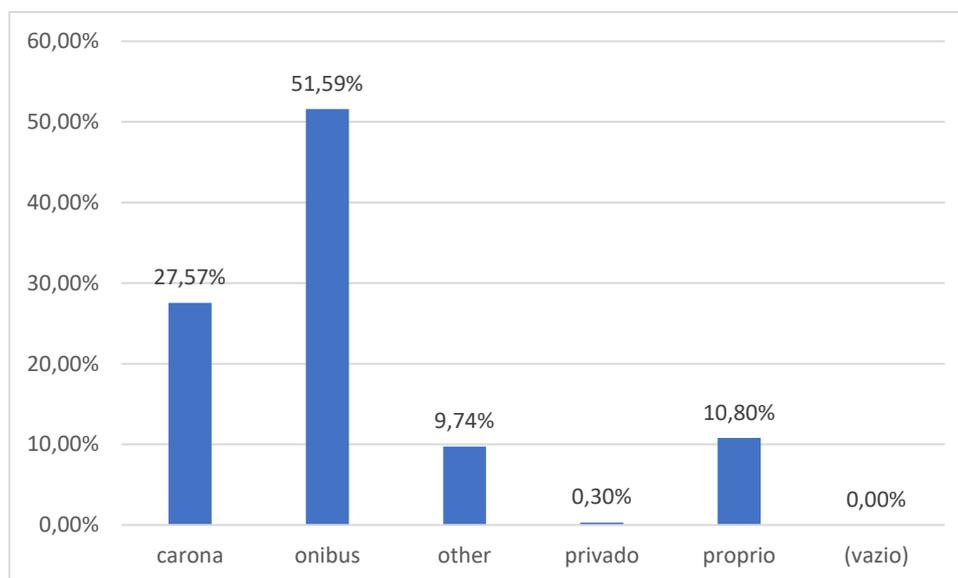


Fonte: Gráfico elaborado pela autora a partir dos dados disponibilizados pela AGETIC/UFMS (2023).

Como podemos observar no Gráfico 22, em sua maioria os estudantes que utilizam o transporte coletivo são 41,31%; seguidos de estudantes que vão a pé, 20,95%; estudantes que utilizam bicicleta são 10,55%; estudantes que utilizam transporte locado pela prefeitura e/ou escolar representam 10,48%; 9,14% dos estudantes utilizam transporte próprio; 6,76% vão de carona; e, em menor percentual, 0,82% utilizam outro meio de transporte.

Nesse quesito, os estudantes atendidos pelas novas ações de AE tinham 5 opções de respostas no formulário, sendo: “Carona”, “Outro”, “Ônibus”, “Privado” e “Próprio”.

Gráfico 23 – Meio de transporte dos estudantes atendidos pelas ações emergenciais de Assistência Estudantil da UFMS no período da pandemia de covid-19 (2020-2021)



Fonte: Gráfico elaborado pela autora a partir dos dados disponibilizados pela AGETIC/UFMS (2023).

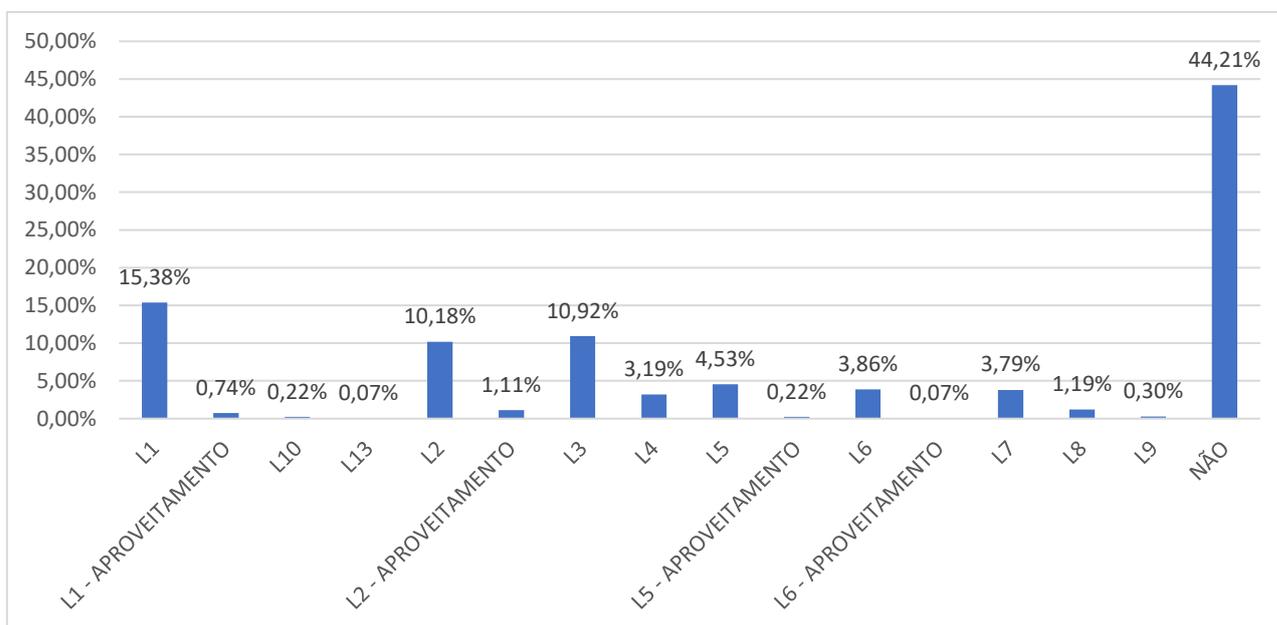
Como observado no Gráfico 23, os estudantes em sua maioria responderam utilizar transporte coletivo (ônibus), com o percentual de 51,59%; seguidos de 27,57% dos estudantes que vão de carona; 10,80% têm transporte próprio; 9,74% assinalaram outro, acreditamos que devido à ausência das alternativas “a pé”, “transporte locado” e “de bicicleta”, como no Gráfico 22 e, com menor percentual, transporte privado, com 0,30%. Um adendo importante é referente à ausência de “padrão” de respostas, o que dificulta as análises.

A partir do exposto, afirmamos que os estudantes que receberam alguma(s) das ações de AE no período de pandemia da covid-19 necessitavam utilizar o transporte coletivo (ônibus) para se deslocar até a Universidade, porém, levando em consideração o estado de calamidade pública em decorrência do novo coronavírus, os estudantes estavam realizando as aulas por meio do Ensino Remoto de Emergência.

- **Linhas de Reserva de vagas no ingresso dos estudantes atendidos pelas ações de assistência estudantil**

Neste quesito, os estudantes responderam se tinham ingressado por meio da política de cotas, se sim, as opções da linha de reserva de cotas seguem no Gráfico 24:

Gráfico 24 – Tipo de cota dos estudantes atendidos pelas ações tradicionais de Assistência Estudantil da UFMS (2020-2021)



Fonte: Gráfico elaborado pela autora a partir dos dados disponibilizados pela AGETIC/UFMS (2023).

De acordo com a Lei nº 12.711/2012, a cota do tipo L1 é destinada a estudantes com renda familiar bruta *per capita* igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas e compreende o maior percentual dos estudantes, com 16,12%, se somarmos “L1” e “L1 aproveitamento”.

A cota do tipo L2 é destinada a estudantes autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta *per capita* igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, com o percentual de 11,29% somados “L2” e “L2 aproveitamento”.

A cota do tipo L3: Candidatos autodeclarados pretos ou pardos, com renda familiar bruta *per capita* igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas do Brasil, com percentual de 10,92% do total de estudantes pesquisados.

A cota do tipo L4 é destinada a Candidatos autodeclarados indígenas, com renda familiar bruta *per capita* igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, com percentual de 3,19% do total de estudantes pesquisados.

A cota do tipo L5 é destinada a estudantes que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, com o percentual de 4,75% somados “L5” e “L5 aproveitamento”.

A cota do tipo L6 é destinada a candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda (Art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, compreendendo o percentual de 3,93% somados “L6” e “L6 aproveitamento”.

L7: Candidatos autodeclarados pretos ou pardos que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18, de 2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas do Brasil, com percentual de 3,79%.

L8: Candidatos autodeclarados indígenas que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18, de 2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas do Brasil, com percentual de 1,79%.

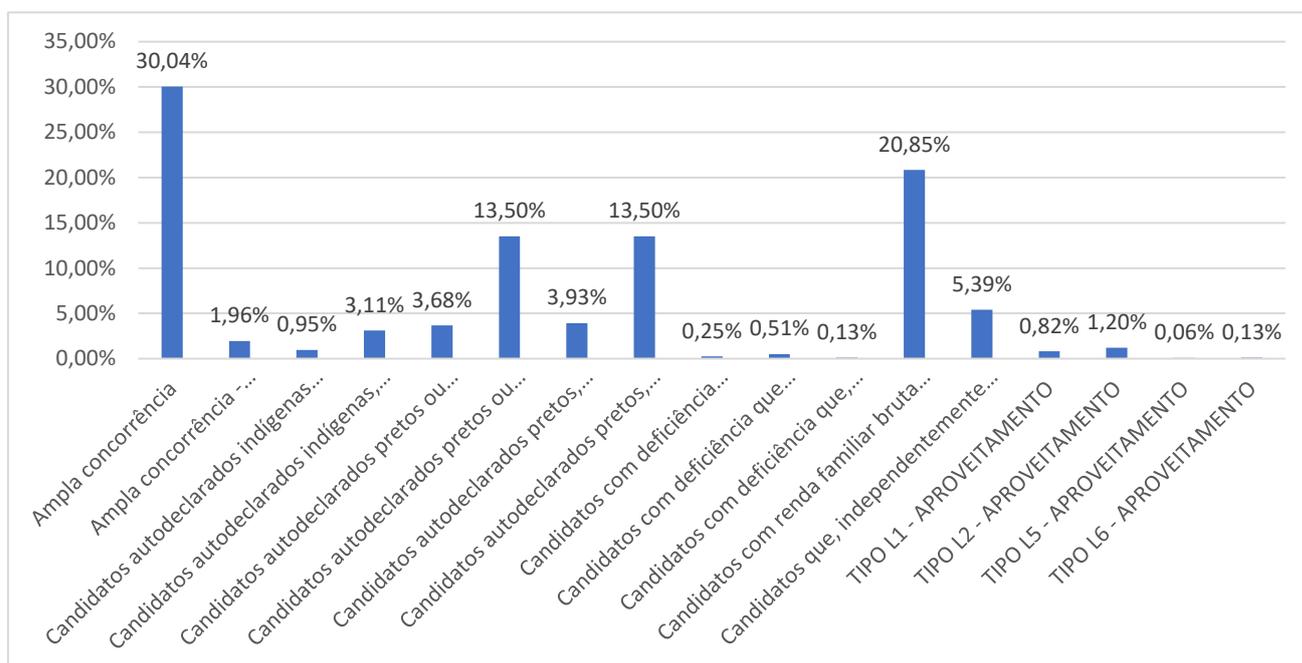
A cota de tipo L9 é destinada a candidatos com deficiência que tenham renda familiar bruta *per capita* igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012) e possui o percentual de 0,30%.

A cota do tipo L10 se destina a candidatos com deficiência autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que tenham renda familiar bruta *per capita* igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, com percentual de 0,22%.

Com menor percentual, a cota do tipo L13, que se destina a candidatos com deficiência que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, com percentual de 0,07%.

Neste quesito, os estudantes responderam o tipo de ingresso, se por meio da política de cotas, qual? As respostas do tipo de ingresso seguem no Gráfico 25:

Gráfico 25 – Tipo de cota dos estudantes atendidos pelas ações emergenciais de Assistência Estudantil da UFMS no período de pandemia da covid-19 (2020-2021)



Fonte: Gráfico elaborado pela autora a partir dos dados disponibilizados pela AGETIC/UFMS (2023).

De acordo com o gráfico, os candidatos ingressantes em ampla concorrência representam a maioria dos estudantes se somados “ampla concorrência” e “ampla concorrência-aproveitamento”, totalizando 32% dos estudantes; os estudantes ingressantes com cota do tipo L1 somados ao L1 aproveitamento totalizam 21,67% dos estudantes; os estudantes ingressantes da cota do tipo L2 mais L2 aproveitamento totalizam o percentual de 14,7%; os estudantes ingressantes da cota do tipo L3 totalizam o percentual de 13,50%; os estudantes ingressantes com cota do tipo L5 somados ao L5 aproveitamento totalizam 5,45%; estudantes com cota do tipo L4 representam 3,11%; estudantes com cota do tipo L6 somados ao L6 aproveitamento totalizam 4,06%; estudantes com cotas do tipo L7 representam 3,68%; estudantes com cota do tipo L8 totalizam 0,95%; estudantes com cota do tipo L9 representam 0,51%; estudantes com cota do tipo L10 representam 0,25%; e, com menor percentual, os estudantes ingressantes da cota do tipo L13, 0,13%.

A Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, estabelece a política de cotas para o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico e nível médio, que prevê reserva de 50% das vagas para estudantes que cursaram o ensino médio em escola pública com

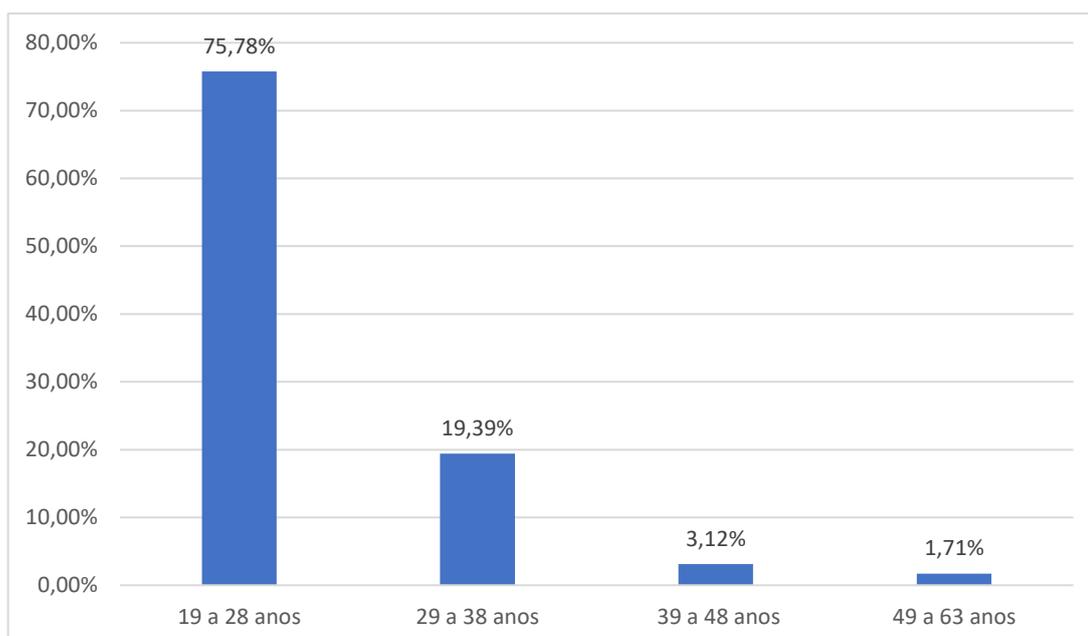
renda familiar de até 1,5 salários mínimos combinados com critérios de cor/etnia (pretos, pardos e indígenas). Em 2016, a Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016, altera a Política de Cotas e acrescenta pessoas com deficiência como parte do grupo que tem direito à reserva de vagas nas IFES.

As ações e metas para estudantes em condição de vulnerabilidade e cotas raciais são norteadas principalmente por programas fomentados pelo governo federal, sendo o Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) um dos principais. Segundo dados da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – Proaes, retirado do Relatório de Gestão Institucional, na UFMS, nos últimos cinco anos, o quantitativo médio anual de estudantes que ingressaram por meio de cotas beneficiados por este programa foi de 1.832 estudantes, ou seja, mais 80% do total de estudantes atendidos.

- **Idade dos estudantes atendidos pelas ações de assistência estudantil**

Recebemos os números com a idade dos estudantes, para tanto, criamos categorias a partir de uma média de faixa etária em dez anos para melhor visualização do Gráfico 26:

Gráfico 26 – Idade dos estudantes atendidos pelas ações tradicionais de Assistência Estudantil da UFMS (2020-2021)



Fonte: Gráfico elaborado pela autora a partir dos dados disponibilizados pela AGETIC/UFMS (2023).

Como observado no Gráfico 26, os estudantes com idade entre 19 e 28 anos correspondem a 75,78% do total; seguidos de estudantes com idade entre 29 e 38 anos correspondendo a 19,39%; com idade entre 39 e 48 anos estão 3,12% dos estudantes; e em menor percentual estão os estudantes com idade entre 49 a 63 anos, 1,71%.

Segundo a V Pesquisa, entre 1996 e 2014 houve uma redução do número de estudantes com menos de 20 anos e aumento das faixas etárias iguais ou superiores a 25 anos. Já em 2018, houve um aumento em 3,7% dos estudantes com menos de 20 anos (Fonaprace; Andifes, 2018, p. 21).

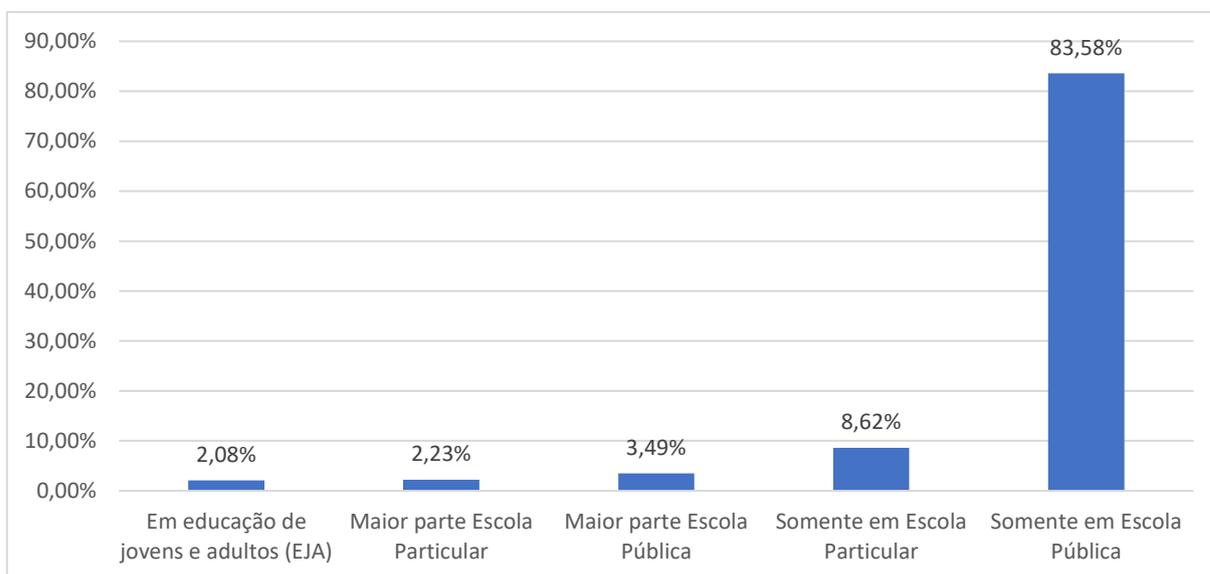
Uma vez que recebemos os dados com as informações do perfil socioeconômico, verificamos a ausência dos dados referentes à idade dos estudantes que receberam as ações emergenciais. A PROAES informou que não dispõe das informações de idade, pois não é um critério para ser atendido com os auxílios.

Em relação à idade dos estudantes atendidos pelas ações emergenciais de AE da UFMS nos anos de 2020 e 2021, quando recebemos a planilha da AGETIC, não constavam essas informações.

- **Origem escolar dos estudantes atendidos pelas ações de assistência estudantil**

Sobre a origem escolar dos estudantes que receberam algum tipo de auxílio ou ação de assistência estudantil, buscamos analisar de qual escola estes estudantes são oriundos, se é escola particular ou escola pública:

Gráfico 27 – Origem escolar dos estudantes atendidos pelas ações tradicionais de Assistência Estudantil da UFMS (2020-2021)



Fonte: Gráfico elaborado pela autora a partir dos dados disponibilizados pela AGETIC/UFMS (2023).

Em sua maioria, os estudantes cursaram o ensino médio em escola pública, um percentual de 83,58%, o que está totalmente congruente com a V Pesquisa, que aponta que dois terços dos estudantes das IFES cursam o ensino médio em escolas públicas. Seguidos de 8,62% de estudantes que cursaram o ensino médio somente em escolas particulares; 3,49% cursaram o ensino médio maior parte em escola pública; 2,23% cursaram maior parte do ensino médio em escola particular; e, em menor percentual, 2,08% dos estudantes cursaram o ensino médio em Educação de Jovens e Adultos.

Em 2014, o percentual de estudantes que havia cursado somente ou na maior parte do tempo em escolas públicas era de 64,0%. Em 2018, estudantes que cursaram ensino médio em escolas públicas são 64,7% e estudantes que cursaram o ensino médio em escolas particulares são 35,3% (Fonaprace; Andifes 2018, p. 34)

Em relação à origem escolar dos estudantes atendidos pelas ações emergenciais de AE da UFMS nos anos de 2020 e 2021, quando recebemos a planilha da AGETIC, não constavam essas informações.

3.3.1 Perfil dos estudantes atendidos pela Assistência Estudantil nos anos de 2020 e 2021

Como resultados, nos anos de 2020 a 2021, 65% dos estudantes atendidos pelas ações tradicionais de AE se identificam como sendo do sexo feminino, enquanto os estudantes que se identificam como do sexo masculino representam 35%. Em relação aos estudantes atendidos com as ações emergenciais de AE, apresentou-se percentual semelhante, uma vez que 67% dos estudantes se identificam do sexo feminino, enquanto 33% se identificam do sexo masculino.

Em relação à cor/etnia dos estudantes atendidos pelas ações tradicionais, observamos que o maior percentual de estudantes se autodeclara pardos, seguidos de estudantes que se autodeclararam brancos, seguidos dos estudantes que se autodeclararam pretos. Em menor porcentagem, estão os estudantes que se autodeclararam indígenas e amarelos. Já 0,45% do total de estudantes não declararam e 0,22% não dispõem da informação. Outrossim, dos estudantes que receberam as ações tradicionais e os estudantes que receberam as ações emergenciais, o maior percentual de estudantes se autodeclara pardos, seguidos de estudantes que se autodeclararam, seguidos dos estudantes que se autodeclararam pretos e, em menor porcentagem, estudantes que se autodeclararam indígenas e amarelos. Já 0,66% do total de estudantes não declararam e 0,28% não dispõe da informação.

Em relação ao estado civil dos estudantes atendidos pelas ações tradicionais de AE, observamos que a maioria se declara solteira; seguidos dos estudantes casados; em uma união estável; divorciados; outro; e em menor percentual estudantes separados. Em relação aos estudantes atendidos pelas ações emergenciais de AE, o percentual foi semelhante, com maioria dos estudantes declarados solteiros; seguidos de estudantes casados; separados; e, em menor percentual, outro.

Os estudantes atendidos pelas ações tradicionais de AE em sua maioria responderam não possuir filhos; seguidos de estudantes que possuem um filho; seguidos de estudantes que têm dois filhos; três filhos; e em sua minoria, quatro filhos ou mais. Nesse item, mantiveram-se os percentuais parecidos em relação aos estudantes atendidos pelas ações emergenciais de AE, em sua maioria responderam não possuir filhos; seguidos de estudantes que possuem um filho; que têm dois filhos; três filhos; e em sua minoria, outro.

Sobre a situação de moradia dos estudantes atendidos pela AE, o maior percentual foi a opção “outra”, seguido de estudantes que moram com os pais, estudantes que moram em casa de familiares e o menor percentual o de estudantes que moram com o cônjuge. Já as respostas

obtidas sobre os estudantes atendidos pelas ações emergenciais de AE, o maior percentual de estudantes mora com a família, seguido de estudantes que moram sozinhos, estudantes que moram com amigos e em menor percentual estudantes que assinalaram a opção “outra”. Nesse item, observamos uma divergência nas respostas, o que dificulta uma “comparação” dos dados.

No item “trabalho”, a maioria dos estudantes atendidos pelas ações tradicionais responderam que não trabalham, seguidos dos que trabalham em tempo integral, estudantes que exercem outro tipo de trabalho, estudantes que trabalham em tempo parcial, estudantes que exercem atividade remunerada e, em menor percentual, os estudantes que exercem trabalho voluntário. Já os estudantes atendidos com as ações emergenciais, o maior percentual é dos estudantes que não trabalham, seguido de estudantes que trabalham e estudantes que responderam a opção “outra”.

Com relação à renda mensal familiar dos estudantes atendidos pelas ações tradicionais, a porcentagem de não declarados representou a maioria, seguida da porcentagem dos estudantes que possuem renda de zero até 1 salário mínimo vigente (de 0,0 até 1.320,00 reais mensais), seguida da de estudantes com 1 até 2 salários mínimos vigentes (acima de 1.321,00 reais à 2.640,00 reais mensais). Com menor percentual, estudantes que possuem renda acima de 2 salários mínimos vigentes (de 2.641,00 reais mensais). Apesar de a maioria dos estudantes optarem por não responder, sabemos que os estudantes atendidos pelas ações de assistência estudantil possuem renda mensal *per capita* de até um salário mínimo vigente.

Neste item, dos estudantes que receberam as ações emergenciais de AE, a maioria declarou receber de zero até 1 salário mínimo vigente (de 0,00 até 1.320,00 reais mensais), seguidos dos estudantes que não declararam a renda familiar, estudantes que recebem 1 até 2 salários mínimos vigentes (acima de 1.321,00 reais à 2.640,00 reais mensais) e, com menor percentual, estudantes que possuem acima de 2 salários mínimos vigentes (de 2.641,00 reais mensais).

No item número de pessoas na família, podemos verificar que a maioria dos estudantes optou por não declarar a quantidade de pessoas na família; seguidos dos estudantes que responderam ter 1 pessoa na família; estudantes com 3 pessoas na família; com 2 pessoas; com 4 pessoas; com 5 pessoas e, em menor percentual, estudantes que têm 6 pessoas na família. Em sua maioria, os estudantes atendidos pelas ações emergenciais de AE responderam ter 3 pessoas na família; seguidos dos estudantes que têm 4 pessoas na família; 2 pessoas na família; 1 pessoa na família; 5 pessoas na família; 6 pessoas na família; 7 pessoas e, em menor percentual, aqueles

têm 8 pessoas na família. Nesse item, verifica-se que os dados obtidos divergiram em relação à quantidade de pessoas na família dos estudantes que receberam ações tradicionais e ações emergenciais.

Em sua maioria, os estudantes atendidos pelas ações tradicionais utilizam o transporte coletivo. Em seguida, os estudantes que vão a pé; estudantes que utilizam bicicleta; estudantes que utilizam transporte locado pela prefeitura e/ou escolar; estudantes que utilizam transporte próprio; que vão de carona; e, em menor percentual, a opção “outro”. Como observado, dos estudantes atendidos pelas ações emergenciais, a maioria respondeu utilizar transporte coletivo (ônibus). Em seguida, os estudantes que vão de carona; que têm transporte próprio; os que assinalaram “outro” acreditamos que se deve à ausência das alternativas “a pé”, “transporte locado” e “de bicicleta” como nas ações tradicionais e, com menor percentual, transporte privado.

De acordo com a Lei nº 12.711/2012, os estudantes ingressantes por meio da cota do tipo L1 compreendem o maior percentual; seguidos dos estudantes ingressantes com a cota do tipo L2; seguidos dos estudantes com cota do tipo L3; com a cota do tipo L4; com a cota do tipo L5; com a cota do tipo L6; com a cota do tipo L7; com a cota do tipo L8; com a cota do tipo L9; com a cota do tipo L10 e, com menor percentual, estudantes com a cota do tipo L13.

Nesse item, dos estudantes atendidos pelas ações emergenciais de AE, os candidatos ingressantes em ampla concorrência representam a maioria dos estudantes; seguidos dos estudantes ingressantes com cota do tipo L1; estudantes ingressantes com cota do tipo L2; estudantes ingressantes com a cota do tipo L3; com cota do tipo L5; com cota do tipo L4; com cota do tipo L6; com cotas do tipo L7; com cota do tipo L8; com cota do tipo L9; com cota do tipo L10 e com menor percentual os estudantes ingressantes da cota do tipo L13.

Em três itens, estudantes com deficiência, idade dos estudantes e tipo de ensino médio dos estudantes, recebemos dados da PROAES que não foram utilizados por apresentarem inconsistência em relação ao número de estudantes atendidos pelas ações de permanência, o que inviabilizou a utilização dos dados.

Entre os itens que retiramos os dados: dos estudantes que foram atendidos com as ações emergenciais de AE, com maior incidência estão aqueles com visão subnormal ou baixa visão, com percentual de 50,00%; estudantes com altas habilidades/superdotação, 22,50%; 15,00% são estudantes com deficiência física; aqueles com deficiência intelectual são 5,00%, e em menor percentual, com 2,50%, surdez, deficiência auditiva e deficiência múltipla.

Em relação à idade dos estudantes atendidos pelas ações tradicionais de AE, aqueles com idade entre 19 e 28 anos correspondem a 75,78% do total; seguidos de estudantes com idade entre 29 e 38 anos, correspondendo a 19,39%; com idade entre 39 e 48 anos estão 3,12% dos estudantes; e, em menor percentual, estão os estudantes com idade entre 49 e 63 anos com percentual de 1,71% dos estudantes.

Em sua maioria, um percentual de 83,58%, os estudantes que foram atendidos pelas ações tradicionais cursaram o ensino médio em escola pública; seguidos de 8,62% de estudantes que cursaram o ensino médio somente em escolas particulares; 3,49% cursaram o ensino médio maior parte em escola pública; 2,23% cursaram maior parte do ensino médio em escola particular; e em menor percentual, 2,08% dos estudantes cursaram o ensino médio em Educação de Jovens e Adultos.

Podemos inferir que o perfil dos estudantes vem mudando nos últimos 20 anos devido a políticas de democratização, possibilitando aos estudantes não tradicionais o acesso e permanência na educação superior. Em síntese, o perfil dos estudantes atendidos pelas ações de permanência nos anos de 2020 e 2021 na UFMS são, em sua maioria: estudantes do sexo feminino, pardos, solteiros, não têm filhos, não trabalham, possuem renda mensal *per capita* de até 1 salário-mínimo e meio vigente, utilizam transporte coletivo (ônibus), ingressaram por meio da cota do tipo L1, com idade entre 19 e 28 anos, com deficiência visual e estudaram o ensino médio em escola pública.

Os dados da pesquisa realizada não destoam dos dados das pesquisas realizadas pelo Fonaprace pelas IV e V Pesquisas do Perfil Socioeconômico das IFES nos itens sexo, cor/etnia, estudantes com deficiência, renda, idade, origem escolar e número de filhos. Ademais, essas informações do perfil dos estudantes das IFES contribuem para a compreensão de que as universidades federais não estão recebendo estudantes da elite econômica do Brasil.

A Andifes aponta como a principal descoberta da IV Pesquisa o percentual de estudantes incluídos na faixa de renda do público-alvo em situação de vulnerabilidade social e econômica cobertos pela assistência estudantil, segundo o Decreto do PNAES: 66,2% dos estudantes, em 2014/2015, com renda mensal familiar *per capita* de até 1 salário mínimo e meio, sendo 32% com até meio salário mínimo e 22% com renda entre meio e 1 salário mínimo. Pela primeira vez, a maioria absoluta dos estudantes tem renda *per capita* de até 1 e salário mínimo e meio (Fonaprace; Andifes 2018, p. 8).

Dois em cada três estudantes ativos em cursos de graduação presenciais das IFES, 66,19%, tinham renda *per capita* de até 1 e meio salário mínimo (Andifes, 2016). Do total dos estudantes incluídos na faixa de renda mensal familiar até um salário mínimo e meio, 81,5% viviam com até um salário mínimo (Fonaprace; Andifes, 2018, p. 8).

Estes dados permitiram desmistificar o senso comum de que as universidades públicas federais seriam frequentadas por setores das elites culturais e econômicas do país (Fonaprace; Andifes, 2018, p. 8).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve por objetivo analisar as ações de Assistência Estudantil e o perfil dos estudantes atendidos com estas ações para favorecer a permanência em tempos de covid-19, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2020 a 2021). Para compreender o contexto em que foram implementadas as políticas que temos hoje para a educação superior, destacamos os aspectos políticos, sociais e econômicos para compreender a essência do objeto e que estão relacionados.

Na primeira Seção, conceituamos o Estado Moderno e apresentamos como se dão as relações no sistema capitalista, compreendendo qual a história e como estão relacionadas as políticas sociais, as políticas para a educação superior no Brasil e, por fim, as políticas de assistência estudantil para a educação superior.

A sociedade capitalista apresenta contradições, demonstramos através de dados do TCU que ainda não são suficientes os recursos disponíveis para atender toda a demanda de permanência dos estudantes da graduação e embora seja uma política específica para a assistência estudantil, é uma política focalizada, meritocrática e para os estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, pois se trata de uma política que surge em um contexto neoliberal.

Compreendemos a universidade como um lugar onde universaliza-se o conhecimento, a cultura, as ciências, as artes e as ideias que transitam na sociedade. Tem como fins o ensino, a pesquisa e a extensão. Essa instituição social tanto pode reproduzir a sociedade quanto também pode servir para a transformação social, porém necessita ter autonomia, financiamento público adequado, liberdade de pensamento e comprometimento de pessoas com a transformação social (Martins, 2023, p. 23).

Como vimos, na primeira seção, a educação superior no Brasil surge para a classe dominante (a elite) e, como explica Martins (2023), “o elitismo da *academia* está para a classe trabalhadora como uma barreira ao desenvolvimento intelectual e mais um entrave para a garantia de formação para a juventude egressa das escolas públicas do campo, dos subúrbios e das periferias brasileiras” (Martins, 2023, p. 39).

No entanto, a UFMS reconhece que as políticas que democratizam a educação superior com o ingresso de estudantes provenientes das classes sociais tradicionalmente excluídas oportunizaram o ingresso de um perfil de estudantes não tradicionais e que não acessavam a

academia e, portanto, torna-se indispensável que a permanência desse novo perfil de estudantes seja considerada para garantir a igualdade de condições, o que requer que as instituições promovam ações de atendimento específico a este público (UFMS, 2020, p. 54).

Sobre a nomenclatura utilizada para se referir aos estudantes atendidos pelas ações de permanência, não consideramos que sejam estudantes “beneficiários” ou “vulneráveis”, pois não os compreendemos como pessoas que necessitem de “algo dado a quem não tem”, mas como participantes da construção e efetivação da referida política na universidade. Concordamos com Martins (2023) que estes estudantes são agentes sociais.

Consideramos esses estudantes como agentes sociais, que compreendem e interpretam o mundo, uma vez que são intelectuais da sociedade e devem participar na construção das políticas para a educação superior e não somente serem meros coadjuvantes das medidas adotadas pela governança e pelos governos. Além disso, compreender que a manutenção das bases econômicas dentro do sistema capitalista influencia no oferecimento dessas políticas aos estudantes tradicionalmente excluídos.

Na segunda Seção, para compreender a relevância do tema da assistência estudantil das universidades públicas em tempos de pandemia da covid-19, fizemos um levantamento de estudos publicados em três plataformas de busca, no Portal Brasileiro de Publicações e Dados Científicos em Acesso Aberto (OASIS BR), na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e no Portal de Periódicos da CAPES. Observamos a presença desse tipo de estudo em universidades federais nos anos de 2020 e 2022, com artigos, dissertações e teses.

Da pesquisa realizada, os trabalhos que foram selecionados foram: 5 dissertações e 7 artigos, que correspondem às categorias de análise e foram realizadas as leituras, observados o título, o resumo, os objetivos, a metodologia e conclusões/resultados e constatamos que em sua maioria, estes se tratavam de estudos de casos ou de experiência em uma universidade, Instituto ou Instituição pública, isso mostra a preocupação de responder questões ligadas ao tema no meio acadêmico por apontar pesquisas de rigor científico e metodológico.

Na terceira Seção, apresentamos a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e como foi implementada a assistência estudantil com os recursos do PNAES. Contextualizamos a utilização desses recursos em forma de ações durante o período de pandemia pela contaminação do vírus da covid-19.

Destacamos o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, publicado em 19 de julho de 2010, pois entendemos que para a democratização da educação superior em

instituições e universidades federais são imprescindíveis recursos adequados. A proposta do PNAES procura responder aos desafios apontados na Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES brasileiras, realizada pelo Fonaprace, de 1996 a 1997 e 2003 a 2004. O PNAES foi continuamente acompanhado e aperfeiçoado pelo Fonaprace, principalmente após a pesquisa realizada em 2004.

Os cortes orçamentários gerados pela “Pec do Teto de Gastos” e aprofundados durante a pandemia do coronavírus no Brasil impactaram diretamente nos recursos destinados à educação, que já vinham sendo cortados desde o governo Temer (2016-2018) até o governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022). Por conseguinte, esses cortes orçamentários afetam principalmente os alunos que mais necessitam da assistência estudantil, o que faz com que se agravem os problemas que já existiam em relação à equidade de condições e gera um retrocesso nos ganhos em relação às políticas públicas de assistência estudantil.

A partir da adoção do Ensino Remoto de Emergência, foram mantidos os auxílios tradicionalmente concedidos aos estudantes atendidos pela assistência estudantil, além disso, em decorrência do isolamento social, foi necessário buscar estratégias para manter os estudantes participativos de forma a assegurar a sua permanência. Dessa forma, foram instituídas novas modalidades de auxílios/ações (UFMS, 2020, p. 27).

No primeiro semestre de 2020, foi instituído o Auxílio-Alimentação Emergencial para os estudantes que faziam uso dos restaurantes universitários nos *campi* de Três Lagoas, de Campo Grande e de Corumbá; o Auxílio-Inclusão Digital para acesso à internet se tornou um auxílio permanente nas políticas de assistência estudantil da UFMS e o auxílio para aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para estudantes em atividades práticas, o cadastramento para empréstimo de equipamentos como *notebooks* e *chromebooks* e o cadastramento para uso de laboratórios de informática.

Dessa forma, verificamos que as ações que foram instituídas no período desta pesquisa foram voltadas em sua maioria aos recursos tecnológicos para que os estudantes pudessem participar das aulas remotas e não deixar de realizar as atividades. Sobre a alimentação dos estudantes, somente os *campi* que tinham restaurante universitário foram contemplados e o auxílio para EPIs foi maioria nos números de auxílios concedidos, uma vez que em 2021 algumas atividades práticas estavam voltando a ser realizadas.

Sobre as ações, compreendemos que a demanda dos estudantes não tradicionais sofreu um impacto devido ao corte orçamentário. As ações foram ampliadas, no entanto, verificamos

que houve uma diminuição dos estudantes atendidos nos anos de 2020 e 2021, sendo que as ações emergenciais foram em sua maioria voltadas aos usos das TICs, alimentação e uso de EPIs para realização de aulas práticas dos cursos de saúde.

Com a pesquisa, verificamos que concomitantemente ao discurso de inclusão, temos a contradição de se elencar os que possuem o perfil de maior vulnerabilidade social devido aos recursos ainda serem insuficientes. Além de compreendermos o alcance concreto das políticas nesse nível de educação e entender as lutas político-ideológicas presentes, reafirmando como direito e não privilégio ter condições de permanência e conclusão do curso de graduação.

Desvelamos o perfil socioeconômico dos estudantes atendidos pelas ações de permanência, específicas do período da pandemia gerada pelo covid-19, pois compreendemos que o perfil socioeconômico afeta o acesso e a permanência dos estudantes na educação superior. Além disso, esperamos contribuir com a administração central da UFMS e toda sociedade, pois é por meio da identificação do perfil do aluno que a Universidade pode promover novas ações que promovam melhorias nas condições de acesso, permanência e conclusão do curso.

Em nossa análise, apresentamos as características dos estudantes atendidos pelas ações de permanência da UFMS, tais como: idade, sexo, cor e etnia, tipo de ingresso na UFMS, situação conjugal, se tem filhos, se trabalha, renda mensal familiar, origem escolar, situação de moradia, meio de transporte, tipo(s) de auxílio/assistência estudantil e se ingressante cotista, qual tipo de cota.

Do total de 3.154 estudantes atendidos pelas ações tradicionais e emergenciais de AE, sua maioria é: do sexo feminino, parda, solteira, não tem filhos, não trabalha, possui renda mensal *per capita* de até 1 salário mínimo e meio vigente, utiliza transporte coletivo (ônibus), ingressou por meio da cota do tipo L1 e estudou o ensino médio em escola pública.

São inquestionáveis os esforços que foram feitos durante o período da pandemia de covid-19 pelos professores, em especial os professores da FAED/UFMS, que, em meio à pandemia se desdobraram para atender o calendário acadêmico por meio do ensino remoto de emergência. Também foi inquestionável que, diante do cenário, a UFMS, em especial a PROAES, criou estratégias e ações para atender a nova demanda da AE.

Sobre o pedido de acesso à informação na plataforma Fala.Br, que é uma plataforma integrada de ouvidoria e acesso à informação, em especial a ouvidoria da UFMS, a resposta aos pedidos de acesso à informação foi rápida, porém algumas informações não constavam na

planilha recebida pela AGETIC. Em novo pedido, a resposta veio de setor diferente (PROAES), o que gerou a não padronização das respostas e dificultou algumas análises.

Compreendemos que na discussão a respeito do acesso, permanência e conclusão dos estudantes não tradicionais nas universidades federais nos últimos 20 anos ainda cabem muitas investigações e que são muito pertinentes, além disso, não há como se esgotar toda a temática da dissertação, sendo possíveis novas investigações. Temas que não foram objeto desta investigação, mas que se destacam após as análises realizadas. São eles: a permanência de estudantes não atendidos pelas Ações Emergenciais no período da pandemia; evasão no período da pandemia; financiamento das Ações Emergenciais, entre outros.

REFERÊNCIAS

ANDERY, Maria Amália; MICHELETTO, Nilza; SÉRIO, Tereza Maria Pires; RUBANO, Denize Rosana; MOROZ, Melania; PEREIRA, Maria Eliza; GIOIA, Silvia Catarina; GIANFALDONI, Mônica; SAVIOLI, Márcia Regina; ZANOTTO, Maria de Lourdes. **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. 6. ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; São Paulo: EDUC, 1996.

ARRETCHE, Marta. Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos. *In*: ARRETCHE, Marta. **Conclusões: as políticas na trajetória da democracia à redução das desigualdades**. São Paulo: Editora Unesp, 2015. p. 423-455.

BARROS, Cleyton Sérgio de Oliveira. **Influência do Plano Nacional de Assistência Estudantil sobre indicadores de desempenho acadêmico, evasão e retenção dos discentes cotistas no período da pandemia de COVID-19 na UFPB**. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão nas Organizações Aprendentes) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022.

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BORGES, Eduardo Henrique Narciso; GOUVEA, Adriana Pereira; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira. Entre crises e dilemas persistentes: uma análise dos programas de permanência estudantil nas universidades federais brasileiras. *Plural, [S. l.]*, v. 29, n. 01, p. 60-79, 2022. DOI: 10.11606/issn.2176-8099.pcs.2022.192974. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/192974>. Acesso em: 1º maio 2023.

BORSATO, Franciele Piva. **A configuração da assistência estudantil na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul após a implantação do PNAES**. 2015. 219 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015.

BRAGA, Simone Bittencourt; SANTOS, Terezinha Fatima Andrade Monteiro dos. A permanência dos estudantes no ensino superior em tempos de pandemia: uma análise a partir das ações de assistência estudantil da Universidade Federal do Pará. **REPOD – Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 10, n. 3, p. 1090-1106, set./dez. 2021. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducapoliticas/article/view/62374>. Acesso em: 18 jan. 2022.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934**. Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República, [1934]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 12 dez. 2022.

BRASIL. **Constituição Federal (1937)**. Constituição dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República, [1937]. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em: 12 dez. 2022.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946**. Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República, [1946]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm. Acesso em: 12 dez. 2022.

BRASIL. **Constituição Federal (1967)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República, [1967]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm. Acesso em: 12 dez. 2022.

BRASIL. Constituição Federal (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [1988]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 02 fev. 2021.

BRASIL. **Decreto n.º 7.234 de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília, DF: Presidência da República, [2010]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm. Acesso em: 04 maio 2018.

BRASIL. **Decreto n.º 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. Brasília, DF: Presidência da República, [2007]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 18 jul. 2022.

BRASIL. **Decreto-Lei n.º 547 de 18 de abril de 1969**. Autoriza a organização e o funcionamento de cursos profissionais superiores de curta duração. Brasília, DF: Presidência da República, [1969]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del0547.htm. Acesso em: 18 jul. 2022.

BRASIL. **Lei n.º 5.379 de 15 de dezembro de 1967**. Provê sobre a alfabetização funcional e a educação continuada a adolescentes e adultos. Brasília: 1967.

BRASIL. Lei n.º 5.540, de 28 de novembro de 1968. Reforma Universitária. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**: Seção I, Brasília, DF, p. 10369, 29 nov. 1968.

BRASIL. Lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**: Seção 1, Brasília, DF, p. 6377, 12 de ago. 1971.

BRASIL. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [1996]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em 12 dez. 2022.

BRASIL. **Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2012]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato20112014/2012/Lei/L12711.htm. Acesso em: 12 dez. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016.** Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13409.htm Acesso em: 4 maio 2018.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2014]. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>. Acesso em: 12 dez. 2022.

BRASIL. **Exposição de Motivos no 00083/2016MFDG.** Brasília, DF, 15 jun. 2016a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/projetos/expmotiv/emi/2016/83.htm. Acesso em: 20 fev. 2023.

BRASIL. **Emenda Constitucional no 95, de 15 de dezembro de 2016.** Brasília, DF, 15 dez. 2016b.

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BITTAR, Mariluce; MACIEL, Carina Elisabeth; VELOSO, Tereza Christina Mertens Aguiar. Políticas de educação superior: ensino noturno como estratégia de acesso para o estudante-trabalhador. **Revista Educação em Questão**, [S. l.], v. 33, n. 19, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/3937>. Acesso em: 1º abr. 2024.

BRETTAS, Tatiana. Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil. **TEMPORALIS**, v. 17, p. 53-76, 2017.

CATANI, Afrânio Mendes; HEY, Ana Paula; GILIOLI, Renato de Sousa Porto. PROUNI: democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior?. **Educar em Revista**, n. 28, p. 125–140, jul. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a09n28.pdf>. Acessado em: 12 jul. 2013.

CHARLOT, Bernard; CHARLOT Veleida Anahi Capua da Silva. O Negacionismo: uma Crise Social da Relação com a “Verdade” na Sociedade Contemporânea. **Revista Internacional Educon**, v. 2, n. 3, e21023004, 2021. <https://doi.org/10.47764/e21023004>.

CHAUI, Marilena. A universidade operacional. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas; Sorocaba, v. 4, n. 3, 1999. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/avaliacao/article/view/1063>. Acesso em: 12 abr. 2023.

CORREA, Luciana Lopes Ferreira. **O Programa de Educação Tutorial (PET) e a permanência de estudantes na UFMS**. 2021. 151 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2021.

COSTA, Raniel Borges da; CASTRO, Franciné Lopes de Castro; CALADO, João Eudes de Souza; FONSECA, Platini Gomes Fonseca. Assistência Estudantil em Tempos de Pandemia: Uma Análise da Execução Orçamentária de uma Instituição Federal de Ensino. **ID on line. Revista de psicologia**, [S. l.], v. 14, n. 53, p. 355-368, dez. 2020. ISSN 1981-1179. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/2787>. Acesso em: 06 jul. 2022.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016. 402p.

DEITOS, Roberto Antônio. **Política Educacional no Brasil: (1985-2022)**. Curitiba: CRV, 2022.

DIÓGENES, Elione Maria Nogueira. Análise das bases epistemológicas do campo teórico da política educacional. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 9, n. 2, p. 333-353, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/issue/view/416/showToc>. Acesso em: 20 jan. 2024.

DOURADO, Luiz Fernandes. Avaliação do Plano Nacional de Educação 2001-2009: questões estruturais e conjunturais de uma política. **Educ. Soc. Campinas**, v. 31, n. 112, p. 677-705, jul.-set. 2010.

GARCIA, Débora Rogéria Neves de Souza. **A política de assistência estudantil na educação superior**: um estudo de caso no Instituto Federal de Mato Grosso do Sul – IFMS (2012-2016). 2018. 172 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2018.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, ano XXIII, n. 79, ago. 2002.

FONAPRACE. **Regimento do Fonaprace**. 2003. Disponível em: <http://www.fonaprace.andifes.org.br/site/wp-content/uploads/2021/01/Regimento-do-Fonaprace-L-ayout-atualizado-em-03-11-2018.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2022.

FONAPRACE. **Revista Comemorativa 25 anos**. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. 2012. Disponível: <http://www.prace.ufop.br/novo/pdfs/fonaprace/Revista%20Fonaprace%2025%20Anos.pdf> Acesso em: 12 maio 2018.

FONAPRACE. **IV Pesquisa do perfil do socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das instituições federais de ensino superior brasileiras**. Brasília: Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, 2014, 291 p.

FONAPRACE. **V Pesquisa do perfil do socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das instituições federais de ensino superior brasileiras**. Brasília: Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, 316 p. 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. (org.) **A Formação do Cidadão Produtivo: a cultura de mercado no ensino médio técnico**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XX. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, Autores Associados, n. 46, p. 235 – 254, jan./fev./mar./abr. 2011.

GENTILI, Pablo. O Direito à Educação e as Dinâmicas de Exclusão na América Latina. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 109, p. 1059-1079, set./out./nov./dez. 2009.

GOMES, Lucélia Maria Lima da Silva; DUARTE, Kamila Alves; SILVA, Andreza Freire da; MOURA, Danielle Marinho Barros da Silva. A inclusão digital nas IFES nordestinas: reflexões a partir das ações desenvolvidas durante a pandemia. **Revista de Políticas Públicas**, [S. l.], v. 26, n. 1, p. 29–45, 2022. DOI: 10.18764/2178-2865.v26n1p29-45. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/19553>. Acesso em: 4 fev. 2024.

GRAMSCI, Antônio. O moderno príncipe. In: GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. p. 3-102.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos CEDES**, ano XXI, n. 55, p. 30-41, nov. 2001.

INEP. **Caderno de estudos e pesquisas em políticas educacionais: impactos da pandemia**. v. 7. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2022a. Disponível em: <http://cadernosdeestudos.inep.gov.br/ojs3/index.php/cadernos/issue/view/511>. Acesso em: 16 dez. 2023.

INEP. **Caderno de estudos e pesquisas em políticas educacionais: contribuições ao Novo Plano Nacional de Educação**. v. 8. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas

Educacionais Anísio Teixeira, 2022b. Disponível em: <http://cadernosdeestudos.inep.gov.br/ojs3/index.php/cadernos/issue/view/518>. Acesso em: 16 dez. 2023.

INEP. **Censo da Educação Superior**. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2023a. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 14 set. 2023.

INEP. **Portal do Inep**. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2023b. Disponível em: <https://www.gov.br/inep>. Acesso em: 14 set. 2023.

IRINEU, Bianca Stéfani Alexandre. **Assistência estudantil e permanência na Universidade Federal de Goiás em tempos de calamidade sanitária de COVID-19**. 2022. 150 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

LIMA, Tatiane; EVANGELISTA, Inês Joelma; MACIEL, Carina Elisabeth. Pandemia e educação: as políticas promulgadas na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. **Interação - Revista De Ensino, Pesquisa E Extensão**, v. 23, n. 2, p. 125-136, 2021. <https://doi.org/10.33836/interacao.v23i2.614>.

MANCEBO, Deise. Pandemia e educação superior no Brasil. **Revista Eletrônica de Educação**, [S. l.], v. 14, p. e4566131, 2020. DOI: 10.14244/198271994566. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/4566>. Acesso em: 15 jan. 2024.

MARIGO, Adriana Fernandes Coimbra; REYES, Claudia Raimundo; BOZZINI, Isabela Custódio Talora. Práticas de estudo na comunidade acadêmico-digital: um relato de experiência. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, v. 10, n. 00, p. e024013, 2022. DOI: 10.20396/riesup.v10i00.8667949. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8667949>. Acesso em: 1 maio. 2023.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n.2, p. 289-300, maio/ago. 2004.

MARTINS, Jonathan Alves. **A primeira década do Programa Nacional de Assistência Estudantil na UFRN à luz da abordagem cognitiva de políticas públicas em diálogo com os estudos críticos do discurso**. 2023. 304 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.

MÉSZÁROS, István. **A montanha que devemos conquistar**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

MILAGRES, Viviane Martins Ferreira; REIS, Lilian Perdigão Caixêta; DOMINGUES, Sérgio. O apoio psicossocial e as vivências acadêmicas dos estudantes universitários. **Revista**

Internacional de Educação Superior, Campinas, v. 10, n. 00, p. e024002, 2022. DOI: 10.20396/riesup.v10i00.8666009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8666009>. Acesso em: 1º maio 2023.

MILAGRES, Viviane Martins Ferreira. **Atenção psicossocial no ensino superior: implicações para as vivências acadêmicas dos estudantes de graduação**. 2022. 142 f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2022.

MINTO, L. A pandemia na educação. **RTPS - Revista Trabalho, Política e Sociedade**, v. 6, n. 10, p. p. 139-154, 30 jun. 2021.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta. **Ensino Superior no Brasil: expansão, diversificação e inclusão**. 2012. Preparado para apresentação no Congresso de 2012 da LASA (Associação de Estudos Latino-Americanos), em São Francisco, Califórnia Maio 23 a 26, 2012. Disponível em: <https://biblioteca.flasco.org.br/?publication=ensino-superior-no-brasil-expansao-diversificacao-e-inclusao>. Acesso em: 17 mai. 2018.

NOGUEIRA, Davi Ferreira. **A mercantilização da educação pública: a oscip “parceiros da educação”**. 2021. 144 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2021.

NETO, JOÃO PAULO. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OASIS/BR. **O OASIS/BR**. Disponível em: <https://oasisbr.ibict.br/vufind/about/home>. Acesso em: 06 jul. 2022.

OLIVEIRA, Fernanda Maria de; NEGREIROS, Fauston; ARAÚJO, Ludgleydson Fernandes de; BELO, Raquel Pereira. As representações sociais da assistência estudantil para estudantes beneficiados e não beneficiados. **Psicol. educ.**, São Paulo, n. 51, p. 97-106, dez. 2020. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752020000200010&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 30 jan. 2024.

OLIVEIRA, Larissa Maria Rodrigues de. **O Programa Minas Mundi e a participação de alunos de baixa renda: o mundo é mesmo logo ali?**. 2022. 110 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

OXFAM BRASIL. **O 1% mais rico do mundo embolsou quase duas vezes a riqueza obtida pelo resto do mundo nos últimos dois anos**. São Paulo, 16 jan. 2023. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/noticias/o-1-mais-rico-do-mundo-embolsou-quase-duas-vezes-a-riqueza-obtida-pelo-resto-do-mundo-nos-ultimos-dois-anos/> Acesso em: 30 jan. 2024.

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO. **Uma ponte para o futuro**. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2015a. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2017/07/ponteparaofuturo.pdf>. Acesso em: 01 mai.2023

PEREIRA, Potyara A. P. **Política Social: temas & questões**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PEREIRA, Camila Potyara; PEREIRA-PEREIRA, Potyara Amazoneida. Cobiça capitalista, pandemia e o futuro da política social. **Argumentum**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 40–65, 2021. DOI: 10.47456/argumentum.v13i1.33119. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/33119>. Acesso em: 12 jul. 2023.

PEREIRA, Thiago Ingrassia; SILVA, Luís Fernando Santos Corrêa da. **As políticas públicas do Ensino Superior no governo Lula: expansão ou democratização?** 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13409.htm. Acesso em: 19 maio 2018.

PERGHER, Calinca Jordânia; FARENZENA, Nalú. Análise de política como metodologia em estudo do transporte escolar rural. **RBP AE**, v. 33, n. 2, p. 449-466, maio/ago. 2017.

PROAES. **A PROAES**. Disponível em: <https://proaes.ufms.br/pagina-inicial/a-proaes/>. Acesso em: 19 jan. 2022.

RODRIGUEZ, Margarita Victoria. A pesquisa documental e o estudo histórico de políticas educacionais. **O Guardador de Inutensílios**, Campo Grande, v. 7, p. 17-30, 2004.

ROSSI, Rafael. Ontologia e Método na Pesquisa em Educação. *In*: Rafael Rossi (org.). **Pedagogia Histórico-Crítica e Educação Escolar: Reflexões de Ensino e Pesquisa**. Campo Grande: Têlos Educativa, 2021, p. 24-82.

SALDANHA, Luciléia Bechmann; CASTRO, Sabrina Fernandes de. As políticas de **Assistência estudantil em uma universidade Federal brasileira**: análise das políticas previstas no PNAES. 2021. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/ciranda/article/view/4558>. Acesso em: 18 jan. 2022.

SANTOS, Carolina Cassia Batista; ABRANTES, Patricia Paulino Muniz de; ZONTA, Rafael. Limitações orçamentárias: desafios à assistência estudantil da UnB em tempos de pandemia. **Cadernos Cajuína**, v. 6, n. 3, 2021. Disponível em: <https://cadernoscajuina.pro.br/revistas/index.php/cadcajuina/article/view/503>. Acesso em: 12 abr. 2021.

SANTOS, Josiane Soares. **“Questão Social”**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS, Maria Rosimary Soares dos; MUSSE, Ricardo; CATANI, Afrânio Mendes. Desconstruindo a educação superior, os direitos humanos e a produção científica: o bolsonarismo em ação. **Revista Eletrônica de Educação**, [S. l.], v. 14, p. e4563135, 2020.

DOI: 10.14244/198271994563. Dossiê: “Consequências do bolsonarismo sobre os direitos humanos, a educação superior e a produção científica no Brasil”.

SAVIANI, Dermeval. Sistema Nacional de Educação articulado ao Plano Nacional de Educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro: Anped, Campinas: Autores Associados, v. 15, n. 44, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v15n44/v15n44a13.pdf>. Acesso em: 05 fev.2023.

SAVIANI, Dermeval. **História da Educação no Brasil: Um balanço prévio e necessário**. Conferência de abertura do V Colóquio de Pesquisa sobre Instituições Escolares, organizado pela Uninove e realizado em São Paulo, de 27 a 29 de agosto de 2008. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/1356/1020> Acesso em: 05 fev. 2023.

SAVIANI, Demerval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007. 473p.

SILVA, Edna Carvalho da. **A transfobia e suas implicações na permanência e afirmação da identidade de gênero de estudantes travestis e transexuais da graduação na Universidade Federal do Paraná (UFPR)**. 2022. Dissertação (Mestrado) – Setor de Educação. Universidade Federal do Paraná, 2022.

SILVA, Gislaíne Vieira da; MOREIRA, Luan Matheus; MACIEL, Carina Elisabeth. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise orçamentária na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. In: SEMINÁRIO NACIONAL DA REDE UNIVERSITÁRIA/BR, 30, Belém. **Anais [...]**. Belém: UNIVERSITAS, 2023.

SILVA, Rafael Felix da; ZAPSZALKA, Franklin; RAZZOLINI FILHO, Edelvino. Ensino remoto em tempos de pandemia: Uma análise das dificuldades enfrentadas pelos estudantes de graduação. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 38, 2023. <https://doi.org/10.21573/vol38n002022.118150>

SILVA, Adão Rogério Xavier; CARVALHO, Mark Clark Assen de. Demarcações históricas sobre a política de assistência estudantil no Brasil. **Revista Exitus**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. e020042, 2020. DOI: 10.24065/2237-9460.2020v10n01ID1244. Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/1244>. Acesso em: 12 dez. 2022.

SGUISSARDI, Valdemar. O neoliberalismo na educação superior: um programa chamado Future-se. In: ALENCAR JÚNIOR, O.; CRESPO, M.; GONÇALVES, W. (org.). **Economia na pandemia: crise global e o impacto na economia, na política, na sociedade e no meio ambiente**. São Carlos: Diagrama Acadêmico, 2021. p. 211-244.

SGUISSARDI, Valdemar. Reforma universitária no Brasil - 1995-2006: precária trajetória e incerto futuro. **Educação & Sociedade**, v. 27, n. 96, p. 1021–1056, out. 2006.

SGUISSARDI, Valdemar. **Universidade brasileira no século XXI: desafios do presente**. 1. ed. São Carlos: Diagrama Acadêmico, 2021. Disponível em:

<https://www.diagramaeditorial.com.br/project/universidade-brasileira-no-seculo-xxi/>. Acesso em: 12 dez. 2022.

SOUSA, Leticia Pereira de; PEIXOTO, Maria do Carmo de Lacerda. A moradia estudantil universitária: práticas de Educação formal e informal. Revista Humanidades e Inovação. Tocantins, v 7, n.6, p.299-311.2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/2604> Acesso em: 13 jan. 2024.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas**: conceitos, tipologias e sub-áreas. Professora da UFBA e Pesquisadora Visitante do Departamento de Ciência Política da USP. Trabalho elaborado para a Fundação Luís Eduardo Magalhães, em 12/2002/ Revisto e ampliado em 2006. Publicado como capítulo de Livro em 2007.

TAVEIRA, Franciele Aparecida Henrique Taveira. **Políticas de EaD na UFMS**: Acesso e inovação na educação superior. 2022. 217 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pós-graduação em Educação. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2022.

UFMS. **Edital PREAE No 52 de 21 de julho de 2014**. Campo Grande: Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, 2014. Disponível em: http://sigproj1.mec.gov.br/edital_blank.php?id=905 Acesso em: 22 jul. 2014.

UFMS. **Auto Avaliação Institucional Relatório ano 2013**. Campo Grande: Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, 2013. Disponível em: <https://www.dropbox.com/s/gm96adrqae988rl/Autoavalia%C3%A7%C3%A3o-UFMS-2013.pdf> Acesso em: 14 jul. 2014.

UFMS. **Portaria n º1.235-RTR/UFMS**. Campo Grande: Universidade Federal do Mato Grosso do Sul; Brasília: Ministério da Educação, 2021. Disponível em: https://www.ufms.br/wp-content/uploads/2021/02/Portaria-1.235_2021-UFMS.pdf. Acesso em: 19 jan. 2022.

UFMS. **Relatório de acompanhamento de ações durante o ensino remoto de emergência 2020**. Campo Grande: Universidade Federal do Mato Grosso do Sul; Brasília: Ministério da Educação, 2020. Disponível em: https://www.ufms.br/wp-content/uploads/2021/02/Relat%C3%B3rio_Ensino-Remoto.pdf. Acesso em: 19 jan. 2022.

UFMS. **Relatório de Gestão 2013**. Campo Grande: Universidade Federal do Mato Grosso do Sul; Brasília: Ministério da Educação, 2013. Disponível em: https://www.ufms.br/wp-content/uploads/2015/12/relatorio_de_gestao_2013.pdf Acesso em: 25 ago. 2014.

UFMS. **Relatório de Gestão 2020**. Campo Grande: Universidade Federal do Mato Grosso do Sul; Brasília: Ministério da Educação, 2020. Disponível em: <https://www.ufms.br/wp-content/uploads/2021/05/relatorio-de-gestao-2020.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2022.

UFMS. **Relatório de Gestão 2021**. Campo Grande: Universidade Federal do Mato Grosso do Sul; Brasília: Ministério da Educação, 2021. Disponível em: <https://www.ufms.br/wp-content/uploads/2023/03/relatorio-gestao-2022.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2022.

UFMS. **Relatório de Gestão 2022**. Campo Grande: Universidade Federal do Mato Grosso do Sul; Brasília: Ministério da Educação, 2022. Disponível em: <https://www.ufms.br/wp-content/uploads/2022/05/relatorio-de-gestao-2021.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2024.

VARGAS, Hustana Maria; COSTA DE PAULA, Maria de Fátima A inclusão do estudante-trabalhador e do trabalhador-estudante na educação superior: desafio público a ser enfrentado **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Sorocaba, v. 18, n. 2, p. 459-485, jul. 2013.

WACHOWICZ, Lílian Anna. A dialética na pesquisa em educação. **Revista Diálogo Educacional**. v. 2, n. 3, p. 171-181, jan./jun. 2001.

ANEXOS

ANEXO A – DADOS DO PERFIL DO ESTUDANTE SOLICITADOS À UFMS

Informações socioeconômicas:

Nome:

Idade:

Sexo:

Cor e etnia:

Tipo de ingresso na UFMS:

Situação conjugal:

Estudante com deficiência:

Estudante com filhos:

Ingressante trabalhador:

Renda mensal familiar:

Origem escolar:

Situação de moradia dos estudantes (tipo de moradia):

Meio de transporte:

tipo de auxílio/assistência estudantil:

Informações acadêmicas do Curso:

Ano de ingresso no curso:

Ano previsto para a conclusão do curso:

Tempo de permanência na(s) ação(s) em semestres:

Categoria: () cotista () não cotista

Se sim, qual tipo de cota?